



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, CULTURAS E ESPACIALIDADES

MARIA SOCORRO RODRIGUES NOGUEIRA

MEMÓRIAS DA DITADURA:
UMA ABORDAGEM SOBRE A RESISTÊNCIA FEMININA NA PERSPECTIVA DA
HISTÓRIA PÚBLICA E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

FORTALEZA – CEARÁ
2024

MARIA SOCORRO RODRIGUES NOGUEIRA

MEMÓRIAS DA DITADURA:
UMA ABORDAGEM SOBRE A RESISTÊNCIA FEMININA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
PÚBLICA E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Especialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em História. Área de Concentração: História, Culturas e Especialidades. Linha de pesquisa: Linguagens, Narrativas e Subjetividades.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves.

FORTALEZA – CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Nogueira, Maria Socorro Rodrigues.

Memórias da ditadura: uma abordagem sobre a resistência feminina na perspectiva da História Pública e as possibilidades para o ensino de História. [recurso eletrônico] / Maria Socorro Rodrigues Nogueira. - 2024.

131 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E Espacialidades, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof.^a Dra. Valeria Aparecida Alves.

1. Ditadura militar. 2. Resistência. 3. Mulheres. 4. História Pública. 5. Ensino de História.. I. Título.

MARIA SOCORRO RODRIGUES NOGUEIRA

MEMÓRIAS DA DITADURA:
UMA ABORDAGEM SOBRE A RESISTÊNCIA FEMININA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
PÚBLICA E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Especialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História, Culturas e Especialidades. Linha de pesquisa: Linguagens, Narrativas e Subjetividades.

Aprovada em: 29 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br VALERIA APARECIDA ALVES
Data: 29/04/2024 12:30:31 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. VALÉRIA APARECIDA ALVES
(Orientadora e Presidente da Banca/PPGHCE-UECE)

Documento assinado digitalmente
gov.br FATIMA MARIA LEITAO ARAUJO
Data: 29/04/2024 15:36:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. FÁTIMA MARIA LEITÃO ARAÚJO
(Membro interno/MIHL-UECE)

Documento assinado digitalmente
gov.br VIVIANE PRADO BEZERRA
Data: 29/04/2024 16:05:47 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. VIVIANE PRADO BEZERRA
(Membro externo/UVA)


Profa. Dra. SÍLVIA MÁRCIA ALVES SIQUEIRA
(Membro suplente/PPGHCE-UECE)

Profa. Dra. Sílvia Márcia Alves Siqueira
Vice-Coordenadora do Mestrado Acadêmico
de História - PPGHCE - CH / UECE

À Tia (*in memoriam*), por todo amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por mostrar-me que nunca é tarde para a realização dos sonhos;

A minha mãe Zilmar (*in memorian*) e, ao meu pai Milton, por serem as raízes que me dão sustentabilidade nas tempestades da vida;

À tia Franci (*in memorian*), que acompanhou o início desse processo e sempre ter sido o “vai” nas dúvidas da caminhada;

À minha irmã Weides e, aos meus irmãos Raimundo, Benjamin e Alberone por em diferentes momentos e de formas distintas terem contribuído para a realização desse sonho;

As minhas sobrinhas Karla e Thaís por me fazerem sorrir;

Ao Besouro, a Libélula e a Flor que acompanharam a escrita de cada palavra desse trabalho com olhares de cobrança, desconfiança e ronronados de afeto;

Ao Mestrado Acadêmico História, Culturas e Espacialidades e ao seu corpo docente;

À Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza em convênio com a Universidade Estadual do Ceará;

À Secretaria da Educação do Estado do Ceará por ter concedido o afastamento de minhas funções laborais para a realização desse estudo;

À professora Dra. Valéria Alves, minha orientadora, pela atenção e eficiência sempre;

Às professoras Dra. Viviane Bezerra e Dra. Sílvia Siqueira, componentes da banca examinadora no Exame de Qualificação, pelas valiosas contribuições;

À professora Dra. Fátima Leitão pela disponibilidade em participar da banca examinadora de defesa de Dissertação e por suas relevantes sugestões;

Ao senhor Célio Albuquerque, membro da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou, pela receptividade e por disponibilizar os processos utilizados na pesquisa;

Ao professor Ms. Santos, diretor da E. M. Creusa do Carmo Rocha, pela compreensão no decorrer desse processo;

Ao professor Dr. Christian, diretor do C.E.J.A Adelino Alcântara Filho, por ter sido favorável ao afastamento de minhas funções pedagógicas;

Às amigas: Elizabeth por incentivar, acreditar e ser prece nos dias de ansiedade; Velma pela amizade, incentivo e por dizer “manda brasa” e, Raquel pelos chás e escuta atenta;

Aos demais componentes do “quarteto PPG/SME” – Gabriele, Lireda, Lúcio – e Diva pelos momentos de acolhimento, escuta e amizades construídas durante essa caminhada;

Aos colegas do curso pelas trocas de experiências e conhecimentos em sala de aula e pelos momentos de descontração e cafés no “Billy”.

Aos colegas da E. M. Creusa do Carmo Rocha e C. E. J. A. Adelino Alcântara Filho que enviaram boas energias durante o desenvolvimento desse trabalho e, em especial, a professora Jocilene com seu valioso auxílio na formatação final.

“Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar.
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo?
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino?
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar”

Angélica,
Chico Buarque, 1981.

RESUMO

Com a proximidade do quinquagésimo aniversário do golpe civil/militar de 1964, foi criada, através da Lei nº 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil. No relatório final da CNV as detenções ilegais são apresentadas como graves violações de direitos humanos que, geralmente, antecederam a tortura, a morte, ao desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres. Uma década antes, no contexto de luta, reivindicação e direito a memória que caracterizou a “justiça de transição”, a Lei nº 13.202/2002 instituiu a Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou (CEWROS) que reconhece o direito à indenização às pessoas detidas por motivos políticos, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. A produção documental formada pelos depoimentos das militantes do grupo de trabalho Ditadura e gênero da CNV e pelos processos de requerimento de indenização ao estado do Ceará através da CEWROS constituem importantes acervos sobre a resistência feminina à Ditadura Militar e foram analisadas, a partir da Análise do Discurso – AD. O presente estudo apresenta uma reflexão sobre as possibilidades oferecidas pela História Pública para o ensino de História para além do livro didático. Nesse contexto, questiono como as representações sobre a resistência feminina à Ditadura Militar presentes no relatório final da CNV, nos processos da CEWROS e nos livros escolares podem ser problematizadas na Educação Básica na perspectiva da História Pública? Inicialmente, apresento uma análise sobre como a resistência feminina à Ditadura Militar é abordada no referido instrumento pedagógico, evidenciando a superficialidade e/ou ausência e proponho possibilidades de abordagem da temática em sala de aula. As fontes utilizadas nesta pesquisa, evidenciam que a resistência feminina à Ditadura Militar teve várias nuances que se apresentavam de acordo com o contexto político, a concepção de resistência, a disponibilidade em que estavam imbuídas e com as necessidades das organizações políticas. Em sua maioria, iniciaram a militância política no movimento estudantil, quer fosse secundarista nos grêmios estudantis ou universitária nos centros acadêmicos e, Juventude Universitária Católica. A análise das fontes evidencia que as memórias dessas mulheres são permeadas pelo ativismo e entusiasmo juvenil frente a resistência, pela vida em “função da revolução”, pelas perseguições que as levaram para a clandestinidade e as torturas vivenciadas nas prisões. Embora conheça a relevância e as potencialidades didático-metodológicas do livro escolar, compreendo a necessidade da utilização de outros recursos na experiência docente. Dessa maneira, considero que o diálogo entre o ensino de História e a História Pública está para além dos recursos metodológicos utilizados na prática educativa, pois relaciona-se ao tipo de abordagem realizada.

Palavras-chave: Ditadura militar. Resistência. Mulheres. História Pública. Ensino de História.

RÉSUMÉ

À l'approche du cinquantième anniversaire du coup d'État civil/militaire de 1964, la Commission Nationale de la Vérité (CNV) a été créée au Brésil par la loi n° 12 528/2011. Dans le rapport final de la CNV, les détentions illégales sont présentées comme de graves violations des droits de l'homme qui ont généralement précédé la torture, la mort, la disparition forcée et la dissimulation des corps. Une décennie plus tôt, dans le contexte de lutte, de revendications et de droit à la mémoire qui caractérisait la « justice transitionnelle », la loi n° 13 202/2002 a créé la Commission Spéciale Wanda Rita Othon Sidou (CEWROS) qui reconnaît le droit à réparation des personnes détenues pour raisons politiques, dans la période du 2 septembre 1961 au 15 août 1979. La production documentaire formée par les témoignages des militantes du groupe de travail Dictature et genre du CNV et les processus de demande d'indemnisation de l'État du Ceará à travers le CEWROS constituent d'importantes collections sur la résistance féminine à la dictature militaire et ont été analysées, à partir de l'analyse de Discours – AD. La présente étude présente une réflexion sur les possibilités offertes par l'histoire publique pour enseigner l'histoire au-delà du manuel. Dans ce contexte, je me demande comment les représentations de la résistance féminine à la dictature militaire présentes dans le rapport final du CNV, dans les processus du CEWROS et dans les manuels scolaires peuvent être problématisées dans l'éducation de base du point de vue de l'histoire publique? Dans un premier temps, je présente une analyse de la manière dont la résistance féminine à la dictature militaire est abordée dans l'instrument pédagogique susmentionné, en soulignant sa superficialité et/ou son absence et en proposant des possibilités pour aborder le sujet en classe. Les sources utilisées dans cette recherche montrent que la résistance féminine à la dictature militaire présentait plusieurs nuances qui apparaissaient selon le contexte politique, la conception de la résistance, la disponibilité dans laquelle elles étaient imprégnées et les besoins des organisations politiques. La plupart d'entre eux ont commencé leur militantisme politique dans le mouvement étudiant, qu'ils soient lycéens dans les syndicats étudiants ou étudiants universitaires dans les centres universitaires et la Jeunesse universitaire catholique. L'analyse des sources montre que la mémoire de ces femmes est imprégnée de l'activisme et de l'enthousiasme de la jeunesse face à la résistance, de la vie comme « fonction de la révolution », des persécutions qui les ont conduites dans la clandestinité et des tortures vécues dans les prisons. Bien que je connaisse la pertinence et le potentiel didactique et méthodologique du livre scolaire, je comprends la nécessité d'utiliser d'autres ressources dans l'expérience pédagogique. De cette manière, je considère que le dialogue entre l'enseignement de l'Histoire et l'Histoire publique va au-delà des ressources méthodologiques utilisées dans la pratique pédagogique, car il est lié au type d'approche adoptée.

Mots-clés: Dictature militaire. Résistance. Femmes. Histoire publique. Enseigner l'histoire.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Organizações políticas.....	60
Gráfico 2 –	Movimento Estudantil.....	61
Gráfico 3 –	Trajetórias profissionais interrompidas.....	71
Gráfico 4 –	Militantes torturadas.....	78
Gráfico 5 –	Tipificação das torturas sofridas.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974)	99
Figura 2 –	Crimeia Alice Schmidt de Almeida (1946-)	99
Figura 3 –	Angel mãe.....	101
Figura 4 –	Peça de coleção de moda voltada para a denúncia da repressão.....	102
Figura 5 –	Box: O tema é.....	104
Figura 6 –	O tema é... (continuação).....	105
Figura 7 –	Box: A resistência das mulheres.....	106
Figura 8 –	Box: Atividades.....	107
Figura 9 –	Box: Mulheres na luta.....	108
Figura 10 –	Recorte do depoimento de Ana Maria Gomes.....	117
Figura 11 –	Recorte do depoimento de Maria Aparecida Costa.....	118
Figura 12 –	Recorte do depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles.....	119
Figura 13 –	Recorte página 2 do processo de Edna Veras Ferreira.....	120
Figura 14 –	Anexo do processo de Francisca das Chagas Lima.....	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A RESISTÊNCIA FEMININA: O GRUPO DE TRABALHO DITADURA E GÊNERO.....	21
2.1	Comissão Nacional da Verdade: uma breve contextualização	22
2.2	Narrativas da resistência: onde estavam as mulheres que se opuseram ao Estado ditatorial?.....	32
2.3	“A escolha de Sofia”.....	43
3	A COMISSÃO ESPECIAL WANDA RITA OTHON SIDOU: VOZES DAS MULHERES SILENCIADAS.....	56
3.1	Caminhos da militância.....	59
3.2	Trajetórias Interrompidas.....	70
3.3	Tortura: o preço da resistência.....	77
4	OS DIVERSOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E AS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS OFERECIDAS PELA HISTÓRIA PÚBLICA.....	85
4.1	O ensino de História e os instrumentos didáticos.....	86
4.2	PNLD 2024 e as leituras sobre a resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil....	92
4.3	História Pública: suas práticas e instrumentos para o ensino de História.....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

As primeiras reflexões acerca da História Pública se inserem no contexto da crise dos paradigmas explicativos da realidade, quando foram questionados importantes marcos conceituais dominantes na História, como: Marxismo e a Escola dos Annales. As mudanças políticas e sociais ocorridas na segunda metade do século XX, despontaram com o crescimento das Ciências Sociais que ao incorporar “normas de cientificidade e modelos de trabalho”, utilizados nas Ciências Exatas, cresciam no campo intelectual e científico em detrimento da História.

Essas transformações influenciaram uma nova forma de escrita da História, com a incorporação de novos objetos de estudo – comportamentos, crenças, rituais, relações familiares, sociabilidades, sentimentos etc. – “esquecidos” pela História Social, conferindo sentido às palavras, às ações e aos sujeitos sociais, desembocando assim, em uma Nova História Cultural. Pesavento salienta que a “História trabalha com a mudança no tempo, e pensar que isso não se dê no plano da escrita sobre o passado implicaria negar pressupostos” (2005, p. 16).

Vale ressaltar que a História Cultural não é algo novo, pois no século XIX já havia estudos sobre esta. Conforme Burke (2005), na Alemanha, antes de sua unificação, existia a *Geistesgeschichte*, expressão que pode ser compreendida como “história do espírito” ou “história da mente”. Na França, embora evitassem o termo cultural, na primeira geração dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, desenvolveram a história das mentalidades, sensibilidades ou “representações coletivas”. Segundo Helenice Rodrigues da Silva, as “representações” de história substituem o conceito de mentalidades (2000, p. 82 *apud* Santos, 2011, p. 36). Nesse sentido, a autora entende a História Cultural como herdeira dos Annales. Chartier designa como “o retorno a uma das inspirações fundadoras dos primeiros Annales dos anos 1930, o estudo das utensilagens mentais antes relegada a segundo plano, recebe a designação de mentalidades” (1988, p.14). Dessa maneira, tendo como pressuposto os autores citados, os objetos da História Cultural produzida a partir da década de 1970, já haviam sido discutidos em outros contextos históricos.

Diante das dificuldades em conceituar o termo História Cultural, também é difícil estabelecer os limites de atuação desse campo do conhecimento. Conforme Chartier, “[...] a história cultural, tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1988, p.16). Burke (2005) destaca que o terreno mais comum entre os historiadores

culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Nesse contexto, ao tomar como exemplo, as representações advindas dos depoimentos, das mulheres que foram torturadas durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), disponíveis no *site* da Comissão Nacional da Verdade - CNV¹ e, processos das militantes que reivindicaram indenização ao estado do Ceará através da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou - CEWROS² encontro falas carregadas de sentimentos – raiva, medo, sofrimento, desejo de justiça, angústia – que, de acordo com o conhecimento e leitura prévia sobre esse período, podem suscitar diferentes debates acerca da resistência feminina ao governo militar.

Peter Burke (2008) ressalta a existência de controvérsias entre os profissionais da área, posto que, enquanto uns dizem trabalhar intuitivamente e outros na procura de significados, há os que focalizam as práticas e representações. Ciente da infinidade de estudos sobre a definição e no estabelecimento de fronteiras para delimitação dos objetos da História Cultural, optei por desenvolver a presente pesquisa refletindo sobre as práticas e representações pensadas por Roger Chartier, para quem “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (1988, p. 17).

Dessa maneira, entendo a necessidade de problematizar as relações entre os discursos proferidos e aqueles que os utilizam, posto que, esses discursos tendem a reproduzir formas de dominação entre grupos. Mais uma vez, fazendo referência aos testemunhos colhidos pela CNV³ e, aos históricos dos processos de indenização da CEWROS⁴, considero que estes podem ser utilizados para denunciar as perseguições políticas e sexistas praticadas no período em estudo, mas dependendo do discurso, bem como, de quem faça a leitura, podem ser usados no sentido de banalizar e, até mesmo, justificar o exercício da tortura.

Tendo como referência o pensamento de Paul Ricoeur (2007), acontecimentos que representam glória para determinado grupo social, podem representar humilhação para outros grupos a dependerem da forma como se dá o armazenamento da memória coletiva, tendo em vista, seus traumas reais ou simbólicos. Pensada como “processo social de reconstrução do passado realizado por um determinado grupo, que compartilha uma experiência comum em

¹ A criação da CNV se deu por ocasião do cinquentenário do Golpe civil-militar de 1964 e foi efetivada através da Lei nº 12.528/2011, sancionada em 18 de novembro de 2011.

² A CEWROS foi criada através da Lei nº 13.202 de 10 de janeiro de 2002 e reconhece o direito à indenização às pessoas detidas por motivos políticos, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

³ A escolha dos depoimentos teve como referência o grupo de trabalho Ditadura e gênero da CNV, com ênfase nas militantes que expuseram suas atividades e espaços de resistência, bem como, suas experiências nas prisões.

⁴ As militantes foram selecionadas, inicialmente, conforme a disponibilização dos processos pela CEWROS e após leitura escolhi os que respondem as questões norteadoras da pesquisa.

torno do período correspondente” (Halbwachs, 1950 *apud* Gomez, 2023, s.p), a memória coletiva das militantes em estudo, ao ser publicizada através dos trabalhos da CNV, põe em evidência feridas não cicatrizadas.

Dessa forma, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, foram permeados por conflitos de memórias, posto que, acontecimentos extremamente traumáticos para as vítimas das perseguições políticas do Estado ditatorial foram dados como “inverídicos” ou, até mesmo, necessários pelos detratores da Lei. Assim, a partir do emaranhado de relações entre os agentes do Estado e as mulheres que resistiram a ditadura são forjadas as representações sobre a resistência femininas ao regime militar.

Nas últimas décadas a produção do conhecimento histórico tem passado por várias transformações a partir da ampliação e pluralidade de usos, espaços, públicos e narrativas. Nesse contexto de mudanças e numa perspectiva de história do tempo presente, por volta da década de setenta do século passado, se desenvolvem as primeiras reflexões acadêmicas sobre a História Pública. As produções sobre a temática enfatizam a complexidade dos usos e as dificuldades em defini-la. Contudo, Santiago (2016) propõe uma tipologia para História Pública com ênfase em quatro campos de comprometimento, tais como: uma história que prioriza a ampliação de públicos; uma história feita de forma colaborativa; uma história que incorpora formas não institucionais de produção; e, uma história que priorize a reflexão frente ao debate público. Nessas circunstâncias, produzir História Pública é produzir história do público, para o público e, com o público.

Dessa maneira, as representações sobre a resistência feminina ao governo ditatorial no Brasil e seus usos na Educação Básica na perspectiva da História Pública se constituem no objeto de estudo desta pesquisa. O recorte temporal tem como ponto de partida o ano de 2012, ocasião em que foi criada a Comissão Nacional da Verdade – episódio que suscita reflexões sobre o crescimento, sobretudo nas redes sociais, de uma “onda negacionista” em que, para além dos militares, membros da sociedade civil, punham em dúvida o caráter ditatorial do governo militar no Brasil – perpassando pelo golpe midiático parlamentar⁵ que levou a deposição da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), culminando em 2018 com a eleição de um presidente da República identificado com a extrema direita.

O presente trabalho tem como objetivo geral problematizar as representações sobre a resistência feminina à Ditadura militar através dos testemunhos presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, nos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou,

⁵ Golpe midiático parlamentar por ter sido articulado por setores da mídia dominante e posto em prática pelo Parlamento.

nos livros didáticos e usos na Educação Básica na perspectiva da História Pública. Quanto aos objetivos específicos: Discutir como se deu a atuação feminina na militância durante a ditadura militar a partir dos documentos da CNV e CEWROS; refletir sobre as representações da tortura a partir dos testemunhos das referidas militantes; problematizar as formas como a temática é abordada nos livros didáticos e pensar novas abordagens em sala de aula na perspectiva da História Pública.

A violência de gênero está presente nas sociedades desde tempos remotos, porém em períodos e espaços dominados por regimes autoritários, esse tipo de violência tende a ser potencializado. A categoria de análise gênero, aqui, é pensada a partir da definição de Joan Scott, que “[...] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 86). Dessa forma, quando a mulher luta contra a ordem estabelecida, na visão dos ditadores, ela é bem mais subversiva que o homem, afinal ela não só tensiona, mas rompe com o papel de submissão, tradicionalmente, delimitado pelo patriarcado.

A efetiva participação feminina na resistência às ações repressivas do Estado ditatorial foi punida com a mesma rigidez empregada aos homens, porém, sempre acrescidas da atuação do caráter misógino que aproveitando-se de suas feminilidades às expunham a torturas cruéis e humilhantes, configurando-se, como graves violações dos direitos humanos. Neste contexto, questiono como as representações sobre a resistência feminina à Ditadura Militar presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, nos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou e nos livros didáticos podem ser problematizadas na Educação Básica na perspectiva da História Pública?

A leitura dos testemunhos concedidos ao grupo de trabalho Ditadura e gênero da CNV⁶ e, presentes nos processos da CEWROS⁷ enfatizam a violação dos direitos humanos nos

⁶ Elzira Vilela (CNV, 2014, vol. 1, p. 409); Maria Aparecida Costa (CNV, 2014, vol. 1, p. 404); Márcia Bassetto Paes (CNV, 2014, vol. 1, p. 407); Rosemary Nogueira (CNV, 2014, vol. 1, p. 408); Ana Maria Gomes (CNV, 2014, vol. 1, p. 04); Eleonora Menicucci de Oliveira (CNV, 2014, vol. 1, p. 409); Maria Amélia de Almeida Teles (CNV, 2014, vol. 1, p. 410); Antônia Ribeiro Magalhães (CNV, 2014, vol. 1, p. 403); Criméia Schmidt de Almeida (CNV, 2014, vol. 1, p. 411); Testemunho sob sigilo (CNV, 2014, vol. 1, p. 415).

⁷ Helena Serra Azul Monteiro (CEWROS, 2003, processo: 04024166-1); Edna Veras Ferreira (CEWROS, 2004, Processo: 04270014-0); Maria do Carmo Serra Azul (CEWROS, 2003, processo: 04024384-2); Vera Maria Rocha Pereira, (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7); Mércia de Vasconcelos Pinto (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1); Moema Correia São Thiago (CEWROS, 2004, Processo: 042669942-8); Ester Barroso Pinheiro (CEWROS, 2004, processo: 04024242-0); Edmilsa Sousa Costa (CEWROS, 2019, processo: 10918919-19); Iracema Serra Azul da Fonseca (CEWROS, 2003, processo: 4024387-7), Francisca das Chagas Lima de Souza, (CEWROS, 2004, processo: 04270021-3); Maria de Lourdes de Paula Vasconcelos (CEWROS, 2004, processo: 043110972-1); Maria de Lourdes Ferreira CEWROS, 2004, processo: 043110972-1); Helena Alves Assunção (CEWROS, 2004, processo: 04270043-4); Maria de Fátima Rocha Maranhão (CEWROS, 2004, processo:

cárceres e espaços nos quais se davam as perseguições políticas que levavam às militantes à clandestinidade e, conseqüentemente, às prisões ilegais. O trabalho com as referidas fontes possibilita, a partir das narrativas das militantes, não somente, conhecer como se deu a atuação das mulheres nas organizações de esquerda, mas, sobretudo, perceber que as violências sofridas nas prisões se deram no exercício da hierarquia de gênero.

A análise dos testemunhos das mulheres que foram torturadas foi realizada a partir da Análise do Discurso – categoria de análise que, segundo Silva e Araújo, não possui uma metodologia pronta, posto que, “[...] é o objeto (corpus) e os efeitos de sentido que vão impondo a teoria a ser trabalhada” (2017, p. 20) – e leva em consideração, as condições e contexto nas quais foram produzidos, bem como, a posição dos sujeitos que os produziram. Nessas circunstâncias:

“A categoria das condições de produção, que devem ser levadas em consideração, uma vez que tratam em localizar os discursos em seu contexto, e dessa forma se propõem entender o que é dito, quem o diz, por que o diz, para quem diz, como diz, de que ponto histórico, cultural e social diz e com quais objetivos o faz.” (Silva; Araújo, 2017, p. 24).

Tendo em vista que o contexto e o lugar de onde se fala, quem fala e para quem fala são de extrema importância para a AD, considero a necessidade da reflexão sobre a resistência feminina à Ditadura Militar a partir do lugar de resistência, ou seja, enfatizando vozes que foram silenciadas e, portando, esperavam ocasião oportuna – justiça de transição⁸ – para emergirem.

Levando-se em consideração o fato que “[...] o analista ‘não é uma pessoa neutra’” (Mazière, 2007, p. 23 *apud*, Silva; Araújo, 2017, p. 25) e que o recorte temporal da pesquisa (2012-2018) se situa num período marcado por conflitos de memórias – em que asseclas do Estado autoritário não só negavam/negam o caráter ditatorial, mas, sobretudo, relativizavam/relativizam a prática da tortura –, pensar a resistência feminina ao referido Estado a partir dos testemunhos das mulheres torturadas reafirma o meu compromisso social com a

04269941-0); Eliane Gadelha Dias (CEWROS, 2014, processo: 04270044-2); Etelvira Cunha Oliveira (CEWROS, 2004, processo: 04269928-0); Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca, (CEWROS, 2004, processo: 040772450-6); Simone Simões Ferreira Soares (CEWROS, 2004, processo: 04166257-1).

⁸ Entende-se por justiça de transição, “uma reação crítica ao silêncio e esquecimento impostos pelo regime autoritário, buscando verificar se as regras, princípios e práticas respondem às expectativas e às necessidades das populações que antes haviam sido objeto de terrorismo do Estado”.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-justica-de-transicao/713203151>. Acesso: 29.03.2024.

memória das vítimas, conforme a expressão “lembrar para não esquecer, para nunca mais acontecer”⁹.

Na seção quatro, ao trabalhar com o livro didático, considero-o, também, em sua função documental, posto que, este pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno (Choppin, 2004). Nessa perspectiva ao refletir sobre a forma como o livro didático aborda a resistência feminina à Ditadura militar, utilizo-me da Análise Documental por ser “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5). Assim, o livro didático é entendido não apenas como recurso didático – fim para o qual foi criado – mas também como documento histórico e objeto de estudo.

Vale ressaltar que o presente trabalho resulta do convênio realizado entre Secretaria Municipal da Educação/Universidade Estadual do Ceará e, se materializou através do edital “Processo Seletivo Especial Multiprograma/Curso de auxiliares de pesquisa para atuação no programa Observatório da Rede Oficial de Ensino do Município de Fortaleza em seus Múltiplos Olhares” que tem como exigência que a temática da pesquisa seja relacionada com a prática em sala de aula. Dessa maneira, na quarta seção desse trabalho, proponho o desenvolvimento de uma sequência de atividades que problematiza a forma como a resistência feminina à Ditadura é abordada no livro didático¹⁰ e orienta o uso de testemunhos presentes no relatório final da CNV, em sala de aula, na perspectiva da História Pública.

A dissertação é composta por cinco seções. A seção número um compreende a Introdução e desenvolve uma breve síntese da pesquisa. Intitulada “Comissão Nacional da Verdade e a resistência feminina à Ditadura militar a partir do grupo de trabalho ditadura e gênero”, a seção dois está dividida em três tópicos. No primeiro tópico, contextualizo a criação da CNV em relação a outras comissões da verdade, leis e entidades que deram suporte ao seu desenvolvimento. Reflito sobre como a CNV ao objetivar garantir o direito à verdade e a memória histórica, ouvir as reivindicações dos militantes e familiares dos mortos e desaparecidos também contribuiu para criação de uma ambiência favorável à erupção dos conflitos de memórias, desencadeando novas dinâmicas sociopolíticas em que, também, emergiram as vozes dos que concordavam com o autoritarismo do Estado. O segundo tópico

⁹ Expressão citada nos artigos: “Golpe de 1964: Lembrar para não esquecer, para nunca mais acontecer!”, de Fernando Carvalho, publicado *Brasil de Fato*, Fortaleza, em 1º de abril de 2022 e “Golpe de 1964: Lembrar para não esquecer, para nunca mais acontecer!”, de Eliomar de Lima, publicado no jornal *O Povo*, 1º de abril de 2022.

¹⁰ A escolha das quatorze coleções de História do nono ano constantes no PNLD 2024 deu-se pelo fato dessas estarem em análise nas escolas de Ensino Fundamental durante a realização desta pesquisa.

que tem como referência a leitura dos testemunhos concedidos ao grupo de trabalho Ditadura e gênero da CNV se volta para o conhecimento e compreensão dos espaços de militância, bem como, o conhecimento dos papéis desempenhados pelas mulheres em oposição ao Estado repressor. No terceiro tópico, desenvolvo uma leitura dos testemunhos das mulheres, prestados a CNV, identificando o caráter misógino e sexista, através do qual, os perpetradores utilizavam-se da condição de gênero para torturá-las física e psicologicamente.

Também dividida em três tópicos, a seção três intitula-se “Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou: vozes das mulheres silenciadas pela opressão da Ditadura militar no Ceará”. No primeiro tópico ao utilizar como fonte de pesquisa, as narrativas presentes nos processos da CEWROS, desenvolvo uma reflexão sobre os espaços de militância e protagonismo das feminino no enfrentamento ao Estado. No segundo, exponho, as inúmeras situações em que as perseguições do Estado causaram prejuízos na vida das militantes, sobretudo por interromper suas trajetórias profissionais. No terceiro tópico, discuto como a prática da tortura, durante interrogatórios, das prisioneiras políticas, supostamente, envolvidas em “atividades subversivas”, foi medida amplamente empregada pelo aparato repressivo no combate a oposição política. Dessa forma, assim como no Brasil, o assédio e as torturas sexual, geralmente, acrescido de falas difamatórias presentes na maioria dos interrogatórios foi utilizado para humilhar e desqualificar a condição feminina.

A seção quatro tem por título “Os diversos caminhos para o ensino de História e as possibilidades didáticas oferecidas pela História pública”. No primeiro tópico, desenvolvo uma contextualização sobre o ensino de História na segunda metade do século XX e, discorro sobre posicionamentos de teóricos quanto a multiplicidade de fatores envolvidos no processo de produção e distribuição do livro didático e, também, sobre a diversidade de seus usos. No tópico dois, ao apresentar a gênese e mudanças recentes ocorridas no Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), faço uma reflexão com ênfase na presença, na superficialidade ou ausência da temática em estudo nas coleções aprovadas pelo MEC no referido PNLD; 3.3 “História Pública – suas práticas e instrumentos para o ensino de História”, no qual apresento possibilidades de trabalho sobre a resistência feminina Ditadura militar a partir do livro didático e de depoimentos disponíveis no relatório final do *site* da Comissão Nacional da Verdade. Na seção cinco faço breves considerações sobre os resultados do trabalho.

2 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A RESISTÊNCIA FEMININA: O GRUPO DE TRABALHO DITADURA E GÊNERO

Nas décadas que se seguiram o fim ditadura militar parte da sociedade brasileira, mais especificamente, aqueles que tiveram suas liberdades individuais cerceadas, foram perseguidos, presos de forma arbitrária, torturados etc., se organizaram para denunciar e reivindicar a responsabilização dos agentes estatais pelos crimes de violação dos direitos humanos. Ainda no período ditatorial, familiares e amigos dos mortos e/ou desaparecidos políticos, entraram com ações na justiça contra o Estado, inclusive, em instâncias internacionais dando maior visibilidade aos crimes aqui praticados.

Dessa forma, “[...] os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória¹¹ dos anos 60 e 70” e “[...] continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura”, atitude vista como revanchismo de esquerda para grande parte dos militares que “[...] gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento” (Martins Filho, 2002, p. 179). Assim, “desde meados dos anos noventa, emergiu todo um discurso, baseado na memória, que relata feitos, ações, prisões, torturas sofridas nas mãos da repressão do regime militar. Estes relatos, por sua vez, passaram a ganhar cada dia mais legitimidade.” (Pedro; Wollf, 2011, p. 399). “O importante é sublinhar que não se espera, nestes processos, a reconstrução de uma memória homogênea “oficial” e “única”, que, aliás, nunca houve ao longo da história” (Napolitano, 2015, p. 12).

Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, en la resistencia, en el mundo privado, en las catacumbas. Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma”, e completa: “el espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política (Jelin, 2006, p. 6).

¹¹ Conforme Napolitano, a construção social da memória sobre a Ditadura passou por fases, sendo que a primeira “[...] pode ser identificada entre 1964-1974, marcada por experiências históricas matriciais que servirão de experiência primária para as construções e reconstruções posteriores no campo da memória” (2015, p. 20); A segunda situa-se entre 1974-1994, período em que “[...] a classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime, ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-lo perante a opinião pública” (2015, p. 20); A delimitação da terceira fase se estabelece entre os anos de 1995-2004, período caracterizado pelo “[...] predomínio da uma memória hegemônica crítica ao regime influenciou as políticas do Estado brasileiro pós-ditadura. [sic]” (2015, p. 25); e, a quarta fase foi delimitada entre 2003-2014, identificada de “revisionismos ideológicos e historiográficos” é caracterizada de um lado pelo “[...] aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo (2015, p. 25).

Considerando que o espaço da memória é um espaço de lutas políticas é impensável uma memória homogênea mesmo quando diz respeito a pessoas pertencentes ao mesmo grupo. Porém, no contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade as memórias em conflitos se deram em torno de grupos opositores que objetivavam preservar sua versão da História.

Com a proximidade do quinquagésimo aniversário do Golpe civil/militar de 1964, ainda no contexto de luta, reivindicação e direito a memória, foi criada a Comissão Nacional da Verdade – CNV no Brasil, último país que tem sua história manchada por uma ditadura na América Latina a desenvolver uma Comissão da Verdade¹².

Neste capítulo apresento um estudo sobre a resistência feminina à Ditadura militar a partir dos testemunhos prestados à Comissão Nacional da Verdade, mais especificamente, ao grupo de trabalho Ditadura e gênero. No tópico 1.1 contextualizo a criação da CNV em relação às comissões que à antecederam e ao contexto político, interno, no qual, esta foi criada; No tópico 1.2, com base nas narrativas presentes no relatório em estudo busco compreender e conhecer os papéis desempenhados pelas mulheres em oposição ao Estado ditatorial, bem como, os espaços em que desenvolveram a militância; E, no tópico 1.3, a partir dos testemunhos das militantes, reflito sobre o caráter misógino dos interrogatórios e da exploração da hierarquia de gênero para torturá-las física e/ou psicologicamente.

2.1 Comissão Nacional da Verdade: uma breve contextualização

Nas décadas de 1980 e 1990, foram criadas mais de três dezenas de Comissões da Verdade em diversos países e embora, nem todas, tenham recebido essa denominação, reconheceram, em diferentes situações e contextos, a ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a vigência do estado autoritário. Nos trabalhos que antecederam a criação da CNV, foram feitos estudos que deram suporte ao seu desenvolvimento, como por exemplo, o exame de várias comissões já realizadas em países que têm em comum o passado marcado por governos autoritários e, conseqüentemente, violação dos direitos humanos.

Entre as comissões analisadas nas atividades precursoras à Comissão Nacional da Verdade, vale destacar, em especial, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

¹² Entre as Comissões da Verdade desenvolvidas nos países da América Latina anteriores à brasileira, podemos destacar: A embrionária Comissão Nacional de Investigação de Desaparecidos na Bolívia (1982); A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (1983); A Comissão da Verdade e Reconciliação / A Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura no Chile (1989 e 2003); A Comissão da Verdade para El Salvador (1992); A Comissão para o Esclarecimento Histórico da Guatemala (1997-1998); A Comissão para a Paz no Uruguai (2000); A Comissão da Verdade e Reconciliação no Peru (2001). Fonte: COMISSÃO Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. vol.1, p. 21/22.

na Argentina - CONADEP por receber vasta menção na literatura sobre o tema e ser a primeira das comissões do Cone Sul. “Ao debruçar-se sobre a prática dos desaparecimentos forçados, que ganhou na Argentina a dimensão de milhares de casos, aquela comissão teve o papel determinante de mapear os centros clandestinos de detenção” (CNV, 2014, vol. 1, p. 31).

Para além da América Latina, destaca-se o caso da Comissão da Verdade e Reconciliação que foi realizada com o término do *Apartheid* na África do Sul (1995-1998) pelo então presidente Nelson Mandela. “A essa comissão foi conferido o poder de conceder anistia àqueles que revelassem a “verdade integral” sobre os crimes praticados, ainda que não houvesse manifestação de grau algum de arrependimento. Tratou-se da única comissão da verdade com poderes para conceder anistias individuais” (CNV, 2014, vol. 1, p. 31).

Conforme o relatório final da CNV: “A referência ao trabalho de apenas algumas comissões da verdade não diminui a importância de outras que, em vários lugares do mundo, contribuíram para o esforço de rever e superar o legado de graves violações de direitos humanos.” (CNV, 2014, vol. 1, p. 32). Destaco o exemplo da Argentina, pois, para além de ser a primeira comissão da América do Sul, desempenhou relevante papel incentivador para a criação das demais no continente latino-americano.

O caso da África do Sul, ganhou visibilidade mundial por ter sido criada após o final do longo período de segregação racial, institucionalizado pelo *Apartheid* em 1948. Essa comissão possui características e contextos histórico e social bem diversos das demais, posto que, diante da possibilidade de eclosão de uma guerra civil, caso tivesse caráter punitivo, esta teve “[...] a função básica de privilegiar a apuração e a difusão da verdade, o reconhecimento da dignidade das vítimas e o perdão dos perpetradores, como uma forma de reconstrução da estrutura social” (Carmo; Oliveira, 2015, s.p.).

O transitar pelas diversas experiências externas nutriu a CNV de um leque de exemplos contextualizados às suas realidades nacionais. Dessa forma, percebeu-se que o ponto em comum entre as diversas comissões da verdade foi a expectativa das vítimas, familiares e amigos quanto aos resultados obtidos, bem como, o protagonismo dos que vivenciaram a tortura em virtude de seu testemunho. Assim:

[...] as comissões da verdade têm sido consideradas instituições de caráter oficial e temporário – o que as distingue de iniciativas da sociedade civil –, viabilizando de maneira mais efetiva a revelação e o registro da violência causada por agentes estatais, ou com a sua aquiescência, desautorizando falsas versões ou a negação dessa violência (CNV, 2014, vol. 1, p. 32).

A criação da Comissão Nacional da Verdade se deu por ocasião do cinquentenário do Golpe civil-militar de 1964 e foi efetivada através da Lei nº 12.528/2011¹³, sancionada em 18 de novembro de 2011, pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff – fato que gerou críticas em decorrência de sua participação na militância e luta armada, ter sido presa e torturada nos “porões” da Ditadura.

Teles ressalta que pela primeira vez, teve visibilidade pública o relato “de vítimas, mulheres, indígenas, negros e crianças que à época tiveram sua infância roubada” (Teles, 2015, p. 1002), tendo assim, seus relatos requisitados e suas memórias revisitadas (Pedro; Wolff, 2011). Ao romper com o silenciamento imposto no período de redemocratização, a CNV veio garantir, não apenas, o direito à verdade e a preservação da memória daqueles que foram, duramente, violentados pela tortura empreendida pelo governo militar, mas, sobretudo, a busca por responsabilização e reparação dos crimes por parte do Estado. Sob essas circunstâncias:

[...] a CNV atuou com a convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade do país, conforme a “Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964” (CNV, 2014, vol. 1, p. 21).

No relatório final da CNV as detenções ilegais são apresentadas como graves violações de direitos humanos que, geralmente, antecederam a tortura, a morte, ao desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres. Essa ordem de disposição dos crimes possibilita o entendimento de que as prisões ilegais se constituíram em elemento desencadeador da ocorrência de outros crimes de violação de direitos humanos, daí serem elencados no mesmo rol.

Fato que teve relevante contribuição para o desenvolvimento da CNV, foi esta ter sido criada em concomitância com a Lei de Acesso à Informação - LAI¹⁴, que veio garantir à sociedade brasileira o livre acesso aos dados da administração pública, vedando a limitação ou restrição de informações ou documentos que façam referência a violação dos direitos humanos. Vale salientar que de acordo com a CNV, em muitas ocasiões a LAI foi utilizada como base legal para acessar o vasto acervo documental sobre a ditadura militar presente no Arquivo

¹³ Lei nº 12.528/2011 – Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Seus trabalhos foram executados a partir de sua implantação em 16 de maio de 2012 até a apresentação do relatório final em 10 de dezembro de 2014.

¹⁴ Lei de nº 12.527/2011 que, em seu Art. 1º dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Nacional do Ministério da Justiça, bem como, a nível dos arquivos e delegacias de polícias dos estados da federação. Ambas as Leis “implicam maior democratização do direito ao acesso à informação pública, bem como, afetam o direito a memória e reparação histórica dos crimes cometidos na Ditadura civil-militar” (Costa, 2019, p. 118).

Durante o período ditatorial foram registradas constantes queixas de violação de direitos humanos por presos políticos e seus familiares. Para além das ações individuais e no contexto de denúncias e reivindicações, foi criado em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia¹⁵, organização que se expandiu com vários núcleos espalhados pelo país; em 1978, foi constituído o Comitê Brasileiro pela Anistia que reuniu várias entidades na luta contra o regime de exceção e garantia dos direitos humanos; e, entre os anos de 1979 a 1985 foi desenvolvido o projeto “Brasil: nunca mais”¹⁶, que organizou importante acervo documental sobre a violação dos direitos humanos cometida durante a ditadura militar (CNV, 2014, vol. 1).

A criação das referidas entidades se deu no confronto de memórias em que as esquerdas, mesmo tendo perdido a guerra de oposição ao regime, se destacaram na construção de uma memória hegemônica, enquanto os militares tentaram construir uma memória oficial forjada na imposição do esquecimento¹⁷ do passado através da promulgação da Lei de nº 6.683/1979 – Lei de Anistia¹⁸. Confronto este, marcado pelas memórias dos opositores ao regime que sofreram toda forma de perseguição e violação dos direitos humanos, mas também, dos setores da sociedade que participaram e apoiaram o Golpe de Estado e queriam impor o esquecimento sobre as atrocidades desenvolvidas pelo Estado, posto que, ao julgar os excessos cometidos pelos agentes da ditadura, esses grupos também estariam se julgando:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 5).

O silêncio sobre o passado ou, mesmo, a preponderância de um ponto de vista sobre acontecimentos sensíveis, podem mudar à medida que se desenrolam novas conjunturas

¹⁵ Vale destacar o protagonismo feminino – mães, avós, filhas, amigas de presos(as) e desaparecidos(as) políticos que reivindicavam o conhecimento de seus paradeiros e justiça pelos crimes praticados pelo Estado – nos movimentos dos direitos humanos.

¹⁶ O projeto foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo para preservar a memória das violências e processos judiciais movidos contra presos políticos.

¹⁷ Conforme Martins Filho (2002), a defesa da Lei da Anistia enquanto sinônimo de esquecimento é feita não apenas por militares que ocuparam cargos durante o governo militar, mas também por uma segunda geração nos anos 1980 e 1990.

¹⁸ A Lei vinculou à anistia dos militantes políticos a dos agentes da repressão e excluiu os opositores ao regime que tinham sido indiciados “pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (Artigo 1º, parágrafo 2º *apud* CNV, 2014, vol. 1, p. 23).

políticas na sociedade. O protagonismo de outros sujeitos sociais, lançando novos questionamentos sobre os fatos sensíveis, cria condições para a existência de novos debates e, conseqüentemente, a possibilidade da reescrita da história. Conforme ressalta Carlos Fico: “[...] a luta pela abertura dos documentos da ditadura, que em um primeiro momento mobilizou apenas alguns poucos historiadores, passou a ser assumida por outros setores e a ter repercussão na imprensa (2012, p. 53). Dessa maneira, discussões em torno da abertura dos arquivos do Estado repressivo, localização dos mortos e desaparecidos políticos, julgamento dos envolvidos nos crimes de violação de direitos humanos estiveram presentes no interior dos grupos que, de alguma forma, vivenciaram os horrores da ditadura e que esperavam o momento oportuno para emergir.

A promulgação da Lei de Anistia¹⁹ de forma recíproca – anistiando, não somente, os presos políticos e exilados com exceção daqueles que “cometeram crimes de sangue”, mas, também os torturadores –, sob a declaração de ter sido uma concessão do Estado, estabeleceu o apagamento dos movimentos sociais que muito tinham lutado por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”²⁰. Porém, a medida em que membros do Estado impunham a narrativa de que a referida lei havia promovido uma “reconciliação” no país fornecia o fermento necessário para a erupção das memórias daqueles que não aceitavam que o termo anistia fosse tido como sinônimo de perdão e esquecimento dos crimes cometidos pelos torturadores contra os opositores ao regime ditatorial.

“A anistia não é capaz de calar, porque não é capaz de fazer esquecer a violação e seus efeitos, não apenas para quem foi vitimado diretamente, mas pela sociedade atingida de inúmeras formas simbólicas” (Rovai, 2019, p. 93). O peso das graves violações de direitos humanos, aqui abordadas, alcançou além daqueles que vivenciaram a clandestinidade, as prisões arbitrárias, as sevícias, mas para todos que, de alguma forma, acompanharam e fizeram parte de toda e qualquer ação de resistência ao governo ditatorial.

No rol das leis que antecederam a criação da Comissão Nacional da Verdade, no ano de 1995, por ocasião da publicação do dossiê de mortos e desaparecidos políticos desde 1964, foi aprovada a Lei nº 9.140/1995 que instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), constituindo-se em ponto fundamental para os processos de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar (CNV, 2014, vol. 1). As atividades desse órgão tiveram seu relatório final publicado em 1997 com celebração e lançamento do livro “Direito à

¹⁹ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

²⁰ *Slogan* da campanha.

memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos”. Sobre a referida cerimônia destaca-se que:

Nas exatas palavras constantes do relatório final da CEMDP, esta “oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança. Na verdade, morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946” (CEMDP, 2007, p. 41 *apud* CNV, 2014. vol.1, p. 26).

A desconstrução dos discursos edificados pela memória oficial também acontece a partir do confronto entre os depoimentos, dos que vivenciaram passados sensíveis, prestados à Comissão Nacional da Verdade e os documentos oficiais. “Os testemunhos daqueles que sofreram e sobreviveram aos abusos podem representar o acesso à verdade sobre aquilo que foi ocultado e desprezado pela ignorância de alguns ou pela intencionalidade consciente de outros” (Rovai, 2019, p. 97). Nesse sentido, não apenas a Lei que criou a CNV, mas as demais “leis-memória” e comissões aqui citadas representam importantes instrumentos de desagregação da memória manipulada pelos agentes estatais no período da redemocratização desafiando as relações de poder e fortalecendo a luta por reparação dos crimes perpetrados contra os que militaram em oposição ao regime ditatorial.

Conforme a Comissão Nacional da Verdade, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Comissão da Anistia possibilitaram a criação de um campo privilegiado na busca pela verdade, porém “Ainda que as duas comissões sejam consideradas comissões de reparação, ambas têm contribuído para a luta por memória, verdade e justiça no país” (CNV, 2014, vol. 1, p. 28). As referidas comissões, bem como, a própria CNV exerceram importante papel social de fazer emergir ao cenário público os crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura militar de 1964 – fato que contribuiu para a desestabilização das versões oficiais –, colocando-os entre os assuntos mais discutidos na sociedade, descortinando assim, outras versões da mesma história.

No âmbito da contestação da memória manipulada pelo Estado e na busca por “dar voz” a outros sujeitos históricos, a organização dos movimentos sociais em conjunto com parentes e amigos das vítimas dos crimes perpetrados pelo Estado se fizeram presentes de forma participativa e colaborativa no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade:

Os comitês populares de memória, verdade e justiça cumpriram papel fundamental no processo de mobilização social para a criação da CNV. E, ao longo do trabalho da Comissão, muitos desses comitês – que têm entre seus membros ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos – prestaram importante colaboração ao trabalho da CNV, entregando documentos, oferecendo testemunhos e propiciando um rico manancial de informações acerca de diversos casos sob investigação. A CNV organizou encontros com os comitês e com sua representação nacional, conformada na Rede Brasil de Memória, Verdade e Justiça, tendo o primeiro deles ocorrido em julho de 2012, em Brasília, e o último em novembro de 2014, também na capital federal (CNV, 2014, vol. 1, p. 28).

Os diálogos desenvolvidos entre a Comissão e os familiares dos militantes perseguidos pela repressão política, também foram caracterizados por uma série de debates e críticas quanto ao desenvolvimento dos trabalhos. E, reivindicavam:

[...] dentre outras medidas, a apresentação de um plano de trabalho, com objetivos e metodologia definidos, a convocação dos agentes de Estado responsáveis pelos crimes de tortura, execução e desaparecimento forçado, a realização de um número maior de audiências públicas, o desenvolvimento de atividades de pesquisa voltadas prioritariamente para os casos de mortos e desaparecidos e o fortalecimento da pressão política necessária para a abertura total dos arquivos dos órgãos envolvidos com a repressão política (CNV, 2014, vol. 1, p. 67).

As contribuições prestadas pelos vários sujeitos e entidades da sociedade civil foram ao encontro dos objetivos da Comissão Nacional da Verdade em estabelecer o compromisso de atender as reivindicações das organizações sociais, bem como, dos familiares das vítimas, em evidenciar a verdade e resgatar a memória dos mortos e desaparecidos. A referida colaboração ampliou o acervo da Comissão e possibilitou, não apenas o diálogo, mas a problematização dos documentos oficiais a partir dos depoimentos e registros resguardados pelas testemunhas das graves violações dos direitos humanos que foram empreendidas durante a Ditadura Militar.

Assim como a maioria das comissões da verdade desenvolvidas durante as décadas de 1980 e 1990 não puderam desenvolver ações punitivas em relação aos que praticaram crimes durante o regime de exceção, por serem limitadas pelas leis de anistia de seus países, a CNV ao obedecer a uma decisão do Supremo Tribunal Federal - STF -, não desenvolveu a punição dos torturadores. Dessa maneira, mesmo tendo cumprido a função de investigar e identificar aqueles que praticaram crimes durante o período de exceção e promover o resgate da memória das vítimas da ditadura, a Comissão não sanou o sentimento de impunidade presente entre estas.

A aprovação da Lei nº 12.528/2011 e, conseqüentemente, o início dos trabalhos da Comissão, não possibilitou, apenas, o resgate da memória e o protagonismo das vítimas do Estado de exceção – ao se fazerem presentes nos trabalhos na condição de testemunhas e colaboradoras –, como também, aguçou o conflito de memórias e evidenciou a existência de

historiadores, jornalistas e membros da sociedade em geral que negam a existência da ditadura militar no Brasil e banalizam as práticas de violação em massa dos direitos humanos desenvolvidas no período.

Os debates em torno da Comissão fizeram com que [...] “os interessados no apagamento da memória e os demais defensores da ditadura saíssem das profundezas. Com o distanciamento temporal, a eles foi possível proferir enunciados raivosos a favor da tortura sem que fossem punidos pela justiça. Com isso encontraram eco entre os ignorantes e os violentos” (Costa, 2019, p. 118). O contexto em que veio à tona várias discussões sobre práticas criminosas desenvolvidas durante o regime militar, também foi fértil para evidenciar o posicionamento dos que concordavam com as referidas ações e o descontentamento de muitos militares, inclusive, da ativa.

O conflito de memórias torna-se mais evidente com o aumento das produções embasadas no negacionismo e/ou revisionismo ideológico. Conforme Pereira, não se trata de um conflito maniqueísta, de duas partes, que representa o bem e o mal. “Concordamos que ‘estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas’” (Portelli *apud* Pereira, 2015, p. 870). Essa fragmentação de pensamentos e opiniões em relação ao Estado de exceção iniciado com o Golpe civil/militar de 1964, compreende desde os militares que estiveram à frente do processo e/ou não, os que financiaram o Golpe, os que concordavam com suas práticas, como também, os que vivenciaram as perseguições políticas, foram presos, torturados e os familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

As redes sociais, *sites* e canais da *internet* têm se configurado em celeiro para a divulgação de falas que, além de exaltar ações autoritárias do Estado, pedem a volta do regime militar. “Arrisco dizer que eles têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre o regime militar” (Napolitano, 2015, p. 16). Dada a proliferação das produções midiáticas voltadas para o negacionismo ou revisionismo ideológico ressalto a distinção entre este e o revisionismo historiográfico. Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento não é imutável, determinadas narrativas sobre acontecimentos históricos podem ser questionadas, fato que possibilita o surgimento de novas versões da história. Assim, o historiador deve questionar uma já consagrada concepção histórica, inserindo no debate a apresentação de novas fontes, problematizando-as em diálogo com a historiografia existente:

Ao ser organizada de maneira correta, a explicação histórica pode ser, também, contestada. Outros pesquisadores terão condições de refutar as premissas, afirmar que a relação que se estabeleceu entre elas e o período histórico, ou a historiografia é inadequada. Quando isso ocorre (e isso acontece com todo mundo, pois ninguém tem a verdade definitiva), o conhecimento sobre o assunto é aperfeiçoado (Fontoura, 2016, p. 82).

A reinterpretção que se estabelece a partir da utilização do método, argumentação lógica, problematização de novas fontes em diálogo com a literatura possibilita o surgimento de outras perspectivas historiográficas. Enquanto o negacionismo ou revisionismo ideológico não passa pelo crivo da explicação histórica, pois não segue um método historiográfico. Os negacionistas, a partir de suas convicções, constroem hipóteses que confirmam suas conclusões preestabelecidas.

Vale destacar que, também, não desenvolvem diálogo com a produção historiográfica sobre o tema, apenas citam alguns poucos trabalhos em um pequeno círculo daqueles que compartilham as mesmas ideias. “Em geral, percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em “provas” imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas” (Pereira, 2015, p. 866). Destarte, as conclusões dos negacionistas e/ou revisionistas ideológicos não, apenas, estão em desacordo com a produção já existente sobre determinado assunto, bem como, não desenvolvem os procedimentos necessários para que se estabeleça a produção do conhecimento histórico.

Nos anos que se seguiram ao início das atividades da Comissão Nacional da Verdade, seguindo a perspectiva do revisionismo ideológico ou negacionismo, constatou-se o aumento das produções²¹ – *sites*, filmes, livros –, comunidades em redes sociais que abordam em essência a negação ou justificativa da ditadura militar que se estabeleceu com o Golpe civil/militar de 1964:

A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o

²¹ Para exemplificar destaco o *site* “Brasil Paralelo”, empresa criada em Porto Alegre, em 2016, e que afirmam que “orientados pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo”; O documentário “1964: O Brasil Entre Armas e Livros” que causou polêmica em decorrência da abordagem desenvolvida sobre o período da Ditadura Militar brasileira, dirigido por Felipe Varelim e Lucas Ferrugem; do *site* Brasil Paralelo, o filme defende, entre outros pontos controversos, que havia uma perigosa “ameaça comunista” e que a censura e a repressão não foram tão severas como contam os livros de história escritos por pessoas “contaminadas por ideais da esquerda”; O livro digital “Entre mitos e verdades. A história do regime militar”, também produzido pelo referido *site*, a produção diz apresentar o “outro lado da história” e afirma que os militares – apoiados por setores da sociedade – salvaram o Brasil da “ameaça comunista”.

Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contrarrevolução” (Pereira, 2015, p. 871).

O autor faz referência a um posicionamento que justifica o golpe civil-militar de 1964 condicionando-o ao impedimento de um suposto “atentado” ao Estado brasileiro que, conseqüentemente, levaria a implantação de uma “ditadura comunista”. Vale ressaltar que este discurso não possui nenhum precedente na historiografia sobre o tema, aparecendo, apenas, nas narrativas dos revisionistas e remete a outro fato bastante conhecido da história, quando o presidente da República Getúlio Vargas decretou o Estado Novo (1937-1945) sob a “ameaça” do suposto Plano Cohen²² – trazendo para os dias atuais, algo que se enquadra, perfeitamente, nas denominadas *fake news*.

Vale destacar que atualmente existem grupos de brasileiros, que de forma anacrônica, ainda se situam no contexto da Guerra Fria, período caracterizado pela polarização ideológica, e bradam sobre os possíveis riscos do avanço do comunismo, bem como, a possibilidade de “o Brasil vir a ser uma Cuba ou Venezuela”.

O aumento do discurso negacionista e revisionista no Brasil – percebido a partir do início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade –, bem como, a veiculação de distorções históricas e apologia à Ditadura através das redes sociais perpassaram pelo golpe midiático²³ parlamentar que, em 2016, depôs a presidenta, em exercício, Dilma Rousseff e foi largamente utilizado na campanha eleitoral do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro para Presidência da República em 2018.

Período marcado pelo crescimento da extrema direita ancorado em discursos de ódio proferidos nas redes sociais e, em muitas situações, no Congresso Nacional. Durante a votação que simulou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o deputado Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel reformado Carlos Brilhante Ustra²⁴, declarando sua simpatia pelo autoritarismo e repúdio à democracia. Sua eleição à presidência da República em

²² Documento forjado e divulgado pelo governo Vargas em setembro de 1937 que teve por objetivo justificar a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945), que aconteceu em novembro daquele ano. Segundo o então governo brasileiro, em especial a cúpula militar, tratava-se de um suposto plano orquestrado pela Internacional Comunista para tomar o poder no Brasil. (GOMES, 2021).

²³ Zanetti desenvolve uma análise sobre como a grande mídia tradicional brasileira construiu um discurso que expôs o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir dos escândalos do Mensalão. Desenvolveram uma “narrativa que associava o PT e suas principais lideranças à ideia de corrupção e de incompetência administrativa, fortalecendo, mais tarde, o discurso de rejeição ao governo Dilma” (ZANETTI, 2019, p.195). Vale ressaltar que a campanha pelo *impeachment* da referida presidenta foi caracterizada pelo evidente machismo, sexismo e misoginia.

²⁴ Carlos Brilhante Ustra (1932 – 2015), Natural de Santa Maria – RS, foi coronel do Exército Brasileiro e chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Também era conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá.

2018 selou o golpe de 2016 e deu seguimento ao desmonte dos direitos sociais constituídos desde a Consolidação da Leis Trabalhista - CLT, bem como as conquistas advindas dos governos do Partido dos Trabalhadores que entrou em vigor em 2002 como a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A campanha do então presidenciável pelo Partido Social Liberal - PSL foi marcada pela veiculação de *fake news* nas redes sociais e grupos de *Whatsapp*, bem como, a exaltação das ideias autoritárias, o que já se configurou em prática logo no início de seu governo.

Assim, a Comissão Nacional da Verdade ao objetivar a garantia do direito à verdade e a memória histórica – ao ouvir as reivindicações dos militantes e familiares dos mortos e desaparecidos – e, assim, fortalecer a memória hegemônica, também favoreceu a erupção dos conflitos de memórias, desencadeando novas dinâmicas sociopolíticas em que emergiu a voz dos que concordavam com o autoritarismo do Estado.

2.2 Narrativas da resistência: onde estavam as mulheres que se opuseram ao Estado ditatorial?

A participação feminina foi relevante nas ações de resistência ao governo autoritário, embora, em muitos casos – em decorrência das relações hierárquicas de gênero predominantes na sociedade – seu papel fosse limitado a funções acessórias nas organizações de esquerda e, “[...] muitas mulheres militantes questionavam estes papéis considerados pequenos por elas. Várias exigiam uma participação mais direta, efetiva, o que incluía pegar em armas e estar na linha de frente” (Brandão, 2014, p. 179). Dessa maneira, transgrediram as condutas sociais, tensionaram os espaços que lhes foram destinados na militância política e passaram a assumir funções mais complexas nos movimentos de guerrilhas, vindo a alcançar significativo percentual de participação na luta armada:

A partir do cruzamento de várias fontes, Maklouf fala da participação de 15 a 20% de mulheres nos vários níveis nas ações da luta armada. Se colocarmos no seu contexto, este número significa muito. Afinal ainda estávamos no início dos anos 70 e as mudanças na estrutura familiar, no mundo do trabalho, na educação, na mentalidade da sociedade brasileira – para não dizer na cultura ocidental – ainda patinavam no tocante à questão feminina. Se nem o divórcio estava regulamentado, quanto menos a legitimidade das mulheres no mundo da política. Mulheres militantes estavam fora, muito longe, do imaginário coletivo (Brandão, 2014, p. 178).

O argumento sobre ser grande o percentual feminino nas atividades de guerrilha – tanto urbana quanto rural – se faz a partir de uma contextualização histórica que leva em

consideração o limitado papel desempenhado pelas mulheres na sociedade patriarcal. “A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres” (Sarti, 2004, p. 37). Nesse sentido, o comportamento revolucionário das militantes – fora dos parâmetros heteronormativos de seu tempo – representou uma dupla transgressão à ordem instituída, ocasionando, não apenas, mudanças nos padrões comportamentais dessas mulheres, mas também, novos papéis assumidos na sociedade.

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade, tornou “mais visível a presença de mulheres em meio a estudantes, presos, torturados, militantes da luta armada e exilados” (Rovai, 2013, p. 114). A leitura dos testemunhos concedidos ao grupo de trabalho Ditadura e gênero enfatiza a violação dos direitos humanos nas prisões e nos espaços em que se davam as perseguições políticas que levavam às militantes à clandestinidade e, conseqüentemente, às detenções ilegais. Dessa maneira, o presente tópico é voltado – a partir da leitura de algumas falas – para o conhecimento e compreensão dos papéis desempenhados pelas mulheres em oposição ao Estado repressor, bem como, dos espaços em que desenvolveram a militância.

Elzira Vilela²⁵ relembra sua origem simples, filha de pai, trabalhador, ferroviário que queria ser comunista. A terceira de treze irmãos, cresceu ouvindo falar em revolução e nas injustiças sociais, o que contribuiu para sua formação humanista. Em 1960 ingressou como estudante de medicina na PUC de Sorocaba-SP, militou no Movimento Estudantil do Centro Acadêmico e na Juventude Universitária Católica. “[...] participei de congresso no fim do ano, aí eu fiquei assim, deslumbrada, o que era o mundo, o que era a realidade, o que era o Brasil e me engajei de corpo e alma naquilo” (CNV, 2014, vol. 1, p. 5).

Contudo, quando a militância na Igreja já não comportava os espaços de luta, por ela, pretendidos, foi convidada para participar da recém-criada Ação Popular - AP e à medida que conhecia os objetivos do movimento percebeu que este “[...]surgiu respondendo a uma necessidade concreta, que já existia, todo mundo queria algo que não fosse o Partido Comunista Brasileiro, que a gente julgava super atrelado à Ordem de Moscou, muitas vezes muito tímido, não era suficiente (CNV, 2014, vol. 1, p. 8). De acordo com o depoimento, o engajamento nas lutas de base era fundamental para a Ação Popular, daí a batalha, por eles, empreendida pelas reformas propostas pelo presidente, mais tarde deposto de forma inconstitucional, João Goulart.

²⁵ Testemunha prestou depoimento em 21.02.2014 aos integrantes da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo. NUP. 00092.000422/2014-8.

Ressalta que com o Golpe civil-militar de 1964, houve um período em que se voltou para os livros, porém, em 1968 quando já havia mudado para São Paulo, para fazer residência, foi contatada pela Organização para hospedar um líder camponês ferido na luta pela terra. Dessa forma, da agradável convivência com o hóspede veio o convite, “[...] companheira, quem sabe você vai comigo lá para o Maranhão, quando eu for?” (CNV, 2014, vol. 1, p. 8). Diante da necessidade de uma médica para atender os feridos, posto que, nesse estado a luta pela posse da terra estava bastante avançada, Elzira Vilela considerou o convite pertinente e começou a providenciar a organização da viagem. Afirmou:

[...] eu fiz estágio em traumatologia, fiz estágio em infectologia na Emílio Ribas, para entender melhor as doenças endêmicas lá do Maranhão, fiz algumas coisas aí. Obstetrícia eu sabia muito bem, que eu fiz três anos de obstetrícia no tempo da faculdade, então parto para mim era uma coisa muito simples, fiz um estágio em ginecologia. Eu completei minha formação para poder abranger patologias de adulto, um pouco de clínica médica (CNV, 2014, vol. 1, p. 8).

Após a adequação da sua formação às necessidades da Organização na região, decidiram que a militante iria como pesquisadora de plantas medicinais – algo que foi legitimado através de um professor de Farmacologia da Faculdade de Medicina – dadas as suspeitas que sua presença e permanência levantaria no local. Nesse contexto, viajou para o Maranhão com duas malas cheias de armas e bastante material médico/laboratorial. Estabeleceu-se em Santa Inês – distrito de Santa Luzia –, ocasião em que foi chamada para fazer um parto complicado, fato que a tornou conhecida e benquista dos residentes no dia de sua chegada. Após um período, atendendo os companheiros da Organização e, conseqüentemente, o povo da comunidade – atividade que camuflava seu verdadeiro propósito naquela região – ela foi surpreendida por um senhor que a alertou:

Olha, eu sou o responsável aqui pelo distrito. O pessoal está discutindo na Câmara lá em Santa Inês. A Câmara Municipal está discutindo que você é comunista e eles estão resolvendo, possivelmente eles vêm aqui te prender. E como eu tenho uma dívida com você muito grande porque você salvou a minha mulher, eu quero te tirar daqui. Para mim não interessa se é comunista ou não é”. Ele falou: “Você quer sair daqui agora?” (CNV, 2014, vol. 1, p. 11).

Com esta ajuda a militante empreendeu fuga entrando para a clandestinidade, passando algum tempo, em São Luiz, trancada em uma casa até ser organizado o esquema de seu retorno para São Paulo.

Ao chegar em São Paulo, depois de um certo tempo recebeu a proposta de ir para Delmiro Gouveia – Alagoas, viver como camponesa, posto que, a Ação Popular possuía uma orientação política em que seus integrantes, pequenos burgueses, deveriam ser inseridos na

produção – no campo ou na cidade – para passar por mudanças ideológicas. “Importação total do modelo chinês, que o PC do B fez e continuou fazendo. E a gente estava nessa, companheiros nossos tinham ido para a China, já tinham voltado e essa era a proposta” (CNV, 2014, vol. 1, p. 12).

Elzira Vilela ressalta que sua estadia em Alagoas foi rápida – mas o suficiente para desenvolver trabalhos em mutirão, conhecer as dificuldades vivenciadas pelos nordestinos com a escassez de água – em decorrência de um acidente, por ela sofrido, com uma arma enquanto fazia um treinamento de tiro. “Foi uma coisa horrível, quase que eu perco o olho, uma vista. E daí tive que vir rapidamente para Maceió e depois para São Paulo” (CNV, 2014, vol. 1, p. 12). Na sequência destaca que o grupo dispunha de armas velhas para suas atividades, daí ter seu olho atingido por um estilhaço enquanto participava de um treinamento de tiro.

Logo após a recuperação do acidente sofrido em Alagoas, a militante seguiu com seu trabalho de base e a Organização, mais uma vez, no Nordeste, conforme:

Em Pernambuco tinham sido presos muitos companheiros, a repressão estava terrível e eu fui para lá no intuito de ajudar a reorganizar o trabalho na cidade de Recife. E lá eu fiquei um ano, a gente contatava as pessoas, tentando reorganizar a pequena burguesia no Recife, um trabalho assim, mais de formiguinha (CNV, 2014, vol. 1, p. 14).

Depois de um período convivendo com as massas populares, atividade esta, que lhe proporcionou experiências diferentes das vivenciadas no Sudeste, a testemunha retornou para São Paulo e passou a desenvolver serviços internos. “Absolutamente clandestino e assim, sem contato nenhum com a massa, só com os companheiros, recebendo companheiros que vinham de outros estados, encaminhando, encaminhando para falar com a direção, fazendo contato entre as direções, extremamente arriscado e sigiloso” (CNV, 2014, vol. 1, p. 14).

Dessa maneira, ela prossegue com a narrativa sobre suas experiências nas lutas de resistência à ditadura, decurso em que passou por várias cidades – Maringá, Curitiba, Santo André. Casou-se com um companheiro de militância e logo em seguida vieram os problemas de saúde durante a gravidez, as dificuldades de realizar uma cesariana na clandestinidade, ou seja, o acréscimo de sofrimentos e obstáculos decorrentes da maternidade. A prisão de suas irmãs para que entregassem seu paradeiro, mostra uma das inúmeras formas em que as mulheres foram perseguidas para que delatassem familiares, fossem eles: maridos, filhos(as), irmãos(as), enfim, os pesadelos de viver sob a mira do Estado repressor.

Nesse ínterim, retornou para São Paulo e morou durante os primeiros seis meses de sua filha num cortiço em Santo André, período em que diante do alto número de prisões já

ponderava a possibilidade do exílio. Naquele contexto, foram presos, na Estação da Luz, quando estavam indo para o Rio de Janeiro para, em seguida, buscar exílio em Buenos Aires.

Elzira Vilela nasceu numa família favorável ao crescimento do germen da luta política, fato este, que, certamente, influenciou sua inserção em vários espaços de resistência. Seu testemunho proporciona, com riqueza de detalhes, o conhecimento de inúmeros lugares de atuação política e possíveis papéis desempenhados pelas mulheres na resistência à Ditadura Militar. Sua militância foi gestada no movimento estudantil – Centro Acadêmico e Juventude Universitária Católica – que se ampliou com o ingresso na Ação Popular por entender que as circunstâncias políticas, nas quais o país se encontrava, exigiam outras estratégias de luta.

Dessa forma, no momento oportuno, começou a colaborar com o movimento atendendo as demandas da Organização que englobavam desde a hospedagem de companheiros de militância, mudança para outros estados, atendimento a feridos, inserção no trabalho das massas, guerrilha rural, trabalhos internos entre outros. Nesse processo, a testemunha desenvolveu várias experiências na resistência e desde muito cedo – ao participar de um congresso de estudantes – demonstrou o seu encantamento pela militância política.

Assim, como a maioria dos militantes, não foi poupada dos tormentos da clandestinidade que à levaram a decidir pelo exílio. Embora, em seu relato, não seja evidenciado a presença de obstáculos para assumir determinadas funções na Organização, certamente, por seus atributos, à época, considerados masculinos – ousadia, coragem –, a maternidade adicionou dificuldades, ao desempenho da militância, que a levou à prisão.

Maria Aparecida da Costa²⁶ inicia seu relato ressaltando que enquanto estudante da Faculdade de Direito do São Francisco, no ano de 1964, encontrava-se como militante do Centro Acadêmico da referida instituição e da Juventude Universitária Católica - JUC. Até então, possuía, apenas, uma visão social de igualdade e justiça, porém, com o Golpe de Estado houve uma ruptura institucional e o fechamento político limitando as formas de atuação, com isto veio a necessidade de combater a ditadura, buscar a volta de um Estado em que os direitos fossem respeitados e voltasse ao esquema de liberdade, sem censura, sem prisões (CNV, 2014, vol. 1) Ressalta ainda, que por ter convicção de que os militares não renunciariam ao poder ora usurpado, entendia que não havia outra forma de combatê-los que não através da luta armada. Dessa forma, filiou-se à Ação Libertadora Nacional - ALN, integrando-se ao Grupo Tático Armado - GTA, organização em que militou durante um período em São Paulo.

²⁶ Testemunha prestou depoimento em 31.07.2013 aos integrantes da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo. NUP. 00092.002323/2013-89.

Após os militares descobrirem seu endereço, a ALN resolveu encaminhá-la ao Rio de Janeiro para em seguida retirá-la do País, algo que foi dificultado com o assassinato de Carlos Marighella²⁷ em novembro de 1969. Um mês após o fato, a militante foi presa pelo DOPS-RJ e levada para a Operação Bandeirantes em São Paulo.

O referido testemunho evidencia mais uma atuação feminina na luta armada, bem como, o protagonismo da militante em, desde o início, ter ciência de que a adesão às armas seria a forma mais eficaz contra os detratores do poder e, dessa forma, ingressar numa organização condizente com seu propósito.

Algumas ex-prisioneiras políticas acompanharam o desenrolar da Ditadura Militar desde a infância e adolescência. **Márcia Bassetto Paes**²⁸, jovem de classe média, descendente de imigrantes italianos, teve sua formação política iniciada ainda no ensino Ginásial e acompanhou situações em que sua escola foi pichada “[...] com a sigla CCC²⁹ e a frase “Morte aos Comunistas””, ocasião em que o Grêmio Estudantil foi fechado. Os estudantes continuaram atentos às questões políticas e, mais tarde, por volta do ano 1972, quando cursava o Colegial “[...] a gente percebe uma brecha para reabrir o grêmio, que já estava trancado há um tempo, por lei, pela força da lei. Era possível a gente formar um centro cívico, que o estatuto não pressupunha uma autonomia, mas a gente podia fazer essa formação” (CNV, 2014, vol. 1, p. 3). Sempre atentos às discussões políticas e culturais, os estudantes buscavam burlar a censura através de atividades teatrais, festivais de música e produção de jornais e revistas.

Essas atividades são lembradas no intuito de mostrar que “[...] a gente estava, na verdade, compondo toda uma identidade cultural, alguns signos e toda uma visão de mundo, que foi de uma geração de jovens da década... que foi atuante, a partir da metade da década de 1970 em diante” (CNV, 2014, vol. 1, p. 5). Convicta da necessidade da participação ativa no Movimento Estudantil, em 1976, Márcia Bassetto Paes ingressou no curso de História da USP, universidade em que atuavam “vários grupos e partido que eram proibidos”. Diante das várias possibilidades de organizações em que poderia participar, fez opção pela Liga Operária, oferecendo-se para militar em alguns bairros periféricos de São Paulo. Depois de alguns meses centrando sua atenção na periferia e universidade, percebeu a importância de adentrar as fábricas na condição de operária.

²⁷ Carlos Marighella (1911 – 1969), natural de Salvador – Ba, foi um político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro e um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964–1985). Fundador e dirigente nacional da Ação Libertadora Nacional (ALN).

²⁸ Testemunha prestou depoimento em 28.08.2014 aos integrantes da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo. NUP. 0092.001911/2014-86.

²⁹ Comando de Caça aos Comunistas - CCC.

Naquele contexto, trancou a matrícula no curso de História – mas não perdeu o vínculo com a universidade – e foi trabalhar numa fábrica de embalagens e, logo em seguida, numa metalúrgica. Nesta ambiência, inseriu-se em alguns grupos de discussão e constatou que o Sindicato dos Metalúrgicos já desenvolvia uma reflexão sobre problemas sociais extra fábricas. Dessa forma “[...] me vi dentro de um ambiente, onde existia uma inconformidade com o regime autoritário, onde se questionava, quer dizer, não era coisa só dos estudantes essa inconformidade e essa necessidade de mudança, também estava colocada em alguns outros setores da sociedade, né?” (CNV, 2014, vol. 1, p. 5). A testemunha se via inserida num contexto de luta que ia para além dos limites do movimento estudantil e seu trabalho já se encontrava em floração em meio ao operariado.

No decorrer da narrativa em que Márcia Bassetto Paes descreve seu percurso na militância, também menciona fatos que justificam a insatisfação política e social. Evidencia episódios como “o massacre da Lapa”³⁰ e o “Pacote de Abril”.³¹ Conforme a militante, a referência aos fatos é feita com o intuito de apresentar uma narrativa que venha desconstruir “[...] um mito de que o Governo Geisel foi brando e que o ruim foi o Médici” (CNV, 2014, vol. 1, p. 5). e “[...] tudo o que aconteceu, no Governo Geisel, inclusive, a minha história, a história da minha organização e de muitos que foram presos nessa segunda metade da década de 70, fica meio que embaçado, fica opaca, não fica muito esclarecido” (CNV, 2014, vol. 1, p. 5). Sua narrativa desmonta a versão de que alguns períodos e/ou governos do regime militar foram mais brandos ou que não houve violência.

Diante dos atos de violência a Liga Operária se empenhou na tarefa de desmitificar o 1º de Maio como dia de festas e comemorações, tal era apresentado pelos militares. Daí, escreveram um panfleto – e afixaram na entrada das fábricas – que evidenciava o caráter de luta pela conquista de leis em prol da melhoria da situação dos trabalhadores e protestava quanto à carestia e ao custo de vida.

Foi exatamente na atividade de entrega dos panfletos, em 28 de maio de 1976³², que o grupo foi preso. O relato enfatiza que a militância desenvolvida pela Liga Operária no decorrer da década de 1970 se apresentava numa perspectiva diversa daquela desenvolvida nos anos de 1960. Não há menção à luta armada, mas a mobilização da classe operária quanto a necessidade da luta por melhores condições de vida. Conforme a testemunha:

³⁰ Ocorrido em 16 de dezembro de 1976, quando “o torturador Sérgio Paranhos Fleury foi diretamente lá, com armas em punho” deixando dois mortos e levando vários presos.

³¹ Executado “pelo Ernesto Geisel, foi baixado em 13 de abril de 77, que determinava o fechamento temporário do Congresso Nacional, entre outras medidas”.

³² Optaram por desenvolver a ação três dias antes da data por entenderem que não haveria muita fiscalização.

Quer dizer, eu coloco isso para também colocar uma diferença de como esses grupos, na segunda metade da década de 70, viam a luta contra a ditadura. A gente não estava propondo “vamos pegar em armas para tomar o poder.” Se eu tivesse nascido 10 anos antes, eu não sei, talvez muito provavelmente eu teria... Não se trata de valorização, mas, assim, qual é o caráter da nossa... O que nós estávamos pleiteando. E, o que, frente aos acontecimentos, há um esticar de cordas, vamos dizer assim, da ditadura militar do momento (CNV, 2014, vol. 1, p. 5).

Márcia Bassetto Paes apresenta à década de 1970 num contexto diferente da anterior, posto que, a militância desenvolvida pela organização da qual fazia parte, utilizava-se da conscientização da classe trabalhadora, fosse nos bairros ou nas fábricas – evidenciando as mazelas sociais e o autoritarismo do Estado – para a reivindicar direitos e tensionar as amarras da repressão. Esta atuação evidenciava a resistência aos governos militares em perspectiva diferente da luta armada.

Cedo a militante foi inserida nos espaços de luta e testemunhou a truculência dos agentes da repressão através da censura imposta ao ambiente estudantil com o fechamento do Grêmio e perseguição aos professores. A vivência dessa situação, aliada a outras, fomentou a consciência da necessidade da militância que se fez através das atividades culturais, no Ginásio, e mais tarde, na USP, com sua inserção na Liga Operária que à levou a desenvolver atividades de conscientização política nas ruas da periferia e na fábrica em que trabalhou. Sua narrativa destaca outros espaços e formas de resistência experienciadas pelas mulheres no período ditatorial que não a luta armada.

Jornalista³³ da Folha da Tarde, **Rosemary Nogueira**³⁴ desenvolveu um trabalho de apoio à logística da luta política, em que fomentava encontros dos militantes em sua residência – “socorro vermelho” (Ribeiro, 2011 *apud Rovai*, 2013). “E o que acontecia era do pessoal da igreja, os dominicanos, mais o Marighella e outros, se reunirem na minha casa” (CNV, 2014, vol. 1, p. 24). Conforme sua fala, por ser casada – com o também militante e jornalista no mesmo veículo de comunicação, Luís Roberto Clauset – e estar grávida, pressupunha-se que despertava poucas suspeitas. Ao ser questionada se tinha medo de fazer parte do grupo, ressalta que não tinha medo, mas cuidado. Do conhecimento das circunstâncias políticas do momento, aflorava a necessidade de contribuir com a resistência política.

³³ A militante esclarece que não fez faculdade de jornalismo, posto que não havia necessidade para desenvolver a função, bastava “escrever bem, ser curioso e tal”. Aos dezessete anos, foi à redação do jornal e disse que queria ser jornalista e foi contratada.

³⁴ Testemunha prestou depoimento em 17.09.2013 aos integrantes da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo. NUP. 00092.002333/2013-14.

E, achando que a saída era essa mesma, quer dizer, a gente tinha que fazer a luta de resistência, e houve uma luta de resistência no Brasil, você pensando em 64, que foram perseguidos os líderes sindicais, os partidos, Partidão, Partido Socialista e tal, e tudo, deputados, então. Exatamente. As cassações, a Constituição foi suspensa, de 46. Ou seja, são violações gravíssimas, eu não podia concordar com isso (CNV, 2014, vol. 1, p. 27).

Ao destacar as violações de direitos que ocorreram no período, a fala da testemunha incita uma reflexão sobre a conhecida expressão “quem cala consente”. A discordância das ações desenvolvidas pelo aparato governamental, a impulsionou para, de alguma forma, contribuir com a luta contra a repressão instituída. Dessa maneira, a fala da militante – embora, corrobore com a tese de que a participação das mulheres na luta armada se deu no exercício de funções acessórias e de suporte às atividades consideradas, à época, masculinas, como a tomada de decisões e pegar em armas – evidencia a importância de todas as funções que compunha a resistência aos militares, salientando que esta foi realizada em distintos espaços sociais.

A prisão³⁵ de Rosemary Nogueira ocorreu em novembro de 1969, data em que Carlos Marighella foi assassinado. Após sofrer uma série de torturas, Frei Fernando³⁶ entregou sua casa, embora a militante não soubesse de muita coisa, posto que, não participava das reuniões³⁷. E, após as baixas na ALN, afirmou que:

Mas continuou a resistência, aí veio o a MOLIPO, Libertação Popular, formação de comunidades de base, movimento contra carestia, várias coisas que foram formando uma consciência contra a ditadura de resistência. Aí vieram as greves do ABC que foram grande, até chegar ao Diretas Já, que é luta de massas, portanto eu considero que a democracia é uma conquista do povo brasileiro. [...] diante dessas várias lutas, a minha participação foi esse pouquinho, mas teve outras muito mais importantes...não tem mais importante nem menos importante (CNV, 2014, vol. 1, p. 15).

O presente testemunho desmitifica o pensamento de que nos movimentos de resistência ao governo militar existiam funções de maior ou menor relevância. Embora, na maioria das situações, as mulheres desempenhassem atividades de suporte aos movimentos – consequência do sexismo vigente, também, nas organizações de esquerda –, todas as funções apresentavam seus riscos e se faziam necessárias para o funcionamento dos movimentos e, para a reafirmação de que a democracia que temos é o legado de muita resistência, mortes, sofrimentos, vidas que tomaram caminhos inesperados em decorrência da militância.

³⁵ O tópico deste trabalho intitulado “A escolha de Sofia”, traz uma citação sobre a forma como Rosemary Nogueira enfrentou os agentes policiais no momento de sua prisão para impedir que seu filho de apenas trinta e três dias de nascido fosse levado para o juizado.

³⁶ Frei Fernando (1936 - 2019), natural de Visconde do rio Branco – MG, frade dominicano, foi preso e torturado por agentes da Ditadura Militar em 1969.

³⁷ Ressalta que o não conhecimento das decisões do grupo se dava, até mesmo, por uma questão de segurança, pois não iam colocar uma grávida em risco.

Ana Maria Gomes³⁸, filha de um carregador e mais tarde motorista de caminhão com uma mãe que dividiu sua vida entre cuidar dos filhos e em determinados momentos trabalhar fora, desde cedo teve que conciliar a escola e o trabalho na fábrica, condição esta, que foi essencial para a compreensão e não aceitação das problemáticas sociais relacionadas à luta de classes:

E para a gente era muito fácil entender que alguma coisa estava errada, por nossa experiência de vida. Então, quando começaram a falar de Marx, quando começaram a falar da ditadura, para a gente era muito fácil, de arroxo salarial e tudo isso, era muito fácil para a gente entender. Então, foi assim... Como para mim foi como se, de repente, eu tivesse encontrado explicação para muita coisa que me incomodava. Eu sempre fui muito rebelde, eu nunca aceitava muito as desigualdades (CNV, 2014, vol. 1, p. 04).

A referida fala ressalta como o conhecimento prévio, e as vivências marcadas pela luta por sobrevivência foram fundamentais para a compreensão de questões políticas e sociais vigentes à época. A militante compunha um grupo em que, a maioria, se dividia entre o trabalho na fábrica durante o dia e a escola no turno da noite, fato que levou a sua inserção na militância política – Movimento Estudantil Secundarista e Movimento Operário³⁹ de forma concomitante. Neste último, esteve ligada às comissões de fábrica que desenvolveram o trabalho de conscientização da base – em que explicavam como se dava a mais-valia, bem como, questões advindas da ditadura: a ausência de liberdade de expressão, arrocho salarial – com o objetivo de sindicalizar operárias e operários da fábrica de lâmpadas alemã, Osran, em que trabalhava.

De acordo com a testemunha, o operariado da referida fábrica era composto por, aproximadamente, noventa por cento de mulheres, exceto nos cargos de chefia, fato que representa um perfil social marcado por relações hierárquicas de gênero em que, mesmo depois de muitas lutas, as mulheres conquistaram o direito ao trabalho fora de casa, porém, em visíveis condições de desigualdade em relação aos homens.

Conforme a militante, o trabalho ainda incipiente, iniciado pelo grupo, não seguiu adiante após a greve de Osasco⁴⁰, talvez por “Preconceito das mulheres, de estar frequentando sindicato, mulheres que frequentam sindicato, talvez não fosse uma coisa bem-vista, não sei”

³⁸ Testemunha prestou depoimento em 07.04.2014 aos integrantes da Comissão Nacional da Verdade em São Paulo. NUP. 0092.000799/2014-66.

³⁹ A testemunha esclarece que após o golpe civil-militar, em 1964, houve o fechamento dos sindicatos e dessa forma os trabalhadores organizados de forma clandestina através das comissões de fábrica passaram a interferir nos sindicatos.

⁴⁰ Movimento grevista que ocorreu na cidade de Osasco – SP em julho de 1968. Com início na Cobrasma logo difundiu-se em outras fábricas da cidade. Os operários lutavam por melhores condições de trabalho e aumento de salário.

(CNV, 2014, vol. 1, p. 6). Neste caso, mesmo se tratando de mulheres que já não correspondiam aos padrões comportamentais da época e lutassem contra a exploração social ainda não estavam isentas da preocupação do que pensavam sobre elas – se eram bem ou mal-vistas por frequentarem determinados espaços sociais. Para Goldberg: “são membros de ‘geração sanduíche’, pelo trânsito entre concepções tradicionais de ser mulher, emergência de comportamentos e indicadores culturais considerados modernos, mesmo com limites bem claros” (Goldberg, 1987, p. 18 *apud* Duarte, 2008, p. 221).

Ao reportar-se as bases do movimento, afirma: “E aí, tinha o pessoal vinculado a organizações políticas ou que estavam já saindo do Partido Comunista, enfim, essas coisas todas que vocês sabem, as dissidências, ou o pessoal que nunca militou mesmo no Partido Comunista, como o nosso caso” (CNV, 2014, vol. 1, p. 4). Dessa forma, destaca que desde cedo o grupo já tinha claro que os direcionamentos do referido partido “[...] não correspondia àquilo que a gente pensava de combate à ditadura, transformação da sociedade” (CNV, 2014, vol. 1, p. 4). Quanto à composição dos grupos, “bom e aí foram se formando grupos, um grupo nosso, pessoal, tinha um grupo, aí era de estudos e ia o pessoal daqui, eram intelectuais, eram estudantes, que lá faziam um trabalho com os operários” (CNV, 2014, vol. 1, p. 6). Vale ressaltar que esta última fala possui fios que se conectam diretamente com o testemunho de Márcia Basseto Paes que enquanto estudante da USP se filia à Liga Operária – tranca o curso de história – e se torna operária para atuar na conscientização dos trabalhadores das fábricas.

Ao narrar o processo de conscientização política, no qual ela e o irmão participavam, ressalta que aos poucos ganharam a confiança e colaboração de seus pais – certamente pela vivência já possuíam uma consciência de classe e pela ética familiar – que, mais tarde, por sofrer perseguições, tiveram que mudar de sua casa para um aparelho⁴¹ da organização dado o envolvimento com o grupo. Os militantes atuaram na greve de Osasco, ocasião em que a testemunha foi levada à delegacia para prestar esclarecimentos após o cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos, montado pelos militares.

Nos dias que se seguiram já entraram⁴² para a clandestinidade – pois dada a proximidade entre sua casa e o referido sindicato logo os agentes da ditadura bateram em seu endereço – e passaram a “viver em função da revolução”. Até a ocasião de sua prisão, militou na Vanguarda Popular Revolucionária, organização em que realizou treinamento de tiros, e

⁴¹ Casa que acolhia os revolucionários da organização.

⁴² A testemunha faz referência ao irmão e ao namorado Roque, com quem casou-se e foram morar em um aparelho da Vanguarda Popular Revolucionária.

Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, viveu na clandestinidade migrando de aparelho para aparelho.

A leitura e análise das fontes evidencia que a resistência feminina à ditadura teve várias faces e fases de acordo com o contexto político, a concepção de resistência, disponibilidade em estavam imbuídos, bem como, as necessidades das organizações políticas: guerrilhas no campo e/ou na cidade, conscientização do operariado, inserção das militantes nas massas, apoio logístico às organizações etc. Em sua maioria iniciaram a militância política no movimento estudantil, fosse secundarista nos grêmios estudantis ou universitária nos centros acadêmicos e Juventude Universitária Católica. As memórias dessas mulheres são permeadas pelo ativismo e entusiasmo juvenil frente na resistência, a vida em “função da revolução”, bem como, as perseguições que as levaram clandestinidade. Na maioria das falas, destaca-se que o enfrentamento adveio da responsabilidade na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, considero que mesmo tendo vivenciado as dificuldades, que lhes foram impostas, por romper padrões comportamentais de uma sociedade marcada pelas desigualdades de gênero, as mulheres também se fizeram protagonistas na luta contra a repressão política, pois não se curvaram à condição de vítimas, enfrentaram e criaram situações para confundir os agentes do Estado.

2.3 “A escolha de Sofia”⁴³

“La tortura era parte de una «ceremonia iniciática» en los campos de detención, en que se privaba a la persona de todos los rasgos de su identidad: la vestimenta, las pertenencias personales, la posibilidad de mirar y ver por capuchas y mordazas.”

(Jelin, 2002, p. 101)

No período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, havia pouca participação feminina no cenário político brasileiro, predominando um forte conservadorismo social no que diz respeito aos espaços sociais ocupados pelas mulheres. Os anos 1960 se caracterizaram pelos intensos questionamentos, quanto à estrutura social, família e posição feminina na sociedade. Em virtude das transformações políticas e socioculturais, as mulheres recusaram o papel que

⁴³ O título do tópico faz referência ao romance de Willian Styron - “A escolha de Sofia”. Esta obra mostra, em sua patética grandeza, com perfeito domínio do tempo na narrativa e um texto denso, envolvente cheio de suspense, o drama de Sofia Zawistowka, uma bela polonesa sobrevivente ao campo de concentração de Auschwitz, mulher assombrada pelo terrível escolha que precisou fazer um dia. Uma escolha que definiu o resto de sua vida, entregue a uma relação alucinante e destrutiva, impermeável a qualquer felicidade capaz de desviá-la do puro e simples aniquilamento.

lhes havia sido, historicamente, conferido pelo patriarcado – de moças comportadas, donas de casa, mãe – e aumentaram seus números no mercado de trabalho, nas universidades, locais em que adotaram novos comportamentos em relação a condição destas no meio social.

As mulheres, provavelmente, foram o segmento que mais se modificou nas décadas de 1960 e 1970. Vivenciaram alterações na vida cotidiana, no mercado de trabalho, com a redução do número de filhos e, de forma veloz, precisaram obter mais escolaridade, o que transformou suas relações com os homens e com outras mulheres e mudou muito a dinâmica de suas vidas (Teles, 2015, p. 1005).

Mesmo vivenciando as transformações sociais e atuando nas organizações políticas, as mulheres de esquerda, até então, não tinham despertado para o desenvolvimento de pautas especificamente feministas, por entenderem que essas discussões estavam relacionadas às mulheres burguesas, até mesmo porque, estas últimas, viriam ter papel preponderante no apoio ao golpe de 1964 por parte da sociedade civil.

“Argumenta-se que, embora influenciado pelas experiências européias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964” (Sarti, 2004, p. 36). Assim, mulheres saíram às ruas motivadas por várias questões, sobretudo, as de viés político, em oposição ao autoritarismo e repressão desenvolvidos pela Ditadura Militar e assumiram importantes papéis na luta armada, muitas vezes, questionados, até mesmo pelos homens das organizações de esquerda.

Participar da militância política, durante a vigência do estado autoritário, além de levá-las à clandestinidade, era conviver com o risco de prisão, tortura e todas suas consequências. Destarte, nos interrogatórios das prisioneiras políticas, presentes nos depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, os militares estavam sempre relacionando o papel da mulher à constituição da família tradicional a partir da instituição do casamento. Dessa maneira, o comportamento fora dos parâmetros da heteronormatividade às colocava em suspeição para os agentes da repressão.

Ana Maria Gomes, detida em julho de 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e levada ao DOPS/SP para prestar depoimento foi “aconselhada” por um delegado a não se desviar do caminho que deveria ser percorrido por “moças de família”:

O sindicato foi invadido, nós fomos levadas para uma delegacia no bairro e depois para o DOPS. [...] No final do dia, fomos chamadas à sala do delegado. [...] eu não podia, evidentemente, dizer o que eu estava fazendo lá [no sindicato]. Então, eu disse que o meu irmão – não disse quem era o meu irmão –, que o meu irmão trabalhava numa fábrica, que tinha entrado em greve, ele começou a demorar muito para chegar em casa, a minha mãe estava muito preocupada e a gente supôs que ele estivesse no

sindicato. O sindicato era muito perto da minha casa. Eu e minha amiga fomos ao sindicato para ver se ele estava lá e ele não estava lá. Aí, o sindicato foi cercado por militares a cavalo, nós ficamos com muito medo de sair de lá dentro [...] Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como você estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então você vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadraram e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha. (CNV, 2014, vol. 1, p. 405).

“A linguagem, contudo, não é neutra, e possui suas marcas de classe e gênero: como prática social, traduz relações sociais de exploração e dominação, reproduzindo convenções de feminilidade e de masculinidade” (Tega, 2015, p. 46). Nesta perspectiva, o depoimento nos remete ao universo das tensões políticas, culturais, de gênero vivenciadas pelas mulheres que ousaram transgredir os padrões comportamentais estabelecidos pelo patriarcado. A narrativa da militante é marcada pela manipulação da identidade de gênero – ao enfatizar que, sua ida ao sindicato foi motivada pela preocupação de sua mãe em relação ao irmão – com o intuito de sensibilizar o delegado. Dessa forma, ela desenvolve uma encenação em que se confundem a determinação característica das militantes e a fragilidade esperada das mulheres.

Quanto a fala do delegado, não se trata, apenas, de um posicionamento individual ou um entendimento restrito ao meio policial, representa, sobretudo, um conjunto de valores instituídos pela sociedade e que deveriam ser seguidos pelas mulheres. “A ideia de transgressão se dava não apenas porque integravam organizações políticas contrárias ao regime, mas porque a participação na luta política não era o que se esperava ou se adequava ao seu papel social, associado ao gênero” (Luz; Almeida; Silveira, 2021, p. 1012).

Transgressão dos costumes instituídos pelo patriarcado, posto que, às mulheres cabia a vida restrita ao espaço da família. “*En sus visiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad como guardianas del orden social, cuidando a maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y la tranquilidad familiar*” (Jelim, 2002, p. 106). A ênfase no papel feminino na sociedade e na família põe em evidência a hierarquização de gêneros em que, na condição de subalternidade, as mulheres, naturalmente, devem cuidar, proteger e zelar pela harmonia do lar.

Mas, não eram somente os agentes da ditadura que entendiam que determinados espaços sociais – como por exemplo, os espaços da militância política – não eram adequados para as moças que desejavam casar-se, ser mãe, enfim, constituir família de acordo com os costumes de seu tempo. Do contrário, as que ousaram adentrar os territórios de luta, assumir a

posse de seus corpos, vivenciar os prazeres do sexo e serem protagonistas de suas vidas, foram degradadas e desqualificadas sob a pecha de vadias e prostitutas, entre outros adjetivos que, constantemente, lhes eram atribuídos com o intuito de humilhá-las e ressaltar hierarquia presente nas relações de gênero.

Durante o período em estudo, foram muitas as denúncias aos órgãos da justiça, inclusive em tribunais internacionais, relacionadas à tortura⁴⁴ praticada nos presídios do país. Entendida como o recurso mais covarde empregado pelos agentes do Estado, a sevícia fez parte de um organizado aparato repressivo que contava com homens, instalações e conhecimentos específicos para esse fim. “A repressão e a tortura não tiveram nada de improvisado, não foram “excessos” de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado, e realizado sob o comando das Forças Armadas” (Maués, 2011, p. 48). Embora fosse uma prática recorrente nos interrogatórios dos prisioneiros políticos, quando se tratava do sexo feminino a ira dos agentes da ditadura se apresentava de forma mais intensa, posto que, não escondiam a insatisfação de serem, por elas, enfrentados. Os militares não aceitavam que as mulheres exercessem seu direito de escolha em romper com preconceitos e barreiras machistas comuns para aquela sociedade (Teles, 2015).

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, **Maria Aparecida Costa** relata as torturas que sofreu quando esteve presa na Operação Bandeirante - OBAN, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970:

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

O depoimento de Maria Aparecida Costa é permeado pela misoginia por ela sofrida ao ser encurralada sob olhares masculinos que a condenavam, antes de qualquer acusação, pelo

⁴⁴ Prática condenada pela Convenção de Genebra de 1949 - convenção assinada pelo Brasil em 12 de agosto de 1949.

fato de ser mulher e ter ousado transgredir os padrões comportamentais da época. Em suas lembranças emerge a vulnerabilidade da nudez e de se ver desqualificada por adjetivos que demonstram o desprezo dos torturadores. Nudeza esta, que, vai para além da ausência de vestimentas físicas, mas que expunha a carência de respeito, proteção física e moral a ela imposta.

A imposição da nudez durante longas sessões de tortura, sexual ou não, era uma forma de submeter as prisioneiras a humilhação moral e psicológica. O uso de adjetivos como: vagabunda, prostituta, terrorista, vadia era um meio de enquadrá-las em um mesmo conceito – que as distanciassem do círculo de proteção familiar –, expô-las e marginalizá-las socialmente. Ocasão em que os torturadores afirmavam suas masculinidades na capacidade de produzir dor e sofrimento aos corpos aprisionados.

Conforme **Rosemary Nogueira**:

Eles diziam: “Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista”. [...] Aí começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio [...] Uma vaca chamada Miss Brasil, a vaca ganhou um prêmio. Um daqueles caras, o Tralli, trouxe um jornal que mostrava a vaca e rasgava o jornal e passava em mim. Outra coisa é que eles me tiravam a roupa [...] (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

A narrativa da testemunha demonstra a falta de limites dos agentes do Estado no que diz respeito a exposição da condição feminina a sucessivas humilhações que circulam entre a dicotomia repulsa/atração que “[...] esteve intensamente presente na situação de tortura, na qual as mulheres eram vistas pelos torturadores ora como corpos a serem penetrados, ora como corpos a serem repelidos – mas, de todas as formas, humilhados e vilipendiados (Tega, 2015, p. 49). E, continua a testemunha:

Veio um enfermeiro logo depois, pra me dar uma injeção pra cortar o leite. Porque esse Tralli [torturador] dizia que o leite atrapalhava ele. Então, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite, você está ligada com o seu filho, né? Me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, briguei e tal, empurrei, aquela coisa. [...] Ele me pegou à força e deu injeção aqui na frente, na frente da coxa. [...] Depois que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho”. Realmente, acabou o leite (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

A atuação da mulher na oposição ao governo autoritário representava uma afronta aos valores tradicionais da família. Diante do exposto, cabe salientar que, para os agentes do Estado: “A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia” (Joffily, 210, p. 230). Ao romper com a suposta “proteção

familiar”, ela se expunha às várias situações e desafios em decorrência do sexismo presente na sociedade.

A ira dos militares, a condição de nudez, mesmo quando não estava, literalmente, nua, advém do universo simbólico que instituiu, não somente modelos comportamentais, mas sobretudo, espaços sociais que deveriam, ou não, ser ocupados por mulheres. A não aceitação da ruptura, empreendida pelo sexo feminino, se manifesta desde as prisões, nos interrogatórios em que os torturadores, além do espancamento, lhes dispensam tratamento vil de constante humilhação, violação sexual e lhes conferem a pecha de subversivas, vagabundas, terroristas, vadias, prostitutas etc. Enquadrá-las em tais adjetivos significava uma autoconcessão para abusá-las das diversas formas possíveis.

No desenvolvimento das atividades, a Comissão Nacional da Verdade constatou que a violação sexual foi prática recorrente entre as demais formas de tortura para com os prisioneiros políticos, sobretudo, com as do sexo feminino, evidenciando que o exercício da repressão adveio de uma instituição masculina e patriarcal:

“Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto «especial» para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia sexual. Los cuerpos de las mujeres —sus vaginas, sus úteros, sus senos—, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual (Bunster, 1991; Taylor, 1997 apud Jelim, 2002, p. 102).

Embora a violência contra a mulher tenha sido feita na maioria dos relatos, através do abuso sexual e violação dos corpos, que as configuravam como objeto de desejo, os torturadores as impuseram a sevícia psicológica a partir da constante exploração do enlace da maternidade.

“Elas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também pela manipulação do vínculo entre mãe e filhos, uma vez que esse vínculo torna a mulher particularmente vulnerável e suscetível à dor tendo em vista, a vulnerabilidade feminina” (Sarti, 2004, p. 38). Há muitos relatos de mulheres que mesmo no auge da tortura física a dor que mais às desestabilizavam eram as ameaças feitas em relação aos seus filhos que, em muitos casos, ainda eram bebês e estavam nas mãos dos militares.

Elzira Vilela⁴⁵ foi presa em setembro de 1973, ocasião em que foi levada para o Destacamento de Operações de Informação / Centro de Operações de Defesa Interna (DOI - CODI/SP) com sua filha, Carmem de Souza Nakasu, de apenas 15 meses, relata que:

⁴⁵ Estudante de medicina na PUC, militante do Movimento Estudantil no Centro Acadêmico e Juventude Universitária Católica. Quando esta última já não chegava aos espaços de luta por ela desejados, entrou para a

Foi tortura o dia inteiro, bateram muito. E eu só pensava na Carminha. Eu estava absolutamente desesperada. [...] Olha, para falar a verdade, eu nem sentia muita dor. Porque o meu foco inteiro era assim, a loucura [...] Ela estava nas mãos dele [...] e essa para mim foi a maior tortura da vida. Eu creio que nunca mais, na vida, eu vou sofrer tanto como naqueles dias eu sofri. Porque você fica o tempo todo se questionando: pô, eu escolhi, é uma opção de vida minha. [...] se tiver que morrer, morro. Agora, e minha filha? E a menina? Ela tinha um ano e um mês, estava começando a andar. Era uma criança linda, linda, japonesinha. [...] Nas mãos deles (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

A partir do depoimento é possível ter uma noção do nível de desprezo que podia chegar à busca por confissão por parte dos torturadores. Ao perceberem que somente a tortura física não se configurava em recurso suficiente para obtenção das respostas desejadas eles passavam a investir sobre o psicológico das prisioneiras até chegarem às confissões condizentes com suas hipóteses. A manipulação da maternidade e a incerteza da integridade de seus filhos frente as ameaças de tortura foram utilizadas, em várias circunstâncias, como meios para fazê-las confessar, exatamente, o que eles queriam ouvir. O testemunho da militante evidencia o quanto o enlace materno torna a mulher suscetível a tortura psicológica e que esta pode ser mais devastadora que a sevícia física.

É complexo falar em tortura psicológica, pois todas as formas de sevícia abalam o indivíduo psicologicamente e deixam cicatrizes que marcam e o assombram para toda a vida. Durante os interrogatórios, frequentemente, as prisioneiras eram ameaçadas de que seus familiares poderiam ser sequestrados caso não confessassem os supostos crimes a elas atribuídos ou entregassem companheiros da militância. São lancinantes os relatos de agonia impostos às mães, por ameaças feitas aos seus filhos, durante sessões de tortura ou pela separação compulsória das crianças, como a vivenciada por **Eleonora Menicucci de Oliveira**. Com menos de dois anos de idade, sua filha foi ameaçada pelo uso de choques elétricos, por Lourival Gaeta, como relata a própria mãe:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade (CNV, 2014, vol. 1, p. 409).

organização Ação Popular em 1962. Em 1967 foi para Santa Luzia no Maranhão para atender os companheiros em guerrilha rural. Já na clandestinidade foi para Alagoas participar da luta armada.

São vários os relatos em que a condição de maternidade foi manipulada sob ameaça e até mesmo a prática da tortura em crianças. E não foram poucas as situações em que filhos de militantes foram fichados criminalmente. Vale ressaltar que em muitos casos as ameaças envolvendo os filhos foram postas em prática. “O grupo de trabalho “Ditadura e Gênero” ouviu testemunhos envolvendo 41 crianças e adolescentes que foram sequestrados, estiveram confinados em prisões com os pais, em juizados de menores e orfanatos, ou mesmo submetidos à tortura.” (CNV, 2014, vol. 1, p. 410).

Maria Amélia de Almeida Teles teve os filhos raptados depois de ser presa com o marido, César, em dezembro de 1972:

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo (CNV, 2014, vol. 1, p. 410).

O testemunho a seguir evidencia uma situação nada comum ocorrida durante o conturbado procedimento de ordem de prisão da militante **Rosemary Nogueira**.

Eles falaram que iam levar meu filho pro Juizado de Menores na hora da prisão. Eu falei: “Então não vou”. E eles: “Vocês estão presos e o menino vai para o Juizado”. Eu: “Não vai”. [...] O Clauset falava: “Quieta, Toquinho, perai, cuidado”, porque o Fleury falou que ia usar violência. O Fleury mesmo: “Posso usar violência”. Eu: “Pode, mas o meu filho não vai para o Juizado”. E não foi. Aí ele falou: “O que é que eu faço com você?”. E eu: “Não faz nada, fica aí, eu não vou presa se o meu filho também for. Ele vai ficar com a minha família”. Eu não tenho até hoje ideia de como eu pude brigar com ele, daquele jeito. [...] “Eu respeito profundamente as crias e as mães, eu adoro animais, aí você entende um pouco porque elas são assim”. E aí ele concordou, quer dizer... (CNV, 2014, vol. 1, p. 408).

O testemunho de Rosemary Nogueira retrata até que ponto pode chegar à capacidade de enfrentamento de uma mãe quando confrontada por situações de ameaça a seus filhos. Nem a própria militante sabe explicar como foi possível deter a fúria de um policial autorizado a utilizar a violência, impedindo que seu filho fosse preso e levado para o juizado de menores. Esta faz referência a uma fala em que o agente policial ao destacar seu respeito com os animais evidencia comportamentos semelhantes das mães para com suas crias. O relato desperta a curiosidade em saber se, realmente, a condição de maternidade, em que se encontrava a presa política, gerou o sentimento de empatia do policial dado o seu respeito pelos animais

ou se existia algum outro motivo, político, econômico e/ou social, que justificasse a postura pouco usual da polícia naquela circunstância.

A exploração do vínculo afetivo não foi um recurso utilizado apenas entre mães e filhos, mas também estendido a outros familiares, sobretudo aos seus companheiros. Existem relatos em que mulheres foram torturadas para passar informações sobre a militância política de seus cônjuges ou namorados. Também ocorreram muitas situações em que casais sofriam a sevícia de forma conjunta.

Neste contexto, **Márcia Bassetto Paes** relata, em depoimento prestado à CNV, as torturas sofridas quando foi presa com Celso Giovanetti Brambilla pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEOPS/SP, em 28 de abril de 1977:

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação (CNV, 2014, vol. 1, p. 407).

Torturada de forma semelhante à militante anterior, **Antônia Ribeiro Magalhães** foi presa e levada com o marido para o DOI-CODI/SP, em 23 de março de 1971. A seguir, trecho de seu depoimento:

Mandaram tirar a roupa, “TIRA A ROUPA AÍ!”. Eu tirei a roupa, aí me botaram, igual como carrega uma galinha, sabe? Com cabeça pra baixo, ali um tempão... puserem ele [o marido] pra me dar choque na vagina, puserem pra me dar choque [...] começaram a torturar, “FALA AÍ!”, falavam para ele. “FALA AÍ, SENÃO VAMOS TORTURAR A SUA MULHER!” [...] Aí, me levaram lá pra cela [...] Depois, me levaram de novo, ele [marido] ainda estava lá, ele não saiu de lá, quando eu vi, ele tava com o rosto todo inchado, ficou uma pessoa que eu nem conhecia mais. Aí, começaram de novo, dando choque... de novo... não sei como eu estou viva (CNV, 2014, vol. 1, p. 403).

As duas narrativas evidenciam a crueldade com que os torturadores violavam os corpos femininos, sendo que, muitas vezes em concomitância com seus maridos, namorados, e/ou companheiros de militância. Para as mulheres a humilhação era dupla: primeiro por serem torturadas, humilhadas, violadas sexualmente e segundo, por terem seus corpos objetificados para, também, humilhar seus companheiros. Considerando-se a concepção de que os homens

deveriam proteger suas esposas, os torturadores criavam situações em que os militantes fossem desmoralizados ao presenciar a violação e tortura dos corpos de suas companheiras sem que pudessem livrá-las de seus alcoses. Neste contexto, “a “honra” daqueles considerados inimigos pelo aparato repressivo também foi combatida no corpo de “suas mulheres” – corpos esses historicamente disputados como butim das mais diversas guerras” (CNV, 2014, vol. 1, p. 403).

Os relatos corroboram com o entendimento de Teles, ao ressaltar que os torturadores ao perceberem o potencial de enfrentamento das mulheres na militância em não se curvarem ao jugo dos violadores da Lei “[...] as torturaram igualmente como os demais e, sem ignorar suas diferenças, usaram delas para praticar as mais diversas e cruéis atrocidades” (Teles, 2015, p. 1002). A ousadia de tensionar a estrutura da família tradicional e a apropriação de espaços sociais e funções que, até então, pertenciam aos homens, associada à atuação na resistência ao regime militar impôs graves consequências às mulheres que trilharam pelo caminho da luta política.

Os agentes da repressão alcançaram um nível de sadismo com as prisioneiras políticas que nem mesmo as que se encontravam no período de gestação foram poupadas da sevícia. Relatos destacam que os torturadores se utilizavam de diversas técnicas de tortura no tratamento das grávidas, que variavam, de acordo com seus objetivos. Os procedimentos diferiam quando pretendiam evitar ou causar o aborto e, até mesmo, tornar a vítima estéril. “Não importava a vida que estava sendo gestada, tampouco o impacto que tamanha violência causaria à vida futura dos bebês que eventualmente conseguissem sobreviver” (CNV, 2014, vol. 1, p. 411).

Criméia Schmidt de Almeida relatou sua experiência com a repressão:

[...] eu era colocada no carro do meu cunhado e diziam que iriam me levar até a serra das Araras onde eu seria assassinada e o carro, incendiado e empurrado para o precipício. Várias noites passei no pátio da Oban, dentro deste carro, e, quando o dia amanhecia, me levavam de volta à cela. [...] se meu filho nascesse vivo seria sequestrado por eles ou confinado na Febem. Eu e minha irmã fomos torturadas várias vezes para que assinássemos um papel em que consentíamos que eles me fizessem o aborto [...] Eu estava grávida, quando fui presa. Estava no sexto mês de gravidez. Mesmo assim, eu fui torturada. Era feito com acompanhamento médico, médico ou, pelo menos, que se dizia médico. Disse o tipo de tortura que eles poderiam fazer, recomendava que não espancassem a barriga e não dessem choques elétricos na vagina, na boca, nos órgãos mais internos, né? Ouvidos... E depois que esse médico, sei lá se é médico, o que que é isso, falou isso, ficou nessa sala. Então, eu não fui pendurada no pau de arara e eles priorizaram muito a tortura psicológica. [...] Meu filho tinha soluços na barriga. Meu filho tem soluços até hoje [...] Qualquer tensão, ela se manifesta com soluços (CNV, 2014, vol.1, p. 411).

O depoimento de Criméia Schmidt de Almeida resume em uma única situação várias práticas utilizadas pelos militares no tratamento das prisioneiras grávidas. Torturas

psicológicas com a descrição da forma como a militante seria executada; o destino que seria dado ao filho, ainda em gestação, após o nascimento; coerção para que assinassem autorização de aborto;⁴⁶ o acompanhamento do suposto médico para orientar a sevícia a ser aplicada e consequências emocionais na vida do filho que, durante as torturas, ainda estava na barriga de sua mãe. “A capacidade de procriar, de carregar uma vida em seu próprio ventre, de dar à luz e de nutrir crianças frequentemente constituiu carga extra de sofrimento para as mulheres” (CNV, 2014, vol. 1, p. 407). Toda a condição de desigualdade existente entre homens e mulheres foi utilizada de forma vil e ardilosa pelos repressores para potencializar dores físicas e psicológicas, bem como, humilhações durante as sessões de torturas.

A institucionalização da prática da tortura pelo Estado ditatorial gerou um sentimento de impotência e medo nos(as) militantes ao serem presos(as). “A evidência da repressão de Estado criou uma “cultura do medo” na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e consequentemente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política” (Alves *apud* Maués, 2011, p. 48). Ao ser submetido à sevícia, geralmente, o ser humano perde o controle do que diz, fato que aumentava o medo de não ser tão “forte” quanto um militante deveria ser (CNV, 2014, vol. 1). O temor diante das longas sessões de tortura estava relacionado, não apenas, às dores físicas e psicológicas sofridas, mas também, a possibilidade de falar algo que pudesse comprometer algum companheiro de militância, bem como, a própria organização revolucionária da qual participava.

Maria Aparecida Costa, presa no Rio de Janeiro, no final de 1969, e torturada durante dois meses, na OBAN, narrou sua experiência à CNV:

Havia uma diretriz: preso não fala. Para algumas organizações era o seguinte: preso não fala. Ponto. Para outras, era o seguinte: segura 48 horas, três dias e depois tenta segurar as coisas. [...] o básico é isto: quem é preso não deve falar e não deve implicar outras pessoas. Esta é a verdade. [...] Este é o padrão, eu acho, internalizado em cada um de nós. Muitos conseguiram, muitos não conseguiram. Muitos morreram no silêncio. Muitos preferiram se calar, morreram, sumiram, aguentaram, não falaram. Outros sobreviveram. Uns falaram menos, outros falaram mais. [...] Este era, vamos dizer assim, o critério do valor humano. Ou seja, o critério da resistência à tortura [...] esta é uma questão em torno da qual giram muitas coisas (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

O depoimento acima enfatiza a tensão a que eram submetidos os prisioneiros e prisioneiras políticos(as), pois mesmo sofrendo torturas físicas e/ou psicológicas para que delatassem seus companheiros de militância, confessassem o que os torturadores queriam ouvir,

⁴⁶ Estranho como em algumas situações os agentes da repressão torturavam e provocavam abortos nas prisioneiras e, em outras, tentavam forjar a aparência da legalidade como o fato de tentarem induzir a Criméia Schmidt de Almeida a assinar autorização para a prática do abortamento.

existiam códigos de conduta dentro das organizações de esquerda que teriam que ser rigidamente seguidos por seus membros. A preservação ou rompimento do compromisso assumido ao ingressarem no movimento era responsável, não apenas pelo destino de outros militantes, mas por suas memórias na luta política.

Quebrar os códigos, trair a organização e seus integrantes adicionaria “fantasmas” para além das sequelas da tortura na vida do militante. Certamente, quando se tratava das mulheres, esse código, essa exigência tinha peso maior, pois estas tinham que provar sua força, coragem e resistência para receberem tarefas mais arriscadas – como por exemplo a luta armada – nas organizações. A condição feminina era posta à prova nas diversas circunstâncias, fosse na tortura, fosse nas tarefas a elas confiadas nas organizações revolucionárias em que militavam.

Outra mulher, que testemunhou sob sigilo, optou por escrever o que isso significou para a jovem de 19 anos, presa quase na mesma época, pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro:

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destroçada em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. Não só pela violência sofrida, mas pelo sentimento de culpa que me invadia a alma. Sentia-me responsável pelo sofrimento e pela dor daquele que, embora sob coação, tinha levado à prisão. [...] Alguns anos depois soube que ele ficara dois meses na prisão. E que já estava em liberdade, o que muito me alegrou. Pensei tantas vezes em procurá-lo. Em dizer-lhe sobre as circunstâncias em que cometi aquele ato, que mesmo sob coação sentia como desonroso. Falar-lhe sobre a ameaça de estupro: a bruta e cruel “escolha de Sofia” a que me vi submetida. Mas todas as vezes em que tomava a decisão de procurá-lo, era acometida pelo pânico. Iria ele me compreender? Teria eu o seu perdão? Essa tristeza me acompanhava. [...] Em nossa sociedade, a ruptura com esse código de honra, mesmo que sob coação, se expressa em palavras como “traição”, “delação” e outras mais. Carregam consigo uma acusação e um estigma. Podemos ouvir na fala de muitos daqueles que passaram pela experiência de prisão e tortura, referindo-se a si mesmos, expressões como “resisti”, “não delatei”, “não entreguei ninguém”. Ou, referindo-se a outros, expressões do tipo: “ele não abriu nada”. Todas ditas com muito orgulho, são expressões elogiosas. Expressões que se, por um lado, traduzem o sentimento de orgulho e honra daqueles que as dizem, carregam também consigo, implicitamente, mesmo que sutilmente, uma acusação dolorosa aos que, por alguma razão, não resistiram. Talvez não compreendam sua dor (CNV, 2014, vol. 1, p. 415).

O relato acima é marcado por sentimentos – dor, culpa, vergonha, pânico, estigma de haver delatado um companheiro de luta, julgamento etc. A militante vivencia outros tormentos para além da humilhação e sofrimentos experienciados com as torturas físicas e psicológicas enquanto esteve na prisão – daí o seu testemunho no anonimato, o medo de se identificar e ser apontada como traidora. A referência ao romance “A escolha de Sofia”, evidencia o quão difícil foi e deixou feridas profundas em sua alma a opção entre delatar um

companheiro de luta ou ser estuprada. A ação teve seu preço – e não atoa a testemunha se compara à protagonista do citado romance –, dessa forma, vive assombrada por suas memórias e carrega consigo a desonra da traição, a angústia em não ser reverenciada/respeitada por ter resistido a sevícia, como muitas de suas companheiras, mas ser apontada como a que traiu o movimento e foi responsável pela prisão e tortura de um companheiro de luta. Pesadelo que, certamente, a acompanhará por toda vida.

A degradação física e moral das prisioneiras políticas evidencia o quanto a ousadia em transgredir os costumes daquela sociedade lhes custou caro. Foram punidas não apenas por participarem das ações de resistência, mas, também por questões relacionadas à condição feminina. A cada depoimento, destaca-se o quanto elas foram odiadas, vilipendiadas e receberam tratamentos que, para além das torturas físicas, às despiam de toda dignidade humana. Dessa maneira, “A humilhação foi outra técnica utilizada para fragilizá-las como mulher e como militante. A memória das mulheres, mesmo quase três décadas depois, conserva como uma fotografia as cenas de humilhação feminina” (Colling, 1987, p. 84).

Cada detalhe apresentado – nudez, violação dos corpos, abuso sexual, falas difamatórias, manipulação dos vínculos de afetividade, o peso de não ter suportado a tortura e delatado companheiros – é repleto de significados/sentimentos/sensações que, até hoje, as dilaceram no íntimo. Assim, as minúcias da tortura e suas consequências emocionais são os elementos que mais se destacam nas representações femininas da militância.

3 A COMISSÃO ESPECIAL WANDA RITA OTHON SIDOU: VOZES DAS MULHERES SILENCIADAS

“Anônimas, silenciosas, invisíveis... essas são as mulheres militantes que tentam recuperar o seu nome e a própria identidade contando a sua versão da história. Elas não são apenas mulheres: são mulheres e militantes.”
(Goldenberg; 1997; s.p).

O rompimento da legalidade institucional a partir do Golpe civil-militar de 1964 teve consequências em todo o território nacional. No Ceará, jovens se organizaram em torno do movimento estudantil e organizações políticas de esquerda⁴⁷ no enfrentamento das forças repressoras. No intuito de discutir as funções e os lugares de militância ocupados pelas mulheres durante a Ditadura militar, analiso as narrativas constantes nos processos que reivindicaram reparação e indenização – ao estado do Ceará, por meio da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou⁴⁸, – para as militantes que foram presas e/ou terem sofrido perseguições políticas.

A referida comissão foi criada durante a gestão do governador Lúcio Alcântara (2003-2007) por meio da Lei nº 13.202 de 10 de janeiro de 2002, que “reconhece, nos termos que indica, direito à indenização às pessoas detidas por motivos políticos, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob guarda e responsabilidade de órgãos da estrutura administrativa do Estado do Ceará ou, em quaisquer dependências desses órgãos”⁴⁹. A lei foi criada em consonância com a Lei nacional nº 10.559⁵⁰ de 13 de novembro de 2002 que versa sobre regime e condições do anistiado, bem como, da reparação econômica de caráter indenizatório.

A Lei nº 13.202/2002 determinava como prazo limite para o protocolo de pedidos de indenização o mês de abril de 2004. Contudo, esta disposição foi alterada pela Lei nº 16.959 de 27 de agosto de 2019, que em seu parágrafo único, assegura que: “O pedido poderá ser

⁴⁷ Partido Comunista do Brasil; Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará; Ação Popular; Ação Libertadora Nacional; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Partido Operário Revolucionário Trotskista; Partido Comunista do Brasil; Movimento Comunista Internacionalista.

⁴⁸ O nome da comissão faz referência a Wanda Rita Othon Sidou, nascida em 22 de maio de 1921, que se graduou em Ciências Jurídicas e Sociais, concluiu os créditos do Curso de Doutorado em Direito Público, ministrado pela Faculdade de Direito – UFC (Universidade Federal do Ceará), cursou História na UECE (Universidade Estadual do Ceará). Com a instauração da ditadura militar em que a prisão e a tortura nos presídios foi a tônica no combate aos “subversivos”, Wanda Sidou, juntamente com dois outros advogados, Drs. Pádua Barroso e Jurandy Porto, dedicou-se à defesa dos presos políticos, comunistas ou apenas opositores ao regime, entregando-se de corpo e alma à causa socialista sem receber de seus clientes nenhum centavo de honorários. Disponível em: <https://vozhumana.com.br/advogados/wanda-rita-othon-sidou/> Acesso: 25.09.2023.

⁴⁹ Lei nº 13.202/2002 - art. 1º.

⁵⁰ Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

apresentado a qualquer tempo, instruído com as informações e documentos necessários à análise do caso”.

Os processos de indenização, são compostos por históricos que narram as atuações na resistência, perseguições sofridas, vida na clandestinidade, exílios, prisões, torturas etc. Nos anexos são apresentados recortes de jornais, cópias de inquéritos policiais, testemunhos de familiares e amigos e, até mesmo, atestados médicos que comprovam a existência de doenças que podem ter suas causas nas torturas físicas e/ou psicológicas sofridas no cárcere.

Os trabalhos da Comissão ocorrem no contexto em que: “A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984” (Rovai, 2013, p. 110). Dessa forma, o desenvolvimento da pesquisa utilizando como fontes os processos da referida comissão é relevante por contribuir para o fortalecimento e visibilidade da memória das militantes na sociedade, bem como, do direito ao registro, à interpretação e à análise histórica desse período traumático no Brasil (Rovai, 2013).

E, embora a militância feminina tenha desempenhado várias funções e alcançado considerável percentual de participação nas organizações de esquerda – tendo em vista o contexto da época –, Ana Rita Fonteles Duarte (2009) destaca que, se comparado aos homens, ainda são poucos os espaços de divulgação destinados às narrativas femininas, bem como, suas presenças em eventos, livros, teses e matérias jornalísticas.

As relações, embasadas na hierarquia de gêneros, que limitavam a atuação feminina na militância política, assim como, em vários espaços sociais, são as mesmas que condicionam a baixa visibilidade das suas narrativas. Dessa forma, o estudo dos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou - CEWROS remete aos testemunhos e memórias que evidenciam a participação das militantes cearenses nos mesmos espaços que os homens nas lutas políticas, tensiona as relações que, historicamente, às têm colocado na invisibilidade e evidencia a importância de suas ações no enfrentamento aos órgãos de repressão. “*Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de «otras» experiencias además de las dominantes (en primer lugar masculinas y desde lugares de poder.*” (Jelim, 2002, p. 110).

Os relatos remetem a rememoração e são perpassados por elementos que evidenciam experiências traumáticas com prejuízos físicos, psicológicos e financeiros, em decorrência da repressão do Estado. Mesmo que, em muitos processos, fique claro que as indenizações não irão apagar os sofrimentos advindos das perseguições políticas e prisões

arbitrárias, de certa forma, representam uma reparação dos prejuízos financeiros causados pela interrupção da formação das militantes e de contratos de trabalho que forçaram a adaptação a novas formas de sobrevivência:

Certamente, as indenizações, ora pleiteada não apagaram [*sic*] – e nem é esse seu objetivo – os momentos sombrios vividos sobre a égide do período de opressão, mas possibilitaram [*sic*] minimamente, aos que forem minimamente atendidos um pouco de conforto após tanta dor e sofrimento (CEWROS, 2003, processo: 4024387-7, p. 2).

As perseguições políticas, empreendidas contra quem se posicionou em defesa dos direitos e liberdades individuais, interromperam muitas histórias de vida e trajetórias profissionais. Evidencia-se o fato que as indenizações não são capazes de promover o apagamento/esquecimento dos sofrimentos vivenciados, embora possam garantir, em certa medida, uma reparação material aos beneficiados. Conforme a professora Ester Barroso⁵¹: “Os danos morais são irreparáveis, principalmente a frustração de ter sido retirada da sala de aula sendo impedida de socializar o seu saber com os filhos das classes trabalhadoras que, sem dúvida, financiaram sua formação acadêmica” (CEWROS, 2004, processo: 04024242-0, p. 2). Na narração transparece o fardo da memória ressentida ao enfatizar a aposentadoria compulsória, sofrida pela militante, em consequência das perseguições políticas que afetaram, não apenas, sua vida, mas de uma rede de pessoas de convívio próximo – pais, filhos, companheiros, amigos. Prejuízos que extrapolaram sua individualidade, pois, ter sua profissão – o magistério – interrompida, implicava no impedimento de contribuir com àqueles que haviam financiado sua formação.

A leitura dos processos possibilita “caminhar em meio ao emaranhado de fios” que compõe a tessitura da militância política feminina no estado do Ceará. Organizações políticas em que militaram, a vida na clandestinidade, exílio, tortura e trajetórias profissionais interrompidas são os principais traços nos históricos dos processos em estudo.

Vale salientar que, se por um lado, as narrativas representam a percepção – a partir das vivências – de mulheres que reivindicaram indenizações reparatórias dos prejuízos que lhes foram impostos pelos órgãos estatais e tem por objetivo o convencimento, por outro lado, o acolhimento dos testemunhos é legitimado através da concessão das indenizações reparatórias que, embora no desenrolar do processo não aponte e nem puna os culpados, representa o

⁵¹ Brasileira, professora, ex-militante do PCB, requereu indenização em 13.01.2004 por meio do processo: 04024242-0.

reconhecimento público por parte do estado da repressão e violência praticadas por seus agentes, corroborando assim, com os relatos das requerentes.

Embora, ainda, sejam poucos os estudos que versam sobre a militância feminina em oposição à ditadura militar no Ceará, existem importantes trabalhos sobre a temática, como: a dissertação de mestrado intitulada “A atuação das mulheres no Movimento Estudantil Secundarista Fortalezaense na luta contra a Ditadura militar (1964-1968)” de Athaysi Colaço Gomes que analisa as ações do movimento estudantil secundarista fortalezense, a partir das relações de gênero, na resistência à Ditadura Militar instaurada no Brasil em 1964 (Gomes, 2019); a tese de doutorado de que tem por título: “‘Apostávamos no amor’: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014)”, trabalho no qual, Raquel Caminha Rocha investiga e analisa a produção memorialística elaborada por e sobre mulheres que participaram do processo de resistência a um regime de exceção que foi o período da ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil (Rocha, 2017) e, a tese de doutoramento “Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)” de Ana Rita Fonteles Duarte que explora as questões de gênero na forma como as mulheres recuperam suas ações políticas e trajetórias de vida, com foco na elaboração de subjetividades a partir de experiência coletiva (Duarte, 2009).

Nesta seção analiso como se deu a militância feminina contra à ditadura militar no estado do Ceará a partir dos depoimentos presentes nos requerimentos de indenizações por meio da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou, a saber: nos tópicos 2.1 intitulado “Caminhos da militância”, problematizo como se deu o ingresso e os espaços ocupados pelas mulheres nas ações de resistência ao Estado; 2.2 “Trajetórias interrompidas”, apresento várias narrativas em que as militantes ao terem suas vidas atravessadas por perseguições políticas tiveram seus percursos estudantis e carreiras profissionais desviadas ou estacionadas; 2.3 “Torturas: o preço da resistência” analiso os relatos das torturas a que as militantes foram submetidas sob os domínios do Estado.

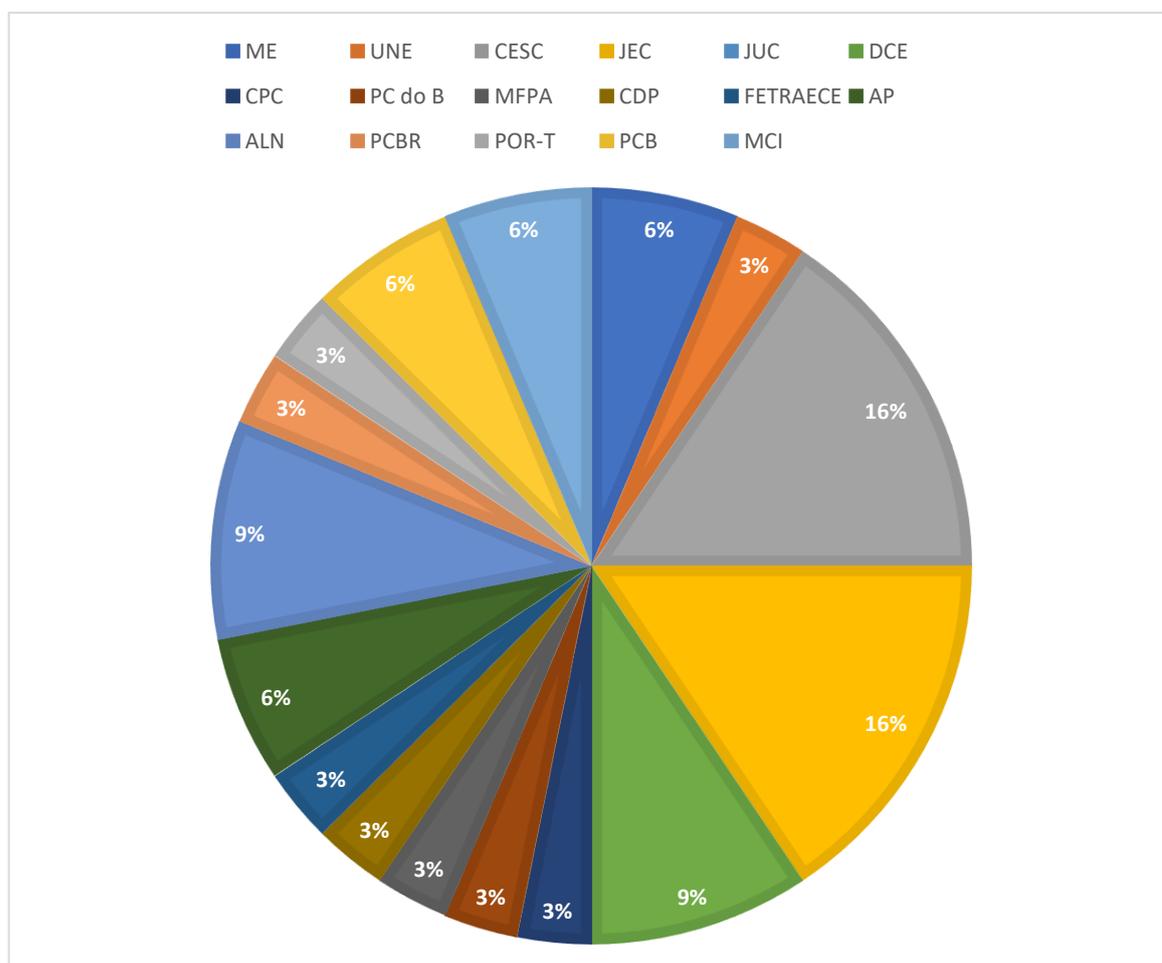
3.1 Caminhos da militância

“A ditadura militar era uma aberração a ser combatida a qualquer custo inclusive com atos de heroísmo, o que em grande parte explica a adesão de boa parte de nossa juventude à luta armada”.

(CEWROS, 2004, processo: 0426926-6, p.1).

A sistematização e análise das fontes⁵² possibilita o conhecimento de caminhos que desembocam no universo de ações e espaços percorridos e/ou ocupados por mulheres em resistência ao Estado ditatorial. Na medida em que vão se desenvolvendo as narrativas evidenciam-se os percursos trilhados. O gráfico a seguir apresenta o leque das organizações políticas ocupadas pela militância feminina no estado do Ceará.

Gráfico 1 – Organizações políticas



Fonte: Elaborado pela autora.⁵³

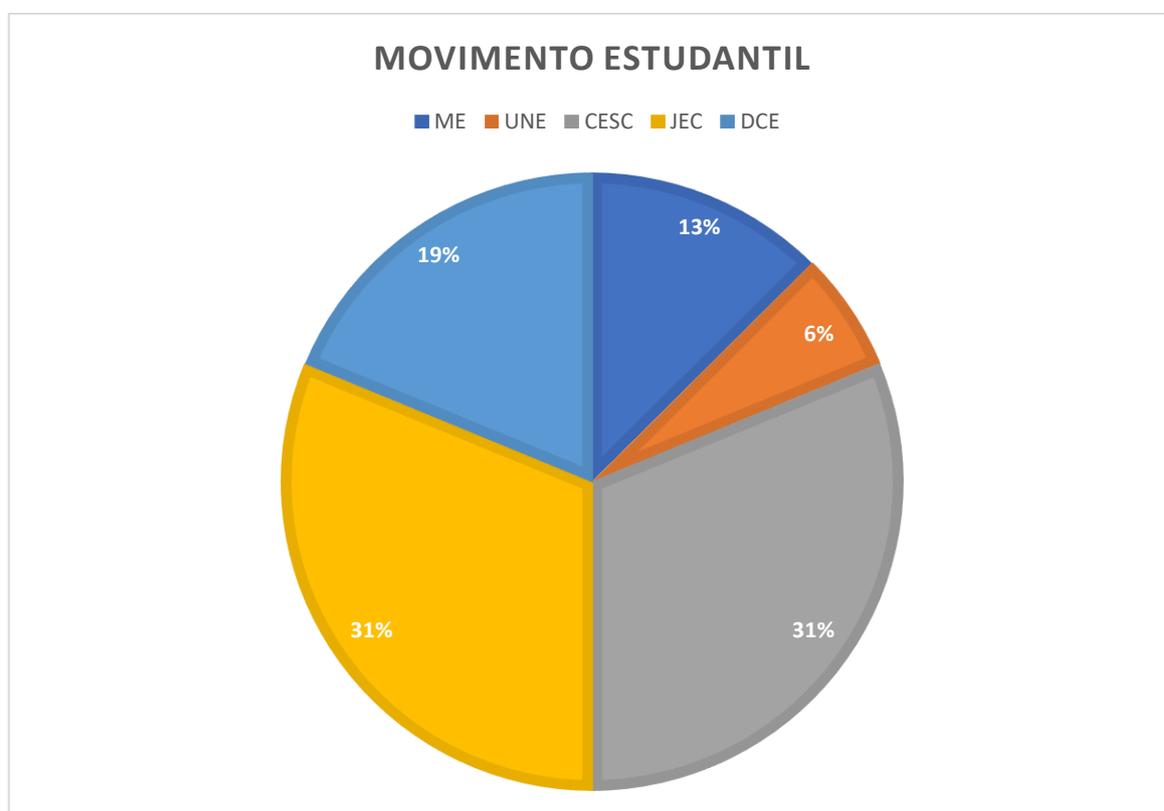
⁵² Após a digitalização dos processos no acervo da CEWROS realizei a sistematização das fontes, conforme os questionamentos da pesquisa, em planilhas do Excel, ação que possibilitou a exposição dos resultados nos gráficos: 1. Organizações políticas; 2. Movimento estudantil; 3. Trajetória profissionais interrompidas; 4. Militantes torturadas; 5. Tipificação das torturas.

⁵³ As siglas presentes no gráfico são representações dos: Movimento Estudantil – ME; União Nacional dos Estudantes – UNE; Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará – CESC; Juventude Estudantil Católica – JEC; Juventude Universitária Católica – JUC; Diretório Central dos Estudantes – DCE; Centro Popular de Cultura – CPC; Partido Comunista do Brasil – PC do B; Movimento Feminino Pela Anistia – MFPA; Conselho Diocesano de Pastoral – CDP; Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará – FETRAECE; Ação Popular – AP; Ação Libertadora Nacional – ALN; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR; Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT; Partido Comunista do Brasil – PCB; Movimento Comunista Internacionalista – MCI.

A ilustração gráfica evidencia que, na militância política, as mulheres cearenses perpassaram por diversos caminhos que compreendiam entidades estudantis, partidárias, de classes, entre outras. Contudo, conforme relatos presentes nas fontes, a maioria delas iniciou a trajetória política no Movimento Estudantil - ME que, embora tenha sido lugar de gestação de militantes para as organizações político-partidárias, não se configuraram em “meros joguetes de grupos políticos”, posto que, o desenvolvimento de suas ações foi pautado “na denúncia e enfrentamento à ordem autoritária – transformando-se, assim, em um campo de possibilidades da luta política” (Maia Júnior, 2002, p. 39).

Os históricos, presentes nos processos em estudo, apresentam várias entidades, através das quais, as estudantes adentraram à resistência política ao regime ditatorial. Em alguns registros, aparece a denominação de Movimento Estudantil, enquanto em outros, estão em evidência as entidades que o compunham, conforme gráfico:

Gráfico 2 – Movimento Estudantil



Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise dos processos evidencia-se que o ativismo das militantes em estudo concentrou-se em sua maioria no ensino secundário. Conforme evidencia o gráfico, as maiores porcentagens das estudantes estão na Juventude Estudantil Católica e Centro dos Estudantes

Secundaristas do Ceará. Em entrevista concedida a Maia Júnior (2002), **Ruth Cavalcante**⁵⁴ ressaltou a relevância da JEC para o despertar de sua consciência crítica:

Eu estudei em três colégios religiosos, católicos. Passei oito anos no Colégio Imaculada, depois um ano no Santa Cecília, dois anos no Santa Isabel. Uma formação adquirida já na família que era muito católica. Então o caminho era natural por aí. Só que devido exatamente ao meu despertar de uma consciência mais crítica, a ação católica favorecia muito isso, ela abrangia todos os setores, eram todas as vogais: JAC, Juventude Agrária Católica; JEC Juventude Estudantil; JIC Juventude Independente; JOC Juventude Operária e Juventude Universitária. Eu era da JEC, e a JEC também foi um espaço de conscientização importantíssimo para mim, porque já tinha toda uma visão mais progressista mesmo, de uma visão mais progressista da Igreja, da Teologia da Libertação, então sempre com uma conotação muito freiriana. Paulo Freire tinha também na JEC. Então começou daí já meu despertar de uma consciência mais crítica. É tanto que a Ação Católica ela foi exatamente um desdobramento mais do ponto de vista marxista leninista, daqueles que vinham da influência da ação católica que esse espaço não comportava mais. (MAIA JÚNIOR, 2002, p. 36).

Nas escolas católicas, embora predominasse o conservadorismo dos costumes difundidos pela Igreja, conforme a militante, desenvolveu-se um viés progressista advindo da Teologia da Libertação⁵⁵ que favoreceu a conscientização quanto os problemas sociais. Dessa forma, as⁵⁶ estudantes que despertaram para as questões políticas se organizaram em torno da Juventude Estudantil Católica - JEC.

Na ocasião do golpe civil-militar de 1964, Ruth Cavalcante, já era exemplo de atuação política por meio da JEC, ponto de partida para sua, posterior, participação no movimento estudantil universitário e Ação Popular. Vale ressaltar, que sua participação, nesses novos espaços de lutas se dão no contexto de perseguições políticas e cerceamento de liberdades.

Assim como a militante anterior, **Helena Serra Azul Monteiro**⁵⁷ adentrou a luta política por meio da JEC. Dessa maneira, “Em 1965, aos 17 anos, participava de grupos de jovens ligados à igreja, atuando na Juventude Estudantil Católica (JEC)” (CEWROS, 2003, processo: 04024166-1, p. 2), em oposição aos militares, atividade que tinha como consequência ser constantemente observada pelos órgãos de informação. Conforme relato, sua atuação na

⁵⁴ Nascida em 16.04.1943, brasileira, ex-militante da JEC e AP, psicopedagoga, requereu indenização em 02.02.2004 por meio do processo: 04024480-6.

⁵⁵ Movimento teológico que surgiu a partir de 1960, ao lado de movimentos políticos libertadores, que entre suas características principais, destacam-se a defesa dos pobres, a organização dos grupos populares, a reivindicação de justiça para todos, o respeito aos grupos étnicos indígenas e africanos, além de outras causas de emancipação social, econômica e política (GÓMEZ, 2008).

⁵⁶ Contrariando o uso das regras gramaticais que estabelecem o masculino como universal, optei pelo uso dos plurais no feminino para fazer referência às palavras masculinas e femininas.

⁵⁷ Brasileira, médica, ex-militante do CESC e JEC, requereu indenização em 16.11.2003 por meio do processo: 04024166-1.

militância perpassou pelo Grêmio Estudantil do Colégio São João⁵⁸, Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará - CESC⁵⁹, dando sequência no movimento estudantil universitário após sua aprovação na universidade.

No contexto da militância das estudantes secundaristas, o Colégio Estadual Justiniano de Serpa - CEJS⁶⁰ se configurou em *locus* de resistência feminina ao autoritarismo da Gestão Escolar, da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e do Estado. As militantes “[...] agiam a partir do reconhecimento da escola como lugar de disputa, buscando enfrentar a diretoria aliada dos militares e os próprios agentes da repressão que, não raro, estavam presentes nas escolas” (Gomes, 2019, p. 68). **Edna Veras Ferreira**⁶¹ destaca que desde 1967 estudava no CEJS, “onde articulava através do Grêmio Estudantil a participação da escola em passeatas, panfletagens, pichações e pedágios para angariar fundos para o movimento”. (CEWROS, 2004, Processo: 04270014-0, p. 2). A afirmação da militante evidencia o alcance de suas ações políticas ao romper o micro espaço da escola – campo de ação principal – e expandir-se para os protestos de rua ampliando a visibilidade do movimento.

Dessa maneira, enquanto conhecedoras da situação política vigente no país, as estudantes, da antiga Escola Normal, se fizeram protagonistas da resistência ao governo ditatorial. Conforme descrição, Edna Veras Ferreira:

Militante ativa levantou juntamente com suas companheiras, bandeiras de luta contra todas as arbitrariedades e atrocidades cometidas pela Ditadura Militar que chegavam ao seu conhecimento, divulgando dentro da escola através de panfletos tudo aquilo que acontecia no país e que não saia nos meios de comunicação censurados pela Ditadura Militar. (CEWROS, 2004, Processo: 04270014-0, p. 3).

No contexto de denúncias e reivindicações de direitos, um grupo de estudantes ligadas ao Grêmio Estudantil da referida unidade escolar e ao CESC desenvolveram um protesto contra a cobrança de taxas escolares nos estabelecimentos estaduais de ensino. **Maria do Carmo Serra Azul**⁶² ressalta que, com outras estudantes:

⁵⁸ Ginásio São João, inaugurado em 06 de março de 1930 sob a direção do professor César de Adolfo Campelo. Em 1943 abrigou o colégio do professor Odilon Gonzaga Braveza e recebeu o nome de Colégio São João. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2013/04/colégio-sao-joao-avenida-santos-dumont.html>. Acesso: 07.04.2024.

⁵⁹ Criado em 1963 a partir da unificação do Centro Estudantil Cearense e União Cearense dos Estudantes Secundaristas (Revista do Instituto do Ceará, 1998, p. 113).

⁶⁰ O colégio funciona no prédio inaugurado em 23 de dezembro de 1923 para sediar a Escola Normal. A atual denominação foi adquirida em 1961 em homenagem ao Governador Justiniano de Serpa (1920 – 1923). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435471> Acesso: 07.04.2024.

⁶¹ Nascida em 28.08.1958, brasileira, ex-militante do CESC e AP, administradora, requereu indenização em 14.07.2004 por meio do processo: 04270014-0.

⁶² Brasileira, funcionária pública, ex-militante do CESC, JEC, AP, POR-T, PCBR, requereu indenização em 04.11.2003 por meio do processo: 04024384-2.

[...] encabeçamos uma mobilização, através do grêmio estudantil, contra o pagamento de taxas na escola. Como consequência, a diretora Adísia Sá (jornalista), expulsou a presidente da entidade Mirtes, como protesto fizemos uma greve de mais de um mês, que culminou com a demissão da diretora e o fim da cobrança de taxas. (CEWROS, 2003, processo: 04024384-2, p. 4).

O movimento se estendeu por semanas e contou com a participação de estudantes do Colégio Estadual Liceu do Ceará⁶³ e membros do CESC em várias passeatas – pelas ruas do centro da cidade – que denunciavam a expulsão da gremista Mirtes Nogueira⁶⁴ e pediam sua reintegração ao corpo discente da escola. A repercussão dos atos alcançou a imprensa local conforme matéria jornalística intitulada: “Recrudescer o protesto contra a expulsão do JS”, seguida do texto:

“Durante a tarde de ontem realizaram-se novas manifestações de protesto das alunas do Colégio Estadual Justiniano de Serpa e do Centro dos Estudantes Secundários do Ceará contra a expulsão da presidente do grêmio estudantil do estabelecimento Mirtes Nogueira”. (Matutino Independente, Fortaleza – sexta feira, 10.05.1968)⁶⁵

Os atos contra a direção do CEJS cresceram e passaram a receber intervenção policial – reação costumeira contra quem se manifestasse publicamente pela reivindicação de direitos e/ou denunciasse ações arbitrárias da administração pública no período –, conforme notícia intitulada: “Polícia evitou passeata do CESC contra direção do Justiniano de Serpa”. (Matutino Independente, Fortaleza, 1968 – recorte de jornal anexado ao processo 04269941-0). Nesse sentido, foram muitas notícias de jornais da época que fizeram menção ao movimento. A referência à “Revolta das saias” – expressão utilizada pela imprensa local que, em minha percepção, advinha de uma concepção machista, posto que, minimizava a militância das estudantes como sendo coisa de “menininhas” – nas manchetes pôs em evidência a presença e o protagonismo feminino na resistência às ações arbitrárias do Estado, tornando-a percebida pela sociedade.

Embora a “Revolta das saias” não tenha logrado êxito – quanto a reinserção da ex-presidente do grêmio ao quadro discente da escola – provocou uma onda de instabilidades nas relações entre a diretora e a comunidade escolar que resultou em sua exoneração. Os relatos exemplificam como essas estudantes protagonizaram a luta em torno de uma pauta interna da escola, contudo faziam parte de ações mais amplas – movimento dos estudantes secundaristas.

⁶³ Criado em 19 de outubro de 1845, tendo à frente o intelectual, educador e político cearense Dr. Thomas Pompeu de Souza Brasil. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/44868-aniversario-de-178-anos-do-liceu-do-ceara-sera-lembrado-em-sessao-solene>. Acesso: 07.04.2024.

⁶⁴ “Mirtes de Alcântara Nogueira: Estudante secundarista da Escola Justiniano de Serpa e militante da Ação Popular (AP). Membro do CESC.” (GOMES, 2019, p. 26).

⁶⁵ Obs.: Cópia constante nos anexos do processo: 04269941-0.

Conforme depoimento da militante **Vera Maria Rocha Pereira**,⁶⁶ foi liderado pelos colégios Justiniano de Serpa, Liceu do Ceará e Municipal “[...] na luta contra a ditadura e por suas principais bandeiras, que eram o aumento das passagens, por mais verbas para a Educação, contra o Acordo MEC/USAID⁶⁷, contra a submissão do Brasil ao imperialismo norte-americano, contra a intervenção americana no Vietnam, entre outras” (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7, p. 2). Na defesa dessas pautas as(os) estudantes secundaristas se aproximaram das lideranças do movimento estudantil universitário e começaram a desenvolver atividades em conjunto.

Ao ingressarem nos movimentos de resistência política, as militantes se expunham, não apenas, as perseguições dos agentes do Estado, mas, as consequências advindas da ruptura dos padrões sociais de subserviência feminina – caracterizados pelo exercício das funções do lar – presentes na sociedade. Conforme evidencia Goldenberg, “A divisão de trabalho entre os sexos deixa para o homem a política, o trabalho fora de casa, o mundo público, e para a mulher o interior da casa, o trabalho invisível, desvalorizado” (1997, s.p).

Maria do Carmo Serra Azul, em entrevista concedida à Athaysi Gomes, destaca que o diretor do CEJS tentava deslegitimar sua liderança, na escola, enfatizando seu comportamento social: “[...] ‘olhe! Ela não pode ser modelo pra vocês porque ela vive cercada de homens’” (GOMES, 2019, p. 68). A ênfase era dada ao fato de a estudante adentrar aos espaços, considerados masculinos e, desta forma, tensionar as relações de poder que determinavam campos de ação distintos para homens e mulheres.

Muitas dessas estudantes que iniciaram a militância política na JEC, grêmios estudantis e CESC, prosseguiram na luta contra “o regime que cassava sonhos” ao ingressarem na universidade. Conforme histórico presente no processo de Ruth Cavalcante, esta, após ser aprovada no vestibular da Universidade Federal do Ceará:

[...] logo engaja-se nas lutas dos seus colegas, vindo a ser eleita presidente do Diretório Acadêmico 12 de junho do seu curso e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), entre 1967 e 1968. Já então sua atuação contra a ditadura se fazia integrante da Ação Popular, organização oriunda de setores da Igreja Católica, de Betinho e freis Tito e Beto. (CEWROS, 2004, Processo: 04024480-6, p. 2).

⁶⁶ Nascida em 20.04.1950, brasileira, ex-militante do CESC e POR-T (Partido Operário Revolucionário – Trotskista), jornalista, requereu indenização em 18.04.2016 por meio do processo: 04260021-7.

⁶⁷ Acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

A participação na militância em oposição ao regime autoritário levou a sua prisão em 1968 ao participar do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE em Ibiúna – SP, episódio que deixou seus participantes marcados na sociedade. **Mércia de Vasconcelos Pinto**⁶⁸ destaca que:

Em Fortaleza, todos aqueles que participaram do evento ficaram “manchados”; eram evitados como se fossem perigosos. Com raras e honrosas exceções, muitas de minhas amigas pediam para que eu não frequentasse mais sua casa. Outras se tornaram distantes. Qualquer expressão mais forte que usávamos, qualquer gesto executado fora do repertório concebido pelo imaginário vigente na sociedade era censurado, motivo para sermos considerados perigosos e suspeitos (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 3, grifos da autora).

A luta contra o regime militar desembocou em consequências que modificaram a vida afetiva e social das militantes fosse no campo profissional ou nas relações familiares. A narrativa da militante é marcada pelo ressentimento quanto a exclusão social experienciada ao ser associada a “subversão” e às “classes perigosas”.

Assim como Ruth Cavalcante, Helena Serra Azul Monteiro, após ingressar no curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará “[...] participava das eleições para o Diretório Acadêmico (DA) XII de maio, para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), para os delegados ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)” dando continuidade à militância iniciada no secundário (CEWROS, 2003, processo: 04024166-1, p. 4).

Vera Maria Rocha Pereira ao descrever o caminho através do qual se deu sua atuação na luta política, destaca que iniciou na JEC – “quando não tinha clara noção da situação política do país” –, Grêmio Estudantil, CESC e na medida em que o movimento se radicalizava crescia a relação com a militância universitária organizada pelos DCEs (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7, p. 2). Desde então, as manifestações passaram a ser organizadas de forma conjunta, fator que ampliava a visibilidade do movimento.

O protagonismo da militante nos protestos contra a ditadura militar não passava despercebido por sua família. Referindo-se ao posicionamento de seu pai quanto ao seu envolvimento no Movimento Estudantil, Vera Rocha ressalta que: “Ele sabia que eu marchava à frente das passeatas”, fato que gerava inquietação entre os membros da família, sobretudo, em seu pai e irmãos mais velhos. “Eles temiam pela minha segurança e, com certa dose de machismo, pela minha reputação. Meu pai sabia que eu era uma líder estudantil, mas não que

⁶⁸ Brasileira, musicista, ex- militante do PC do B do estado Ceará e Centro Popular de Cultura – CPC –, requereu indenização em julho/2016 por meio do processo: 04310955-1.

eu já estava totalmente comprometida com o Movimento e com a Revolução” (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7, p. 3).

Com o Ato Institucional nº 5⁶⁹, e sua intensa participação no Movimento Estudantil, já não era mais possível permanecer em Fortaleza. Dessa forma, ao temer por sua segurança e reputação da família e seguindo as convenções de gênero seus pais abreviaram seu casamento com o, também, militante Mario Miranda Albuquerque – o que marca, de acordo com os costumes do período, a passagem da responsabilidade paterna para o marido. Nesse contexto, os dois transferiram-se para Recife, estado em que adentraram à luta armada:

É nesse cenário que saio do Partido Trotskista e ingresso em uma organização que unia a luta política à luta armada, PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Minha vida no PCBR era extremamente intensa: tínhamos reuniões, treinamento militar, que não passava de aprendizado do uso de armas, pegar, atirar e aprender a desmontar e a montar uma arma, saber como agir e tentar fugir em uma situação de maior perigo e dificuldade, além de aprender a teoria de como fazer ações de guerrilha urbana, fosse para divulgar nossas propostas políticas, fosse para angariar fundos para continuar nossa luta.” (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7, p. 4).

A narrativa da militante evidencia como se deu a passagem do Movimento Estudantil para a luta armada e destaca os pormenores do seu cotidiano na organização, impulsionada por um ideal de sociedade. “Essa decisão implica em uma troca da liberdade: troca-se uma liberdade que já estava fortemente abalada pela repressão, que é a de ir e vir, de conviver com os familiares e amigos, pela liberdade de continuar a defender seus ideais, mesmo que em outro lugar” (Tega, 2015, p. 127). Atitude que, “[...] acalentava o nosso grande sonho, que era transformar o Brasil em um país sem miséria, sem exploração e com liberdade de expressão” (CEWROS, 2016, processo: 04269951-7, p. 5).

A ligação entre o Movimento Estudantil e as organizações políticas de esquerda também é expressa no processo de **Moema Correia São Thiago**.⁷⁰ Conforme histórico:

A requerente participou do Movimento Estudantil nos anos de 1968/1970 como militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), e em razão das ações da resistência democrática desenvolvidas pela ALN foi perseguida politicamente pelas forças policiais do Estado do Ceará, especialmente por ter sido decretada sua prisão preventiva em outubro de 1970. (CEWROS, 2004. Processo: 042669942-8, p. 2).

⁶⁹ Editado em 13 de dezembro de 1968: “São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.” Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Consulta em: 04.01.2024.

⁷⁰ Brasileira, advogada, ex-militante do Movimento Estudantil, ALN, requereu indenização em 14.07.2004 por meio do processo: 042669942-8.

Pertencente a tradicional família cearense, a participação de Moema São Thiago em organizações de esquerda “[...] provocou estupefação nos jornais, pois parecia inacreditável que uma pessoa de ‘boa situação social’ estivesse ao lado de ‘bandidos comunistas’ contra a ‘ordem e a propriedade’” (Farias, 2007, p. 114). A participação da militante na resistência ao regime foi vista como contraditória dado o meio social a que pertencia.

Embora os processos da CEWROS evidenciem que, em sua maioria, as militantes, que sofreram perseguições do Estado, ingressaram nas organizações de esquerda através do Movimento Estudantil – secundarista e/ou universitário –, também registram outras origens e modos de inserção no movimento político.

Ester Barroso Pinheiro, professora do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, “começou sua militância socialista desde muito jovem, em 1956 ingressou no semiclandestino Partido Comunista Brasileiro – PCB, onde permaneceu até 1967” (CEWROS, 2004, processo: 04024242-0, p. 2). Suas atividades políticas, ocasionaram sua prisão antes mesmo da instauração AI-5 – sob acusação de participar de “atividades subversivas” – integrando as primeiras ações dos militares ao assumirem o poder.

Edmilsa Sousa Costa⁷¹ integrou cargos de direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), “Participou da Quarta Internacional – (organização comunista internacional composta por seguidores de Leon Trotsky (trotskistas), com o objetivo declarado de ajudar a classe trabalhadora a alcançar o socialismo” (CEWROS, 2019, processo: 10918919-19, p. 2). A participação da militante na diretoria do PCB transgredia a costumeira condição feminina da sociedade de seu tempo. Dessa maneira, vale ressaltar, que embora pesquisas sobre o período ressaltem que, geralmente, “cabia às mulheres participar das operações de levantamento de informações ou ‘fazer ponto’ (realizar contatos), pois o machismo da sociedade não iria desconfiar que ações de guerrilha fossem feitas pelo ‘belo sexo frágil’” (Farias, 2007, p. 102). Contudo, “o capital cultural, político e social parece ser determinante no tipo de atividades desempenhadas pelas mulheres militantes, assim como em suas reflexões críticas a respeito do “machismo” existente” (Goldenberg, 1997, s.p).

Francisca das Chagas Lima de Souza,⁷² tecelã desde os quinze anos, ingressou na profissão por meio de um programa destinado a jovens aprendizes. Conforme requerimento anexado ao processo: “As condições de trabalho eram precárias e a jornada estafante”.

⁷¹ Nascida em 15.03.1932, brasileira, militante do Partido Comunista Brasileiro (falecida) foi representada pela filha Ascene Sousa Costa, brasileira, dona de casa, requereu indenização em 25.11.2019 por meio do processo: 10918919-19.

⁷² Nascida em 05.06.1945, brasileira, tecelã, ex-militante do Movimento Sindical, requereu indenização em 14.07.2004 por meio do processo: 04270021-3.

Levando-se em consideração as relações laborais as quais era submetida, “Ao longo do tempo a então tecelã de menor, foi adquirindo experiência profissional e entrosamento sindical” (CEWROS, 2004, processo: 04270021-3, p. 2). Atuação que desencadeou uma série de perseguições no âmbito da empresa e, posteriormente, sua prisão, ocasião em que foi espancada e arrastada, o que à levou a referir-se ao ano de 1964 como “o pior de sua vida”.

Operária do setor de fiação e tecelagem, **Maria de Lourdes de Paula Vasconcelos**⁷³, estava inserida nas ações⁷⁴ do Movimento Internacional Comunista - MCI. Em decorrência de seu envolvimento nas atividades da Organização, a militante “[...] antes mesmo de ser presa em 13 de outubro de 1973, teve sua casa invadida, arrombada e saqueada, diversas vezes pela polícia” (CEWROS, 2004, processo: 043110972-1, p. 1). Vale destacar que:

O espaço da casa, no contexto de violência da ditadura, perde a aura de lugar eminentemente privado. O cotidiano familiar, nesse momento histórico, para famílias brasileiras, sofre rupturas drásticas. Passa a não ser marcado somente pela rotina de refeições, fins de semana, conversas, comemorações de aniversários e casamentos, mas pela presença constante e abrupta do Estado pela invasão da casa, apreensão de pessoas, documentos, objetos que, de alguma forma, representem provas de acusação, ou pela aterrorizante vigilância (Duarte, 2008, p. 217).

As perseguições que desconstruíam o significado do lar enquanto lugar de refúgio e aconchego familiar quando não antecederam as prisões imediatas, impulsionaram a entrada das militantes nos meandros da clandestinidade. A partir desse momento restava a incerteza de viver ou morrer sob a mira dos agentes da repressão.

No que diz respeito as atividades e espaços ocupados pelas militantes cearenses em oposição à Ditadura Militar, o estudo dos processos da CEWROS evidencia que, em sua maioria, iniciaram a militância política de esquerda no Movimento Estudantil – secundarista ou universitário – e ratifica o posicionamento do historiador Airton de Farias (2007), quanto ao pertencimento dessas ativistas a uma classe média intelectualizada. Para além disso, os dados acima, mostram ainda, a existência de casos em que já militavam, antes mesmo do Golpe de 1964, em partidos, organizações internacionais, movimento sindical e que nem todas pertenciam a uma tradição acadêmica.

A leitura e a análise dos referidos processos remetem a reflexão sobre suas trajetórias e a narrativa em primeira ou segunda pessoa. Quanto aos testemunhos pertencentes

⁷³ Nascida em 18.01.1931, brasileira, doméstica, ex-militante do Movimento Internacional Comunista, requereu indenização em 12.07.2004 por meio do processo: 043110972-1.

⁷⁴ Dado o contexto político essas ações estavam limitadas a “[...] contatos de caráter doutrinário com círculos de pessoas, orientação movimentos de associações de moradores, a edição de um jornal, distribuição de artigos de militantes brasileiros ou estrangeiros, e a participação muito pequena no movimento sindical, ou se tentava conquistar para a causa alguém que trabalhasse em qualquer lugar que reunisse operários”. Processo: 04269926-6.

às militantes advindas do Movimento Estudantil, na maior parte dos casos, intelectualizadas, foram narrados em primeira pessoa e chamam atenção pela riqueza de informações descritivas conforme evidenciado nos relatos acima. Tais narrativas rememoram suas inserções nas organizações políticas, atividades desenvolvidas, conflitos com os gestores das instituições que pertenciam etc. Destacam ainda, os pormenores das humilhações e sofrimentos experienciados nas prisões, aspectos que serão analisados no tópico 2.3 dessa seção.

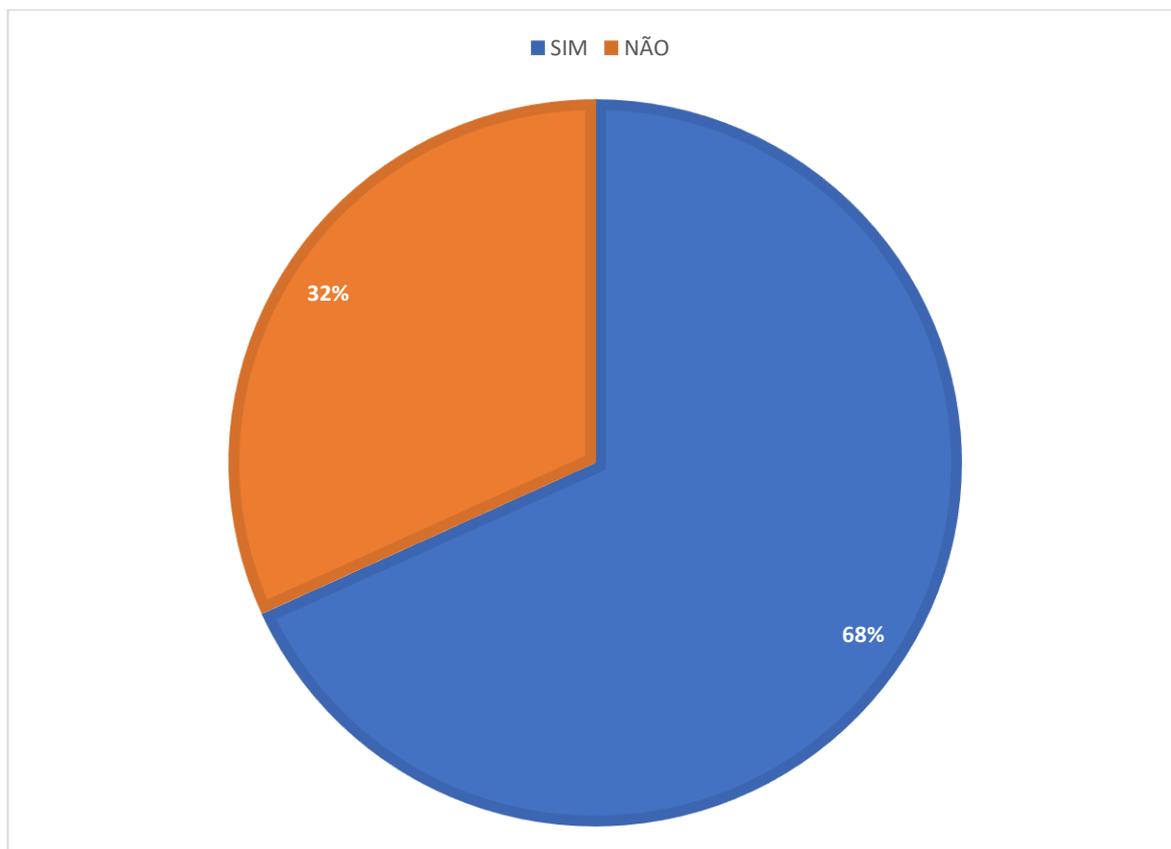
Contudo, os históricos das militantes operárias, geralmente, narrados em segunda pessoa, apresentam-se de forma resumida com poucas informações da militância. Conforme Michelle Perrot: “[...] os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com o seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória” (Perrot, 1989, p. 15). Dessa forma, entendo que a baixa visibilidade da militância feminina, bem como, a forma resumida na qual são apresentadas as memórias de algumas militantes, não se relaciona, apenas, a hierarquia típica das relações de gênero, mas ao lugar social em que estão inseridas.

3.2 Trajetórias Interrompidas

Militar numa sociedade antidemocrática constitui-se tarefa perigosa e reverbera consequências, não apenas, na vida das(os) militantes, mas de muitas pessoas a sua volta. Ao reivindicarem indenizações ao estado do Ceará através da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou, as ex-prisioneiras políticas evidenciam o quanto as perseguições do Estado ditatorial causaram prejuízos em suas vidas pessoais, sobretudo, profissionais. Os relatos informam sobre as prisões e demais perseguições sofridas, que marcaram profundamente a vida de jovens estudantes e trabalhadoras que, para além de seus objetivos pessoais, sonhavam com uma sociedade justa e igualitária.

O gráfico a seguir apresenta o percentual das militantes presentes nos processos, em estudo, que de alguma forma, foram impedidas de exercerem suas profissões, fossem elas, operárias ou funcionárias públicas.

Gráfico 3 – Trajetórias profissionais interrompidas



Fonte: Elaborado pela autora.

Francisca das Chagas Lima de Souza, militante do Sindicato dos Têxteis, descreve sua prisão – ocasião em que foi “espancada e arrastada” – como uma coisa horrorosa do tempo da “opressão e da tirania”. Ao ser liberada, a greve já havia acabado, “fiquei muito doente, fui mandada embora da firma sem receber nada, nenhum direito” (CEWROS, 2004, processo: 04270021-3, p. 2). Desde então, as dificuldades em conseguir trabalho só cresciam, pois sempre que procurava, descobriam que havia participado de atividades “subversivas” e não admitiam operárias(os) que tinham ligação com o Movimento Sindical. Desde então, passou a vivenciar situações de extrema insegurança financeira ao ter que viver de auxílio-saúde. Só posteriormente, foi aposentada pelo INSS.

Situação semelhante, quanto as perseguições e ao fato de não conseguir mais trabalho, foi a da, também, operária **Maria de Lourdes Ferreira**. Logo após a prisão do marido⁷⁵ foi despejada da casa⁷⁶ em que moravam e poucos meses depois foi demitida. “Daí em diante começou a perseguição. Lourdes nunca mais conseguiu mas [*sic*] trabalho registrado

⁷⁵ José Ferreira Lima (Ferreirinha) presidente do Sindicato dos Têxteis.

⁷⁶ Obs.: A casa em que moravam era de propriedade da fábrica em que Ferreirinha trabalhava.

pois as fábricas recusavam dar trabalho a ela, só fazendo bico e com ajuda de vizinhos, pois passavam muita necessidade e fome” (CEWROS, 2004, processo: 043110972-1, p. 3).

As militantes acima, exemplificam casos de operárias(os) que – em decorrência da participação em movimentos sindicais, atividade inclusa no rol das ações consideradas “subversivas” pelos militares – foram tidas(os) como pessoas perniciosas a sociedade e não mais conseguiram trabalho nas fábricas da cidade. Dessa forma, tiveram que amargar o preço da sobrevivência através de trabalhos informais, ajuda de amigos, auxílios saúde, etc.

O processo de **Edna Veras Ferreira** narra uma série de situações em que ela foi impedida de estudar por desenvolver atividades de resistência ao regime militar. Em 1970, quando estudante secundarista no Colégio Estadual Justiniano de Serpa – instituição em que havia participado do movimento “Revolta das Saias” –, gremista e militante do Movimento Estudantil fora retirada de sala de aula, com Maria do Carmo Serra Azul e Adelaide Lais, “detidas na diretoria onde havia três agentes do DOPS” e interrogadas sobre a participação delas no CESC e “envolvimento em partidos clandestinos” (CEWROS, 2004, processo: 04270014-0, p. 3). Após interrogatório foram conduzidas para a 10ª Região Militar de onde só foram liberadas com a presença de familiares.

Ao retornarem à escola, no dia seguinte, foram informadas pelo diretor que não estudavam mais na instituição. Conforme histórico, a militante foi expulsa do CEJS “[...] perdendo o ano escolar de 1970, impedindo que concluísse o 3º ano colegial, faltando apenas uma semana de aula” (CEWROS, 2004, processo: 04270014-0, p. 3), tendo que repetir o ano letivo em 1971. A expulsão do referido colégio foi só o início das perseguições empreendidas contra a militante.

Em 1972, quando estudante do curso de História da Universidade Estadual do Ceará, foi presa e levada pelo Grupo Obuzes - GO⁷⁷, em 02 de abril, ficando até o dia 24 sob custódia da Polícia Federal. Nesta ocasião, “Mais uma vez foi vítima de arbitrariedades da época, quando foi expulsa da UECE mesmo tendo prestado os exames finais do primeiro semestre de 1972 e aprovada em todas as disciplinas” (CEWROS, 2004, processo: 04270014-0, p. 4). Em sua narrativa, destaca que, com apenas dezenove anos foi impedida de estudar e prestar concurso público em decorrência de seus antecedentes políticos. As perseguições à impediram de ter uma profissão e teve que sobreviver com a família através de trabalhos informais, como vendas e aulas particulares.

⁷⁷ Grupo de artilharia do Exército.

Eliane Gadelha Dias⁷⁸, em dezembro de 1963, foi contratada através de seleção para a função de Assessora Técnica da Secretaria Estadual da Educação - SEDUC, contrato este, que foi suspenso de forma compulsória em decorrência do golpe civil-militar de 1964. Embora tenha sido reintegrada a sua função logo em seguida voltou a ser desligada sem qualquer ato administrativo. Dessa forma, “[...] a suplicante tomou conhecimento que havia sido **demitida** de suas funções, sob a afirmativa de envolvimento com movimentos subversivos e atentatórios ao regime militar” (CEWROS, 2014, processo: 04270044-2, p. 3).

Vale ressaltar, que tais movimentos “subversivos” não se davam no âmbito da SEDUC, mas na Faculdade de Administração Pública da Universidade Estadual do Ceará, instituição em que a testemunha era líder estudantil e “foi fichada pelo DOPS por praticar ‘proselitismo’” (CEWROS, 2014, processo: 04270044-2, p. 3) na referida instituição de ensino. Qualquer forma de resistência ao Estado ditatorial era mapeada pelos serviços de inteligência e as militantes sofriam consequências em todos os espaços sociais que faziam parte.

Etelvira Cunha Oliveira⁷⁹, funcionária concursada da Companhia Telefônica do Ceará – empresa em que exerceu a função de telefonista classe A –, um mês após ter sido presa, interrogada e indiciada em dezembro de 1973, foi demitida mesmo a companhia “[...] declarando que a Requerente pertenceu a seus quadros desde 19.04.1968, e que não constava nada que desabonasse sua conduta, foi demitida em 12 de dezembro de 1973” (CEWROS, 2004, processo: 04269928-0, p. 3), consequência que já era esperada pela então militante. “Diante do quadro político e das poucas possibilidades que teria de sobreviver com decência no Ceará” (CEWROS, 2004, processo: 04269928-0, p. 2), resolveu migrar, com seu marido, para o estado de São Paulo e, posteriormente para o Rio de Janeiro, tendo sua vida, inesperadamente, modificada a partir daquele episódio.

Ao narrar as perseguições sofridas em decorrência da militância política, **Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca**,⁸⁰ destaca que, em 1969 quando cursava sua segunda graduação – Sociologia na Universidade Federal do Ceará – foi indiciada através de Inquérito Policial Militar e desde então teve seus passos acompanhados pelos órgãos de repressão. “A perseguição política deu-se em função de minha atuação política no movimento estudantil e sindical por melhores condições de ensino e de trabalho, por uma sociedade mais justa e pela redemocratização do país” (CEWROS, 2004, processo: 040772450-6, p. 3).

⁷⁸ Brasileira, administradora, nascida em 13.11.1942, recorreu ao resultado do processo: 04270044-2 em 26.11.2014.

⁷⁹ Brasileira, administradora, nascida em 20.11.1947, requereu indenização em 13.07.2004, processo: 04269928-2.

⁸⁰ Brasileira, assistente social, requereu indenização em 29.03.2004, processo: 04072450-6.

Em 1971, a militante teve sua prisão preventiva decretada e ressalta que teve sua foto estampada na primeira página do jornal, *O Povo*, como procurada pelo DOPS-CE. Dessa forma, viu-se impedida de desenvolver suas atividades e dado o conhecimento dos suplícios impostos aos presos políticos “[...] para não sofrer prisão e tortura fui forçada a deixar a faculdade e meu emprego na clínica Miguel Couto” (CEWROS, 2004, processo: 040772450-6, p. 3) em que exercia a função de Assistente Social.

Nesse contexto, saiu do estado do Ceará para não ser presa. “Forçada a viver na clandestinidade, longe da família e sem poder exercer a minha profissão de Assistente Social, trabalhei em serviços variados para poder sobreviver, passando por muitos momentos de penúria” (CEWROS, 2004, processo: 040772450-6, p. 4). Após ter vivido um período em Pernambuco com seu companheiro foi encarcerada e torturada como temia. E, após ser solta, retornou ao Ceará, porém em 1974, teve sua prisão decretada e, mais uma vez, fugiu para viver na clandestinidade, em Alto Garças – MT. Enfatiza que mesmo sendo absolvida em 1978, por medo de novas denúncias, só voltou ao Ceará em 1986, quando passou os primeiros anos “dependendo da solidariedade da família” (CEWROS, 2004, processo: 040772450-6, p. 4). A ex-prisioneira política finaliza a narrativa destacando que foram quinze anos de interrupção de sua vida profissional.

Mércia de Vasconcelos Pintos, ex-militante do Partido Comunista do Brasil no Ceará, Assistente Social e Musicista, narra sua militância com ênfase nas diversas ocasiões em que foi demitida do trabalho por conta das perseguições políticas sofridas em decorrência de seu ativismo político:

Quando se deu o golpe militar de 1964, cursava o segundo ano de Serviço Social e já trabalhava como estagiária no extinto bairro de Arraial Moura Brasil. Além disso, já ministrava aulas de piano particular e no Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CMAN). Exercia também o magistério como professora de música do curso normal do Centro Educacional Justiniano de Serpa (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 3).

Líder estudantil de 1966 a 1971, membra do CPC – Centro Popular de Cultura, desde então, “[...] passei a me envolver mais e mais com movimentos sociais, principalmente com a resistência à ditadura militar que se tornava cada vez mais agressiva e repressora” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 3). Sua primeira prisão ocorreu em 1968 quando participou, como representante do curso de música, do XXX Congresso da UNE em Ibiúna – São Paulo. “O fato é conhecido e bem documentado pela imprensa e pelos órgãos de repressão” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 3). Em consequência foi afastada de suas funções

no Centro Educacional Justiniano de Serpa e, sem maiores explicações, devolvida para SEDUC, impedida de trabalhar, fato que a deixou “[...] humilhada e sem possibilidades de defesa” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 4). E, à medida em que o tempo passava, somavam-se as situações, nas quais, o seu ativismo político representava obstáculo para o exercício de sua profissão. “Não lembro em quantos colégios eu rodei. Enquanto isso eu me distanciava de minhas atividades artísticas e de minha geração, além da sensação de insegurança e falta de continuidade nos meus projetos profissionais” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 4).

Em 1971, mais uma vez foi presa, acusada de “fazer parte da organização FBT (Fração Bolchevique Trotskistas)” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 5). Em seu processo, destaca várias situações em que fora vigiada – inclusive o fato de a Polícia Federal alugar uma casa vizinha a sua para acompanhar seus passos – e traída por pessoas que estavam à sua volta. Mudou-se para Brasília acompanhando o marido, que havia sido convidado para ensinar na Universidade de Brasília - UnB, pensando que encontraria paz. Conseguiu trabalho em escolas particulares, portanto, mais uma vez, foi perseguida e presa acusada de participar de um atentado a bombas em São Paulo.

Após ser solta em SP, retornou para Fortaleza e separou-se do marido. Perdia suas forças e sentia sua vida esfacelar-se, tendo que fazer tratamento psiquiátrico por, aproximadamente, sete anos. Voltou a lecionar na Rede Estadual e em 1977 se afastou para dar aulas particulares. Depois de um tempo foi para a Alemanha e, em decorrência das dificuldades, retornou para Fortaleza. Mudou-se para Brasília, Maranhão, Suécia, país em que fez mestrado e iniciou o doutorado. Em 1989, com a anistia de seu então marido, regressou para Brasília, ocasião em que foi selecionada por concurso público na Universidade de Brasília, tendo que vivenciar novas perseguições em consequência de seu passado político.

Em seu relato, Mércia de Vasconcelos Pintos, destaca que, embora tenha sido presa, por diversas vezes, a não abertura de inquérito policial, à impediu de receber proteção de outros países na condição de exilada. Dessa forma, ao ir para Alemanha e Suécia, a condição migrante muito dificultou sua sobrevivência nesses países.

A repressão e perseguição política às(aos) militantes não se restringiam aos domínios da capital do estado. **Helena Alves Assunção**⁸¹, membra do Conselho Diocesano de Pastoral de Crateús – que tinha como bispo Dom Frágoso, um dos “padres vermelhos”⁸² – “baseava seu trabalho sob a luz do evangelho junto as comunidades e sindicatos rurais da

⁸¹ Brasileira, aposentada, nascida em 19.06.1951, requereu indenização em 14.07.2004, processo: 04270043-4.

⁸² Expressão utilizada pelos agentes do Estado e seus seguidores para nomear “os padres que realizavam um trabalho pastoral em favor dos mais pobres”, conforme processo: 04270043-4.

região” (CEWROS, 2004, processo: 04270043-4, p. 2). Em 13 agosto de 1973 – quando estavam reunidos, em Poranga, discutindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos – foi presa, junto ao grupo do qual participava, e levada para a delegacia de Nova Russas, local em que passou a noite dividindo cela com presos comuns. No dia seguinte foi transferida para Fortaleza e entregue a Polícia Federal, ocasião em que passou quatro dias sendo interrogada.

Ao retornar para Poranga foi, novamente, chamada a depor, “sob ameaças terríveis, inclusive aos pais dessa vítima do autoritarismo, para que não voltasse a praticar atividades ‘subversivas’” (CEWROS, 2004, processo: 04270043-4, p. 3), condição esta, que vivenciou por muitos anos impedindo-a de “conseguir emprego e até vaga em estabelecimentos de ensino” (CEWROS, 2004, processo: 04270043-4, p. 3). Conforme histórico:

A repercussão dos acontecimentos em Poranga e Crateús foi tamanha que os amigos e o próprio namorado se afastaram da requerente. Nas ruas do município muitos cochichavam e outros até insultavam quando avistavam a requerente. O rótulo de subversiva teve que carregar por muitos anos (CEWROS, 2004, processo: 04270043-4, p. 4).

Conforme evidencia o processo, em consequência do afastamento dos que faziam parte de seu convívio, de ser apontada como subversiva e das perseguições experienciadas a militante quase entrou em processo depressivo.

Em espaços e situações diversas, as fontes evidenciam casos de mulheres que militaram contra a repressão empreendida após o golpe civil-militar de 1964 e tiveram suas vidas – pessoal, formações acadêmicas e trajetórias profissionais – bruscamente interrompidas. E, considerando as relações de poder advindas do patriarcado, o Estado repressor embasou suas ações no controle e no medo. Controlava as instituições em que as militantes tinham relações profissionais levando a ruptura dos vínculos empregatícios. O temor da prisão e, conseqüentemente, da tortura às empurraram para a clandestinidade.

A descontinuidade dos estudos e o impedimento de conseguirem trabalhos formais às colocou em condições de vulnerabilidade financeira e alterou, significativamente, seus projetos de vida. Embora as dificuldades de sobrevivência advindas das perseguições políticas impactassem mulheres e homens, notadamente, as militantes eram mais afetadas, uma vez que, vivenciavam situações relacionadas a maternidade, como: gravidez sem acompanhamento médico, parir em condições adversas e, em muitos casos, deixar seus bebês com familiares quando não eram mantidos nas prisões e, usados para a sevícia psicológica. Mesmo depois da

Lei de Anistia⁸³ ao retornarem para o Ceará, ainda tiveram, que sobreviver, por algum tempo, da benevolência de parentes e amigos.

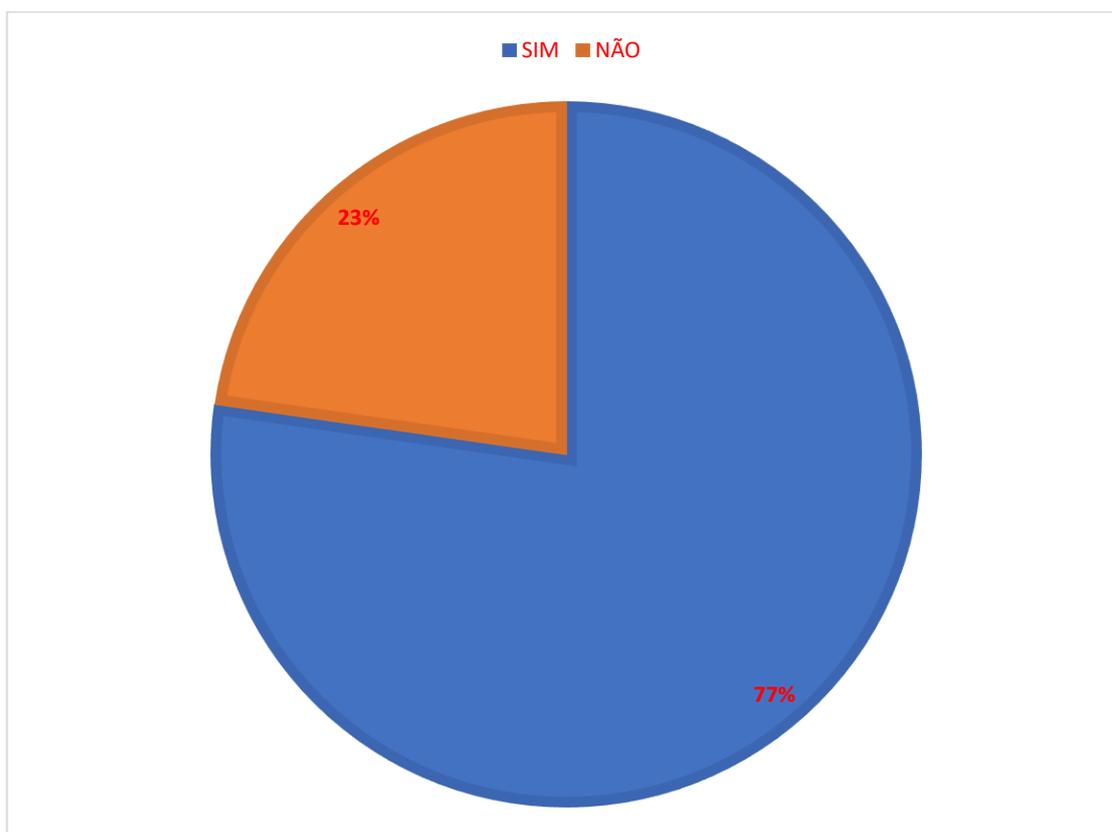
3.3 Tortura: o preço da resistência

A análise dos depoimentos anexados aos processos da Comissão Especial Wanda Rita Sidou – CEWROS – está em consonância com relatórios produzidos pelo grupo de trabalho Ditadura e gênero da Comissão Nacional da Verdade – CNV – ao evidenciar que a prática da tortura, durante interrogatórios, nas prisioneiras políticas, supostamente, envolvidas em “atividades subversivas”, foi medida amplamente empregada pelo aparato repressivo no combate a oposição política.

Com o objetivo de proporcionar dores físicas e/ou psicológicas que levassem a depoente “[...] entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 41), os usos da tortura não representaram casos isolados, mas práticas, rotineiramente, utilizadas pelos agentes do Estado.

O presente tópico destaca as sevícias, físicas e/ou psicológicas, sofridas pelas prisioneiras políticas nas dependências dos órgãos do Estado. O gráfico a seguir, apresenta o percentual das militantes em estudo que foram submetidas a tortura.

⁸³ Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979 que em seu Art. 1º concede anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

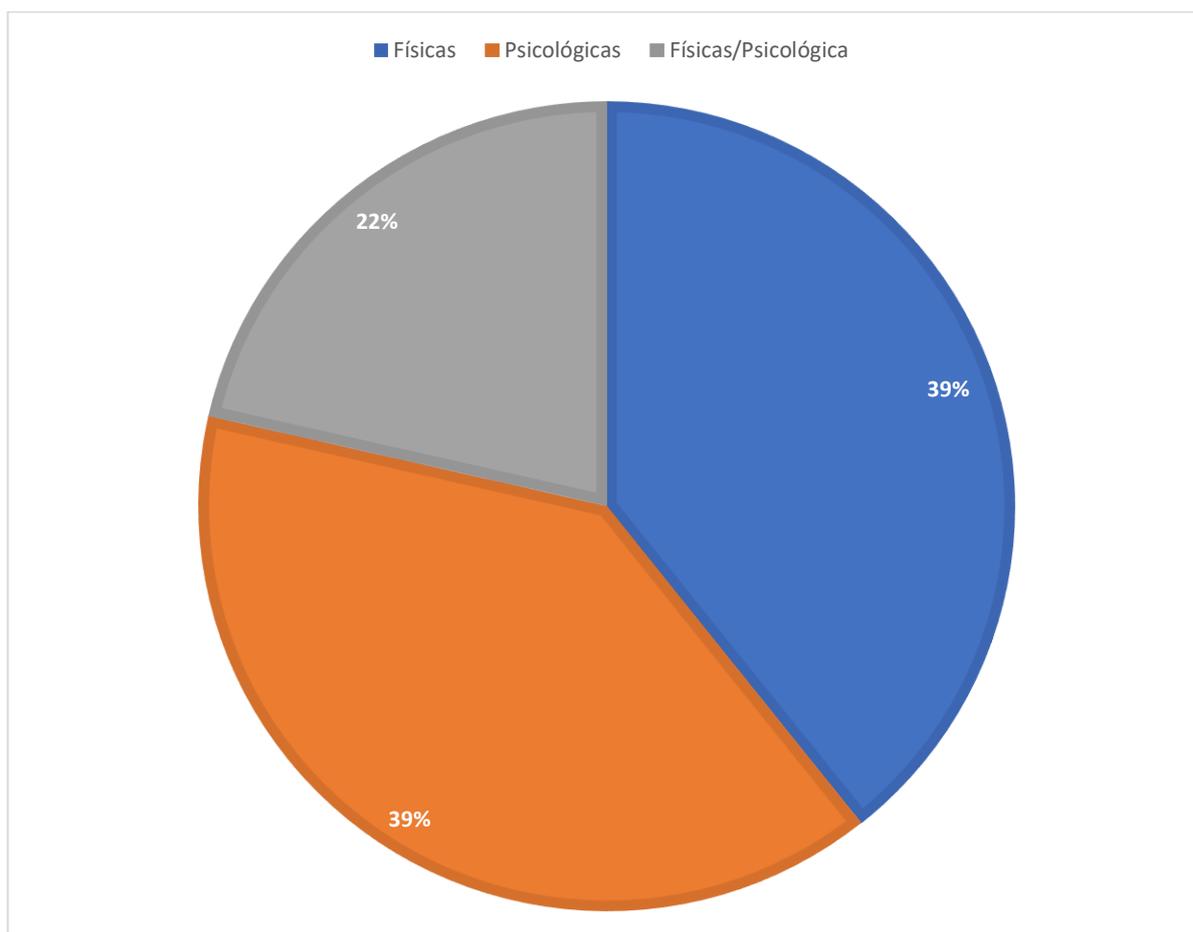
Gráfico 4 – Militantes torturadas

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao remeterem as experiências da tortura, as militantes às descreveram como sendo de ordem física⁸⁴ e/ou psicológica⁸⁵, conforme destaque a seguir.

⁸⁴ Nas páginas seguintes serão exploradas situações em que as militantes sofreram espancamentos, choques elétricos, afogamentos, queimaduras de cigarros etc.

⁸⁵ Exploração do vínculo afetivo/maternidade em que sofriam ameaças de não verem mais seus filhos ainda criança, bem como, a possibilidades de esses virem a ser torturados, presenciar a tortura de amigos e familiar, imposição da nudez durante os interrogatórios, toque de sirene sempre que um militante era levado para interrogatório/tortura, chuveiros que disparavam pequenos choques enquanto elas tomavam banho etc.

Gráfico 5 – Tipificação das torturas sofridas

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar a dificuldade de separar torturas físicas de psicológicas, posto que, todas requerentes que declararam ter vivenciado a sevícia física – trinta e nove por cento dos casos – também fizeram menção à psicológica. Restando vinte e dois por cento para as que destacaram ter sofrido apenas torturas psicológicas.

Os testemunhos a seguir levam a compreensão de que a repressão desenvolvida pelos órgãos estatais – perseguições, prisões e tortura – se deu no contexto das relações hierarquizadas de gênero em que a masculinidade dos agentes do Estado se afirmava ao causar dor e medo nas prisioneiras políticas. “É no contexto da tortura e das formas que ela assume que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice” (JOFFILY, 2010, p. 232). Dessa maneira, os interrogatórios foram, quase sempre, seguidos de sevícias físicas e/ou psicológicas, acompanhadas da humilhação de terem seus corpos nus – elemento desencadeador de sentimentos diferentes para o homem e para a mulher – e objetos de violência sexual exercida pelos torturadores.

Ao fazer referência a Ana Maria Colling, Mirian Goldenberg destaca que: “A mulher se sente desestruturada, desprotegida, tentando se cobrir sem conseguir, enquanto o homem, que é criado culturalmente para não ter vergonha do seu corpo, não se preocupa em se cobrir” (Goldenberg, 1997, s.p). mas, para as mulheres, sempre pairava a ideia de que elas eram “corresponsáveis” por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres” (Wolff, 2015, p. 984).

Edmilsa Sousa Costa, jornalista, “militante combativa” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), após o golpe civil-militar de 1964 – ocasião em que o partido entrou para a clandestinidade e houve perseguição imediata de suas(seus) membras(os) –, passou a exercer a militância política “de forma reservada e oculta” por temer “opositores repressores” (CEWROS, 2019, processo: 10918919-19, p. 3). Conforme dados do processo, nesse período a ativista vivenciou sofrimentos físicos e psicológicos em consequência das perseguições políticas e das sevícias as quais foi submetida na prisão:

Preso em 1975 e indiciada em inquérito como implicada nas atividades do PCB e como amante de Francisco Felipe Cardoso, (preso da ditadura), tendo sido conduzida para a sede do Corpo de bombeiros pelos agentes do DOPS, lá permanecendo por quase dois meses, tendo sido submetida a todo tipo de humilhação, tortura, estupro e agressões físicas e verbais (CEWROS, 2019, processo: 10918919-19, p. 3, grifos da autora).

O relato acima, além de destacar o tratamento desumano – caracterizado pela violação dos direitos humanos – ao qual a militante foi submetida quando esteve na prisão, também é carregado de preconceito e discriminação de gênero que desqualifica, socialmente, a mulher ao associá-la, na condição de “amante”, ao já conhecido, pelos órgãos de informação, companheiro de militância.

Conforme literatura sobre o tema é comum os processos do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS apresentarem informações sobre os antecedentes das prisioneiras políticas. “Lá constam sua filiação, idade, residência, ocupação e estado civil. Este último parece ter uma importância maior, pois será relacionado adiante com denominações tais como amantes e amásias” (Insuela, 2011, p. 5). Nos documentos oficiais⁸⁶, anexos ao processo, que fazem referência à Edmilsa Sousa Costa, seu nome está sempre seguido – de forma pejorativa – da informação entre parêntese, de que é “amante” de Francisco Felipe Cardoso, elemento este, que à desqualifica e destitui de sua independência e protagonismo político.

⁸⁶ Documentos do Serviço Nacional de Informação anexos ao processo: Informação nº 314 de 28.09.1976 – Retorno de brasileiros que cursam universidades na URSS; Informação nº 322 de 21.11.1975 – Desarticulação do PCB no Ceará.

Simone Simões Ferreira Soares⁸⁷, foi detida, por quinze dias, no 23º Batalhão de Caçadores – por terem encontrado documentos de “caráter subversivo” em sua residência – ocasião em que vivenciou sevícias psicológicas durante os interrogatórios. Conforme depoimento da ex-militante: “As torturas psicológicas impostas a requerente eram de natureza gravíssima, pois seus interrogadores, afirmavam que a mesma jamais veria novamente seu filho e marido se não confessasse a participação em atividades políticas revolucionárias à época” (CEWROS, 2004, processo: 04166257-1, p. 2). Aspecto bastante explorado nos interrogatórios, o vínculo de maternidade – exemplificado na segunda seção deste trabalho – se configurou como o elemento de pressão que mais desestabilizou as mulheres na prisão. “A maternidade era vista como um mecanismo de fragilidade emocional da mulher, que faria de tudo para proteger o filho, inclusive delatar os companheiros sob tortura” (Gomes, 2019, p. 116).

Ao relatar sobre uma de suas prisões no 23º Batalhão de Caçadores – 23 BC, **Mércia de Vasconcelos Pinto** destaca que:

Na porta da minha cela havia sempre um soldado de guarda, que de cinco em cinco minutos fazia continência e batia com o fuzil no chão. O barulho não nos deixava dormir, aumentando assim, nossas tensões. Pedíamos a ele para não fazer tanto barulho sem necessidade mas ele dizia cinicamente que cumpria ordens. Os banhos eram coletivos (todas mulheres). Um chuveiro que ao mesmo tempo que jorrava água dava pequenos choques elétricos. Reclamávamos mas o soldado que ficava na porta respondia que não era verdade e que estávamos criando coisas. Isso nos deixava além de nervosas inseguras quanto a nossa sanidade. Já estaríamos “loucas” mesmo? (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 5).

O depoimento narra as circunstâncias em que os agentes se aproveitavam da vulnerabilidade psicológica das militantes para criarem situações – interrompiam-lhes, constantemente, o sono com barulhos desnecessários e negavam percepções físicas que, a elas, eram claras – que aumentasse a instabilidade emocional. Ainda conforme Mércia de Vasconcelos:

Os interrogatórios eram terríveis! Como estávamos em quatro mulheres juntas e que saiam separadamente para os interrogatórios, jogavam-nos umas contra as outras para que nos desentendêssemos. A cada uma que voltava dos interrogatórios eu tinha mais certeza do que eles estavam tentando fazer conosco. Fazia o possível para conservar a lucidez mas mesmo assim o medo interceptava qualquer forma de sanidade. Meu cotidiano estava completamente invadido e eu mesma já me sentia culpada e criminoso” (CEWROS, 2016, processo: 04310955-1, p. 6).

⁸⁷ Brasileira, professora, nascida em 21.05.1943, requereu indenização em 12.05.2004, processo: 04166257-1.

Imbuídos de uma concepção sexista, presente na sociedade, de que as mulheres são, por natureza, competitivas entre si, é perceptível a intencionalidade dos agentes de fragmentá-las enquanto grupo incentivando a desconfiança mútua. Assim como, a sevícia física, a psicológica possui várias nuances e apresenta-se revestida de inúmeras sutilezas.

As perseguições e prisões nem sempre estavam restritas às militantes, posto que, em algumas situações, estendiam-se a parentes e amigos que, embora convivessem com estas, não tinham relação com movimentos políticos. **Maria de Fátima Rocha Maranhão**⁸⁸, narra momentos de aflição desde que foi detida, em 1969, dia em que **Iracema Serra Azul da Fonseca**⁸⁹ – à época com dezesseis anos – esteve em sua casa, mas conseguiu despistar os agentes de polícia fingindo brincar de bola na rua.

A partir desse episódio, a testemunha ressalta que não teve mais tranquilidade, percebia que sua residência era constantemente vigiada. Em 03 abril de 1972, foi à casa da mãe das irmãs Serra Azul pegar um livro de gramática, ocasião em que, ao ser surpreendida pelos agentes da ditadura, foi:

confundida com militante política, presa encarapuçada, jogada no piso de um veículo, pisada e levada ao Quartel do 23º BC, onde passaram-me a interrogar-me, despiram-me, ameaçaram-me de sevícias, aterrorizaram-me, queria que dissesse onde estava Maria do Carmo (CEWROS, 2004, processo: 04269941-0, p.2, grifos da autora).

O terror estava posto e não precisava ser militante das organizações de esquerda para ser alvo das perseguições dos órgãos repressores. A relação pessoal e/ou profissional com opositores ao regime instituído já colocava qualquer indivíduo na condição de suspeito podendo ocasionar prisão e suas consequências. Embora a requerente enfatize que foi ameaçada de torturas, seu depoimento evidencia que ela já estava sendo torturada ao ser pisoteada, despida e, as ameaças eram, apenas, mais um tipo de tortura – a psicológica.

Ao narrar sua prisão pela Operação Bandeirantes - OBAN, **Edna Veras Ferreira** ressalta que encontrou vários companheiros no cárcere, com quem vivenciou longas sessões de torturas físicas e psicológicas:

Passamos duas semanas de terror em interrogatórios sem fim, onde permaneceram torturas físicas e psicológicas. Fui vendada, algemada, afogada, queimada de cigarros, soqueada, abusada e ameaçada de morte. Por várias vezes presenciei a tortura de meu pai, que teve costelas, a clavícula e o braço quebrados durante sessões de tortura, além de ameaças de ter meu pai e meus amigos assassinados na minha frente” (CEWROS, 2004, processo: 04270014-0, p.5, grifos da autora).

⁸⁸ Brasileira, requereu indenização em 20.04.2004, processo: 04269941-0.

⁸⁹ Brasileira, funcionária pública, requereu indenização em 20.12.2003, processo: 04024387-7.

Ao ser submetida às várias formas de torturas físicas a militante acompanhou a tortura dos amigos vendada – o que à desconectava do espaço no qual se encontrava e sem saber quem era o torturador – impedida de ver a dimensão dos ferimentos e o real estado de saúde deles, fato que elevava seu sofrimento sob ameaças de morte. Potencializavam a sevícia psicológica ao fazerem-na presenciar o espancamento do pai que já estava bastante ferido, explorando assim, o vínculo de afetividade e a suposta fragilidade feminina. Conforme a interrogada, o sofrimento, ao qual foi submetida, tinha por objetivo levá-la a delação de companheiros de militância.

Em 1974, ao ser presa em Pernambuco, **Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca**, ressalta que, inicialmente, tentou perceber o que estava acontecendo e só mais tarde entendeu: “Que estava num cárcere clandestino onde o terror e a tortura eram armas permanentes de pressão física e psicológica para a delação de companheiros inocentes” (CEWROS, 2004, processo: 04072450-6, p. 4). A militante narra com riqueza de detalhes, não apenas, o espaço no qual se encontrava, mas também os sons e ruídos ouvidos, característicos do sofrimento, que chegavam até ela. “Havia uma campainha que, quando tocava, alguém estava sendo levado para a sessão de tortura e interrogatório. Isso acontecia de noite e de dia, para não dormirmos, para fraquejarmos” (CEWROS, 2004, processo: 04072450-6, p. 4). Conforme relato, era possível ouvir muitos gritos e pancadas. “Identifiquei algumas vozes como as de minha cunhada Iracema Serra Azul e do meu irmão Manoel Dias da Fonseca Neto” (CEWROS, 2004, processo: 04072450-6, p. 5).

Em seu processo **Helena Serra Azul Monteiro**, narra a sua prisão, junto ao marido, em outubro de 1969, quando estavam vivendo de forma clandestina em Pernambuco. Durante quarenta dias ficaram incomunicáveis, período em que – tendo em vista a vulnerabilidade advinda de sua gravidez – sofreu “ameaças constantes de aborto e de ser seviciada” (CEWROS, 2003, processo: 04024166-1, p. 3). Dessa forma, “[...] o aspecto considerado socialmente sagrado da maternidade não se estendia às militantes, assim como a defesa da vida não se estendia aos filhos destas” (Gomes, 2019, p. 124). Fato que ratifica a fala de outras militantes, que afirmam que os interrogatórios aconteciam durante à noite e até a madrugada. Por várias vezes presenciou a tortura do marido e, conforme depoimento prestado ao Conselho de Justiça de Recife, em 1970:

“[...] o marido da interrogada ficou na sala já referida e ela ouviu, do lado de fora, barulho de pancadas; que, posteriormente, foi reconduzida à sala onde estava o seu marido, que se apresentava com as mãos inchadas, a face avermelhada, a coxa tremendo e com as costas sem poder encostar na cadeira; que o Dr. Moacir Sales, dirigindo-se à interrogada, disse que, se ela não falasse, ia acontecer o mesmo com

ela; [...] na Delegacia, todos já sabiam que a interrogada estava em estado de gestação” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 48).

“Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 41). Assim, as afirmações de Edna Veras Ferreira, Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca e Helena Serra Azul Monteiro apresentam um misto de sevícias físicas e psicológicas em que os agentes do Estado exploraram vínculos familiar e de amizade ao criarem situações conflituosas em que as militantes no meio de cenários de terror identificavam vozes de parentes e companheiros de militância ou, até mesmo, presenciavam as sevícias destes.

Ao descrever uma das ocasiões em que foi torturada, Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca ressalta que:

Fui chamada várias vezes para interrogatório. Para obter resposta me colocaram de joelhos e encapuzadas; batiam no meu rosto e me assediavam sexualmente. Para humilhar e enfraquecer-me. Não sofri choques elétricos. Acredito que pelo avançado estado da gravidez. Numa dessas sessões de tortura, ouvi um deles cochichando. “É melhor parar a sessão, ela vai abortar”. (CEWROS, 2004, processo: 04072450-6, p. 4, grifo da autora).

O estado gestacional de Helena Serra Azul Monteiro e Fátima Elizabeth não se configurou em impedimento para o uso de torturas físicas durante os interrogatórios, pois “[...] os agentes da repressão enxergavam na gravidez uma condição de aumento da suscetibilidade das mulheres à delação” (Gomes, 2019, p. 117). E, embora não tenham sido submetidas aos choques elétricos, que eram comuns, sofreram outras sevícias físicas e, sobretudo, psicológicas para que delatassem militantes que, muitas vezes, nem faziam parte do grupo político que elas participavam, mas que os agentes do Estado supunham ser. Dessa forma:

Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino. (Colling, 1987, p. 80 *apud*, Goldenberg, 1997, s.p).

O assédio sexual, geralmente, acrescido de falas difamatórias presente na maioria dos interrogatórios era utilizado para humilhar e inferiorizar a condição feminina. Objeto

especial das taras dos torturadores, as militantes cearenses também não saíram ilesas, no que diz respeito, aos abusos sexuais e estupros⁹⁰ como parte das sevícias.

Dessa forma, são frequentes nos processos, já explorados no texto, a ênfase ao fato de as militantes terem sido interrogadas vendadas, desprovidas da proteção de suas vestimentas, sofrido estupro, abuso e assédio sexual. Ações que expressam o caráter misógino nos interrogatórios e a necessidade de expressar a “superioridade” do sexo masculino sobre os corpos que, naquela ocasião, estavam frágeis e indefesos.

⁹⁰ Conforme processos de Fátima Elizabeth Ferreira e Edmilsa Sousa Costa em destaque nesta seção.

4 OS DIVERSOS CAMINHOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E AS POSSIBILIDADES DIDÁTICAS OFERECIDAS PELA HISTÓRIA PÚBLICA

“A prática docente nutre-se, assim, de um exercício crítico sobre a história humana que é, ao mesmo tempo, um exercício de criatividade e esperança na construção de uma sociedade com equidade, respeito às diferenças e integrada ao meio ambiente. Não é por acaso que em História a política desempenha papel central, pois é na esfera política, isto é, no debate público, construído inclusive na sala de aula, que os exercícios da crítica e da criatividade ganham maior potência.”

(Cardoso; Fernandes, 2022, sp).

Nos últimos anos, aumentou a disseminação de versões deturpadas da História em que negacionistas têm divulgado uma série de *fake news* que contradizem as fontes, a escrita da História pelos especialistas e, entram em conflito com a memória daqueles que vivenciaram ou testemunharam eventos traumáticos, e dos que fazem uma leitura crítica sobre o período em estudo. Diante desses discursos, é necessário compromisso e responsabilidade do professor no ato de selecionar os objetos do conhecimento, procedimentos metodológicos, linguagens, conceitos, bem como, a abordagem a ser desenvolvida em sala de aula.

Ao pensar a escola enquanto espaço coletivo de debate e interpretação de conhecimentos voltados para a formação e cidadania participativa, temos nela o ambiente propício ao diálogo e reflexão sobre as discussões que circulam no debate público. Documentos, como o relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV - e, os processos de militantes que reivindicaram indenizações ao estado do Ceará, através da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou - CEWROS - se não analisados de forma crítica e com adequada moderação do conhecimento histórico, podem ser vistos de forma simplista e/ou, até mesmo levar à banalização do sofrimento perpetrado às vítimas do autoritarismo do Estado.

Neste contexto, percebo a necessidade de desenvolver um debate para além dos elementos presentes no livro didático, fazendo uma análise crítica das fontes históricas, neste caso, em específico, os depoimentos dos que testemunharam as graves violações de direitos humanos e das vítimas da violência do Estado de exceção, promovendo uma aproximação entre as(os) alunas(os), da Educação Básica e, o ofício do(a) historiador(a) para que percebam as tensões e contradições presentes nos conflitos de memórias e compreendam como se elabora o conhecimento histórico.

O livro didático constitui-se em importante instrumento pedagógico para a Educação Básica, embora desperte uma série de posicionamentos divergentes ao seu respeito. Bittencourt (2021) enfatiza o caráter limitado do livro didático, não apenas por questões

ideológicas, econômicas e técnicas, mas também, pelo processo de simplificação do conhecimento científico para que este seja mais acessível aos seus públicos. Choppin (2004) ressalta a complexidade do referido livro, bem como, a multiplicidade de suas funções e diversidade dos agentes que ele envolve. Dessa maneira, enquanto a autora chama atenção para elementos que coadunam, em vários aspectos, para a “limitação” do manual escolar, o autor expõe fatores que o tornam um instrumento complexo. Dessa maneira, proponho problematizar a forma como a resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil é apresentada nos livros didáticos e pensar novas abordagens em sala de aula na perspectiva da História Pública.

Rovai (2019) destaca que para ter existência pública é necessário que haja discussão, empatia, cruzamento de experiências, saberes e organização de conceitos. Daí a importância do(a) docente enquanto mediador(a) do processo de ensino/aprendizagem e, na formação de cidadãos conhecedores dos processos históricos e, por sua vez, críticos ao debate público. Com base no exposto, a condução das discussões, leituras e reflexões sobre conceitos e objetos do conhecimento em aula, torna-se relevante auxílio as(aos) discentes a interpretação das narrativas presentes nos espaços extraescolar.

Nesta seção reflito sobre diversos caminhos para o ensino de História a partir do livro didático e, nos casos de superficialidade e ausência da “resistência feminina à Ditadura Militar” no referido instrumento pedagógico, apresento possibilidades didáticas oferecidas pela História Pública, conforme os tópicos a seguir: 3.1 “O ensino de História e os instrumentos didáticos”, no qual apresento um breve histórico sobre o ensino de História no Brasil durante a segunda metade do século XX e destaco posicionamentos de pesquisadores sobre o livro didático; 3.2 “PNLD 2024: quais as leituras da resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil?”, ao apresentar a gênese e mudanças recentes ocorridas no Programa Nacional do Livro e Material Didático, apresento uma reflexão sobre a abordagem da temática em estudo nas coleções aprovadas pelo MEC no referido PNLD; 3.3 “História Pública – suas práticas e instrumentos para o ensino de História”, em que discuto as possibilidades de desenvolvimento do tema a partir de documentos disponíveis no *site* da Comissão Nacional da Verdade e nos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou.

4.1 O ensino de História e os instrumentos didáticos

Na segunda metade do século XX o ensino de História passou por consideráveis mudanças em seu currículo que denotam o contexto sociopolítico, à época, em vigência. No período que sucedeu o golpe civil-militar de 1964, caracterizado pelo autoritarismo do Estado,

pela efervescência das manifestações sociais em oposição a centralidade do poder e o cerceamento das liberdades individuais – o governo instituiu a Lei nº 5692/71⁹¹ que oficializou a reforma dos ensinos de 1º e 2º graus. Sob essas circunstâncias, vale destacar que, a lei, acima mencionada, foi implantada de forma autoritária, posto que, além de ter sido aprovada em curto espaço de tempo e com poucas discussões no Congresso Nacional não estabeleceu um diálogo com integrantes da sociedade civil ligados à esfera educacional.

Com a lei nº 5692/71 o ensino de 2º grau voltou-se para a formação profissional dos educandos e, conseqüentemente, houve a exclusão de algumas disciplinas da formação geral. Nesse contexto, ocorreu a alteração do currículo das ciências humanas com a inclusão da disciplina Estudos Sociais, na qual, foram diluídos conteúdos de História e Geografia com ênfase nos conhecimentos de Educação Moral e Cívica, diretamente, relacionados ao ideário da Doutrina de Segurança Nacional⁹². A referida disciplina pressupunha orientar os jovens conforme os princípios da moralidade e civismos propostos pelo Regime Militar e, conforme destacam as professoras Viviane Bezerra e Telma Sales configurou-se como “um arranjo de conteúdos referentes à história e à geografia” (2009, s.p). Assim, as décadas que sucederam ao golpe civil-militar de 1964 teve a Educação Básica marcada pelo esvaziamento do currículo propedêutico com prejuízos diretos ao ensino e aprendizagem de História.

Com as transformações políticas ocorridas em consequência dos movimentos sociais das décadas de 1970/1980 e, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988⁹³, símbolo da redemocratização brasileira, houve um repensar da educação e críticas à História e ao seu ensino que desembocaram no processo de reformulação curricular dos sistemas de ensino voltados para a Educação Básica, tendo em vista a superação das desigualdades existentes na sociedade. No contexto dessas dinâmicas foram instituídas, em anos consecutivos (1996 e 1997), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁹⁴ - LDBEN e, a elaboração do Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, documento referencial das disciplinas escolares para fomentar uma reflexão e subsidiar a elaboração dos currículos estaduais e municipais (PCNs, 1998).

⁹¹ Lei nº 5692/71 - instituída em 11 de agosto de 1971 fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

⁹² A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada em fins da década de 1940 nos Estados Unidos e difundida por toda a América Latina. No Brasil, foi instituída através do Decreto-Lei nº 314/68 e entre seus objetivos destaca-se a identificação e eliminação “inimigos internos” do regime.

⁹³ A Constituição de 1988 (Lei Darcy Ribeiro), foi escrita após a Ditadura Militar e determina os direitos e obrigações dos cidadãos e dos entes políticos do nosso país. Por ter sido criada ao final da ditadura e por resultar de um amplo debate com a população, ficou conhecida como Constituição Cidadã.

⁹⁴ Lei nº 9394/96 – instituída em 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases para educação nacional.

Entre suas premissas, os PCNs estabelecem a necessidade de “Educar o cidadão, preparar o aluno para a vida democrática, permitir que os alunos possam progressivamente conhecer realidade, o processo de construção da História e o papel de cada um como cidadão no mundo contemporâneo [...]” (Guimarães, 2012, p. 143).

Sob essas circunstâncias, Bezerra e Sales enfatizam que:

Tais renovações vivenciadas a partir da década de 1990 se contrapunham diretamente ao passado tenebroso da ditadura em que a educação fora marcada pela Reforma Universitária de 1968 e a Reforma Educacional de 1971, que impactaram consideravelmente com um conservadorismo e tradicionalismo nos conteúdos e métodos de ensino (Bezerra; Sales, 2009, s.p).

Dessa forma, as mudanças realizadas na educação e, mais especificamente, no ensino de História, perpassam, não apenas, pelo repensar dos currículos escolares, mas, sobretudo, pela necessidade de posicionamentos críticos e comprometidos dos professores ante a seleção, problematização dos objetos do conhecimento, instrumentos didáticos e abordagem que privilegie os múltiplos sujeitos históricos – em suas diversidades –, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Levando-se em consideração a multiplicidade dos fatores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de história, o livro didático tem se configurado num dos principais instrumentos pedagógicos que subsidia o trabalho das(os) professoras(es) da Educação Básica, enfatizando os diversos posicionamento sobre o manual escolar.

Ao discorrer da seleção dos recursos didáticos, os PCNs enfatizam que “Dentre os diferentes recursos, o livro didático é um dos materiais de mais forte influência na prática de ensino brasileira” (PCNs, 1998, p.96). O Guia Digital de obras didáticas, Ensino fundamental (anos finais), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁹⁵, destaca que:

O livro didático é um artefato cultural porque agrega tanto a historicidade sobre os meios e modos como seres humanos foram consolidando a sua existência, quanto por contemplar as novidades que circulam pelos contextos socioculturais atuais, por exemplo, as tecnologias digitais e os debates sobre as diversidades de raça-etnia, o respeito pelo outro e a sociedade democrática. Na condição de artefato cultural, o livro didático aciona uma multiplicidade de ideias, relações, conflitos, desejos emanados pelos atores que integram a dinâmica comunidade escolar (Guia digital, PNLD 2024, sp).

O PNLD define o livro didático em sua complexidade como artefato cultural capaz de englobar as sociedades humanas desde seus processos históricos aos mais recentes contextos

⁹⁵ PNLD - Plano destinado a avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa (Guia digital PNLD, 2024, sp).

socioculturais e pluralidades. Dada as inúmeras atribuições conferidas ao referido instrumento didático, bem como, a multiplicidade de relações e conflitos que se desenvolvem em seu entorno desde a produção, distribuição e usos, são muitos estudos dos quais emergem diferentes pontos de vista, porém, em sua maioria, dão ênfase a relevância desse recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica.

Considerando essa perspectiva, Johnsen (1996), destaca que: *“El libro de texto es el principal instrumento para la enseñanza en lá escuela”* (Johnsen, 1996, p. 29). “Ao abordarem sobre as mudanças de perspectivas da feitura e usos do livro na sociedade europeia entre os séculos XVI e XIX, Chartier e Roche afirmaram: ‘Objeto de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação’ (Timbó, 2009, p. 54). “O livro didático, como observou Chris Stray, em 1993, é um produto cultural complexo... [que] se situa no cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade” (apud Choppin, 2004, p. 561).

Selva Guimaraes enfatiza que: “O livro didático é um dos principais veiculadores de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros com acesso à educação escolar básica na rede pública de ensino” (2012, p. 91). “O *Relatório Jacques Delors*, resultado de trabalhos desenvolvidos, de 1993 a 1996, pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da Unesco, considera o livro didático como ‘o suporte mais fácil de manejar e mais econômico’” (apud Cassiano, 2007, p. 39). Dessa maneira, destaco a unanimidade dos posicionamentos quanto a importância que o livro didático exerce no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, cabe enfatizar que, para além do público ao qual o livro didático é destinado – discentes, pais e docentes da Educação Básica – são muitos os interesses envolvidos no processo de produção, editoração e distribuição. Etapas estas, que englobam uma teia de relações entre universidades, mercado editorial e Estado.

Partindo da pluralidade das intervenções presentes na produção livresca, Roger Chartier destaca a “[...] existência de dois grupos de dispositivos que resultam na elaboração do texto. Os que provêm das estratégias de escrita, bem como, dos interesses do autor, e os que decorrem das resoluções do editor ou de uma exigência de uma oficina de impressão” (1988, p.127). Dessa forma, entendo que existem várias intencionalidades na escolha e/ou omissão de determinados objetos do conhecimento presentes no livro didático, bem como, na forma como acontece a exposição dos textos, imagens, exercícios propostos no decorrer dos capítulos.

Considerando os múltiplos fatores e agentes envolvidos no processo de produção e distribuição dos livros didáticos, sem esquecer os sujeitos, aos quais, são destinados, Wain (1990) evidencia que:

Los libros de texto son un tipo de literatura compleja colocada y compilada por varias partes interesadas (especialistas, autores, editores, autoridades), y tienen la intención de servir a diversos grupos de usuarios (maestros, estudiantes/alumnos, padres). Las motivaciones no son las mismas para cada grupo. En los análisis evaluativos se pasa a menudo por alto la correlación existentes entre los criterios de diferentes grupos (apud Johnsen, 1996, p. 24).

Embora sejam muitos os grupos envolvidos na cadeia de produção, distribuição e consumo do livro didático, seus interesses perpassam por caminhos distintos. Neste contexto, o autor chama atenção para o fato de que as análises, sobre este objeto de estudo, nem sempre levam em consideração a correlação entre os diferentes grupos envolvidos em torno do manual escolar.

Ao refletir sobre os diversos interesses que envolvem o livro escolar, Circe Bittencourt ressalta que, este é “[...] antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece a evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (2021, p. 71). Em virtude de sua condição de mercadoria, o livro escolar absorve altos investimentos e, sua cadeia de produção/distribuição, desperta uma miscelânea de disposições no mercado editorial que, tem no Estado, o principal adquirente.

Dessa forma, os possíveis fornecedores – que têm em sua composição grandes grupos editoriais – são condicionados a se adequarem as exigências contidas no edital do PNLD e, as coleções, inscritas, são submetidas a avaliação pedagógica do MEC que [...] “busca garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às necessidades da educação pública brasileira, em conformidade com os objetivos da legislação da Educação Básica” (Guia digital, PNLD 2024, sp). Assim, os editores concorrentes procuram produzir esse objeto mercadológico de acordo com as orientações contidas no Programa, sob o risco de suas obras didáticas não serem selecionadas para o processo de escolha nas escolas:

A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas. Por fim, sua adoção nas classes, seu modo de consumo, sua recepção, seu descarte são capazes de mobilizar, nas sociedades democráticas sobretudo, numerosos parceiros (professores, pais, sindicatos, associações, técnicos, bibliotecários, etc.) e de produzir debates e polêmicas (Choppin, 2004, p. 554).

Nesta perspectiva, percebe-se o consenso entre teóricos quanto a diversidade de interesses e instituições envolvidas em torno do livro escolar que, enquanto é percebido em sua relevância por uns, é tido como vilão por outros. Contudo, o autor supracitado destaca, que a multiplicidade dos agentes que se relacionam por meio de interesses no livro didático não está apenas nas etapas de produção, editoração e distribuição. Ao ultrapassar essas fases, alcançam-se os agentes, aos quais, este produto é destinado – docentes da Educação Básica, discentes, pais etc. Embora o referido recurso pedagógico desperte opiniões distintas quanto a sua relevância, Isaíde Timbó (2009), esclarece que:

[...] na transição do século XX para o XXI, as pesquisas que abordam o livro didático apontam diferentes transformações por que este recurso didático já passou, desde sua produção, passando pelos conteúdos, até o consumo final. Como afirma Sposito (2006), “O livro didático já não é visto mais com desdém e como (...), um instrumento de segunda categoria no processo de ensino-aprendizagem” (Timbó, 2009, p. 56).

Conforme o exposto, entre as últimas décadas do século XX e o início dos anos 2000, estudos demonstraram mudanças de posicionamentos quanto ao livro escolar. Dessa forma, as pesquisas evidenciaram pareceres distintos, quanto a função referencial⁹⁶ do instrumento didático em estudo, posto que, enquanto na década de 1980 predominava uma visão negativa, no início dos anos 2000, evidenciava-se uma transformação positiva nas avaliações quanto sua utilidade no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, Bittencourt enfatiza, que: “O livro didático tem sido objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos”, contudo, “[...] continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço consideram-no referencial básico para o estudo” (2021, p. 71).

Ao refletir sobre a complexidade da natureza desse relevante artefato cultural, vale destaque a função “ideológica e cultural” em que Choppin o considera, como: “Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político” (2004, p. 553). Seguindo esta linha, é importante estar atento aos objetos do conhecimento presentes no livro escolar, sua seleção e forma como são dispostos ao longo de suas páginas, pois este, além de se configurar enquanto “espelho de uma sociedade”, reflete o cidadão que se pretende formar. Embora o livro de História seja permeado por interesses

⁹⁶ Conforme Choppin, o livro didático possui quatro funções: referencial, instrumental, ideológica ou cultural e documental. Em sua função **referencial** / curricular ou programática, o livro “[...] constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (Choppin, 2004, p. 553).

políticos e mercadológicos, sua seleção, formas de uso e escolha dos elementos que serão discutidos em aula são de responsabilidade das professoras.

Sob essas circunstâncias, destaco que, mudanças ocorrem no currículo escolar de acordo com a ideologia do Estado. Durante os governos de exceção evidenciou-se a valorização do civismo, enquanto, que, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e Lei nº 9394/96 - LDBEN, o currículo da Educação Básica passou a priorizar a formação do cidadão e o respeito às diversidades.

Diante disso, o livro didático desenvolve o papel de “[...] mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor” (Bittencourt, 2021, p. 72). Nesse aspecto, embora o manual escolar seja um reprodutor de ideologias do poder político e econômico, seu consumo perpassa por sujeitos – docentes e discentes. Logo, compete as(os) docentes, não somente, a escolha dos livros adotados pela escola, mas, sobretudo, a seleção dos objetos do conhecimento, metodologias e abordagens que, problematizem, ou não, os elementos presentes ou ausentes no referido instrumento de aprendizagem.

Frente a discussão estabelecida, considero a não existência de um livro didático ideal, porém, defendo sua relevância enquanto instrumento pedagógico que sistematiza conhecimentos e que, na maioria das vezes, constitui-se no principal recurso utilizado pelas(os) professoras(es), da Educação Básica, no processo de mediação do conhecimento.

4.2 PNLD 2024 e as leituras sobre a resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD - configura-se como um dos maiores programas de políticas públicas do Brasil e do mundo voltado para aquisição e distribuição de livros escolares. Embora tenha recebido essa nomenclatura, somente na segunda metade de 1985, sua origem remonta ao início do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), por determinação, do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (1934 - 1945). Vale ressaltar, que há uma intencionalidade ideológica, na distribuição por parte dos governantes, em subordinar o livro didático ao discurso oficial que tem por objetivo “eliminar ou evitar qualquer desvalorização ou qualquer interpretação nociva aos seus interesses” (Choppin, 2004, p. 555).

Ao reportar-se a cronologia desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC - e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, Selva Guimarães destaca que “[...] teve início em 1929 quando o ‘Estado criou um órgão específico para legislar sobre

políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimidade ao livro didático nacional [...]” (Guimarães, 2012, p. 92). “Posteriormente, em 1938, pelo Decreto Lei nº 1006, de 30/12/1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), [...] com competência para dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático (Cassiano, 2007, p. 19). E, ainda, conforme Guimarães, o INL foi extinto no ano de 1976 e a “[...] Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) tornou-se responsável pela execução do livro didático com recursos do FNDE e das contrapartidas estabelecidas com os estados” (Guimarães, 2012, p. 95). Neste contexto, “Em 1983 foi criada a fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em substituição à Fename (Guimarães, 2012, p. 100).

O Decreto nº 91.542⁹⁷, estabelece no Artigo 1º que “Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau” (BRASIL, 1985). Conforme o referido decreto os professores da Educação Básica participarão do processo de escolha do livro didático que, desde então, passa a ter caráter não consumível, ou seja, após o término do ano letivo deverá ser devolvido à escola para ser reutilizado por outra(o) estudante.

O PNLD embora seja uma continuidade de programas anteriores, apresenta-se como novo fosse gerando um verdadeiro apagamento ao anterior – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), ligado ao INL – na busca por “[...] agregar valor positivo a determinado governo, que não quer ter sua imagem política associada ao governo anterior, que nesse caso, era uma ditadura” (Cassiano, 2007, p. 21). Instituído na gênese da Assembleia Nacional Constituinte, o PNLD se integra a um conjunto de ações que constituíram o início da democratização do país e visava o distanciamento do período marcado pelos governos de exceção.

Célia Cassiano (2007) ressalta que ao analisar a prescrição legal que norteou o PNLD encontrou dois documentos que mudaram os rumos deste em relação ao programa anterior. Dessa forma, destaca o “Educação para Todos: caminho para mudança⁹⁸” – que propicia o entendimento dos elementos que embasaram o referido programa – e, o “Plano Decenal de Educação para Todos⁹⁹”.

⁹⁷ Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985 – institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

⁹⁸ Documento apresentado ao Presidente José Sarney (1985 – 1990) pelo então ministro da educação Marco Maciel que expunha como objetivo possibilitar a universalização da Educação Básica e assegurar satisfatórios padrões de qualidade (MEC, 1985).

⁹⁹ Documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na

Se na proposta *Educação para Todos: caminho para mudança*, conseguimos entender os princípios da instauração do PNLD, é por meio do *Plano Decenal de Educação para Todos (MEC, 1993)* que compreendemos o conjunto de significativas alterações nesse programa que são estabelecidas a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Cassiano, 2007, p. 21).

Diante do exposto, é possível compreender o PNLD no contexto de outras políticas públicas voltadas para construção da democracia e reparação social que colocam o Brasil no contexto de outras nações em desenvolvimento que receberam investimentos do Banco Mundial¹⁰⁰ para melhorar a qualidade da educação, bem como, sua universalização.

Desde a instituição em 1985, o referido programa passou por significativas alterações – para determinar características técnicas e aperfeiçoar o processo de produção e distribuição dos livros – que ampliaram sua finalidade. Em 2017, através do Decreto nº 9.099¹⁰¹, a expansão foi marcada pela mudança em sua nomenclatura que passou a ser Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Nesse contexto, no parágrafo 1º, este artigo, dispõe que:

O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, **softwares** e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos. (D.O.U, 19.07.2017, p. 7)

A ampliação da finalidade do PNLD para além da produção e distribuição do livro didático reverberou interesses do mercado editorial que passou a ver no setor a expansão da vertente de possibilidade de grandes lucros, posto que, ampliou os objetos educacionais custeados pelo programa. Dessa forma, detendo-se, mais especificamente, aos livros didáticos, são inúmeras as ações dos grupos editoriais no intuito de trazerem para si a maior fração de distribuição dos livros escolares. No ano que antecede a escolha desses objetos pedagógicos,

Tailândia, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Esse documento é considerado “um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental no país”. (Disponível em: <https://educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>, acesso: 10.02.2024).

¹⁰⁰ "Banco Mundial é uma agência financeira internacional pertencente ao Sistema das Nações Unidas e criada no ano de 1944 para auxiliar as economias destruídas pela Segunda Guerra Mundial. A sua sede fica na capital dos Estados Unidos, Washington. Contando atualmente com 189 membros, o Banco Mundial é responsável pela oferta de empréstimos a países pobres e emergentes com o propósito de acelerar o seu crescimento e desenvolvimento. É responsável ainda pelo auxílio técnico e em questões relacionadas a políticas econômicas". (Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/banco-mundial-world-bank.htm>, acesso: 10.02.2024).

¹⁰¹ Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (BRASIL, 2017).

representantes das editoras visitam as escolas cadastrando docentes e oferecendo palestras, cursos *on-lines* – de curtas durações – em determinadas temáticas do currículo.

Nos seis meses que antecedem a escolha, distribuem catálogos contendo as obras – e, impressos destas – que essas editoras conseguiram aprovar no edital do MEC, que, muitas vezes, se confundem com o próprio Guia Digital: obras didáticas, direcionado as(os) professoras(es) da Educação Básica, presente na página do PNLD. Vale ressaltar, diante do vivido e observado, que a maioria dos professores acabam fazendo a escolha a partir desses catálogos que lhes chegam na forma impressa por terem o manuseio mais prático durante o planejamento semanal.

Outra alteração advinda do Decreto nº 9.099, diz respeito aos livros do primeiro ao quinto ano – anos iniciais – do Ensino Fundamental que passaram a ser consumíveis. Em vista disso, os alunos passam a ter maior espectro de utilização ao poderem desenvolver os exercícios propostos no próprio livro e não receberem livros rabiscados. Ainda de acordo com o referido Decreto, o ciclo de utilização do livro didático – anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – passa de três para quatro anos, fator este, negativo pelo fato de os alunos que irão utilizar o livro em seu quarto ano de uso, já o receberá bastante danificado.

Após breve histórico sobre a origem e alterações desenvolvidas no programa, questiono como a resistência feminina à Ditadura Militar é abordada nas obras didáticas – do Componente Curricular História do Ensino Fundamental –, anos finais, selecionadas no PNLD 2024. Convém destacar que as obras em estudo são referentes ao nono ano, série em que se insere o objeto do conhecimento “Ditaduras militares da América Latina no contexto da Guerra Fria”. Contudo, cabe enfatizar que o recorte espacial desta pesquisa é o Brasil. Justifico a escolha do PNLD 2024, pelo fato de ter sido divulgado, nas escolas, quando a presente pesquisa estava em desenvolvimento.

A tabela a seguir apresenta livros, do nono ano, das quatorze coleções de História, selecionados pelos avaliadores do MEC e suas respectivas editoras. Destacamos ainda, elementos que compõem os capítulos sobre a resistência à Ditadura, tais como: textos-base e boxes (atividade, fotografia, indicação de *sites*, texto e indicação de filmes).

Tabela 1 – Abordagem sobre a resistência feminina à Ditadura militar / PNL D 2024, História, anos finais do EF

Livro	Editora	Texto-base	Boxes				
			Atividade	Fotografia	Indicação de site	Texto	Indicação de filme
1. Geração Alpha História.	SM			Tropicália	Memórias da ditadura	Memórias da ditadura	
2. Araribá Conecta – História.	Editorial: Editora Moderna						
3. Expedições da História.	Editorial: Editora Moderna			Mov. Unificado Negro; Luta pela anistia.			Zuzu Angel
4. Viver História com Leandro Karnal.	Editorial: Editora Moderna			Mov. Contra a censura		Mov. Negro e de mulheres	Que bom te ver viva Livro prof.
5. Se liga na história Braick e Barreto.	Editorial: Editora Moderna			Ex-militante em protesto	Os Mutantes	Músicas de protesto	
6. SuperAÇÃO! História.	Editorial: Editora Moderna		O tema é... A imprensa alternativa no Brasil. A alternativa feminista.				
7. Amplitude História.	Editora do Brasil			“terroristas”; Canção de protesto.			
8. Conexões & Vivências: História.	Editora do Brasil			Foto da Passeata dos Cem Mil – Nana Caymmi, Ítala Nanda.			
9. Jornadas: novos caminhos.	Editora Saraiva	“Vidas perdidas: destinos alterados.”					
10. História.doc.	Editora Saraiva	Angel mãe					
11. Jovens Sapiens – História.	Editora Scipione					Mulheres na luta	
12. A conquista História.	Organizadora: FTD			No texto: Inflação e mobilização popular, foto de Therezinha Zerbini com cartaz do MFPA.			

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 1 – Abordagem sobre a resistência feminina à Ditadura militar / PNLD 2024, História, anos finais do EF (continuação)

	Editora	Texto-base	Boxes				
			Atividade	Fotografia	Indicação de <i>site</i>	Texto	Indicação de filme
13. História, sociedade & cidadania.	Organizadora: FTD		Foto da Passeata do Cem Mil em questão de atividade.				
14. Segue a trilha – História ¹⁰² .	Organizadora: Palavras Projetos Editoriais						

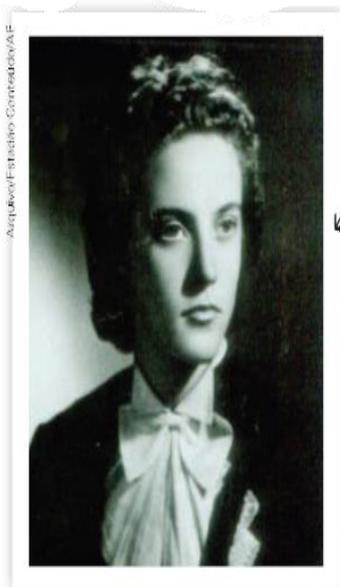
Fonte: Elaborada pela autora.

Embora não faça parte da problemática desta pesquisa, vale destacar a quantidade de editoras selecionadas pelo edital do referido PNLD, bem como, a divisão das obras, em desalinho, no que diz respeito a distribuição, entre elas. É perceptível o poder do capital e da livre concorrência –, neste caso, observado os critérios de avaliação presentes no programa – em que grandes grupos editoriais fazem investimentos na produção de várias coleções, bem como, ações de divulgação desenvolvidas junto às escolas com o objetivo de chegar primeiro e convencer o maior número de docentes quanto a qualidade e adequação de suas obras ao processo de ensino e aprendizagem.

A análise segue a ordem dos elementos presentes na tabela. Inicialmente, destaco que entre as quatorze obras selecionadas, apenas duas disponibilizaram espaço, em seu texto-base, à resistência feminina à Ditadura Militar. O livro intitulado “Jornadas: novos caminhos” nomeia seus capítulos de trilhas. Dessa maneira, na trilha intitulada “A resistência à ditadura”, no tópico “Vidas perdidas, destinos alterados”, apresenta minibiografias de militantes mortos, desaparecidos ou que tiveram o curso de suas vidas, de alguma forma, alterados pelo regime militar. Entre as seis histórias de militantes, duas são de mulheres, conforme recorte a seguir:

¹⁰² Segue a trilha – História: não tive acesso a este livro, pois link no *site* da organizadora não o acessa.

Figura 1 – Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974)



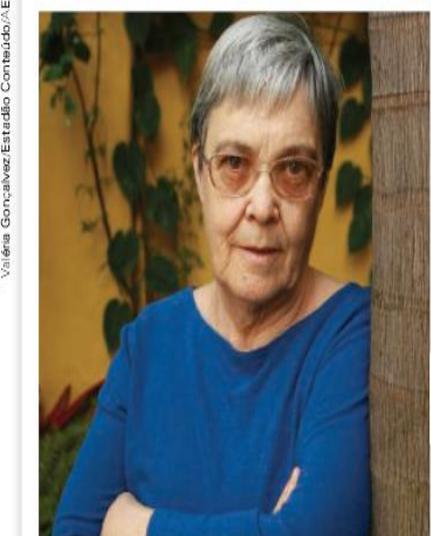
Ana Rosa Kucinski Silva em fotografia de c. 1970.

Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974)

Professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), era militante da ALN. Foi sequestrada com seu marido, Wilson Silva, quando saíam de um restaurante em abril de 1974. As Forças Armadas, até hoje, não informaram aos familiares o paradeiro dos corpos de Ana e Wilson. O jornalista e escritor Bernardo Kucinski, irmão de Ana, publicou um livro ficcional, *K*, que narra a saga de seu pai em busca da filha desaparecida.

Fonte: CARDOSO, Maurício; FERNANDES, Priscila Nina. *Jornadas: Novos caminhos: História: 9º ano*. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 190.

Figura 2 – Crimeia Alice Schmidt de Almeida (1946-)



Crimeia Alice Schmidt de Almeida em fotografia de 2008.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida (1946-)

Enfermeira, era militante do PCdoB e atuou na guerrilha do Araguaia. Foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) em São Paulo, quando estava grávida de sete meses. Mesmo assim, foi torturada até dar à luz. Em 2005, Crimeia e seus familiares moveram uma ação contra o coronel Brillante Ustra, que se tornou o primeiro militar declarado torturador. Com outros militantes, criou a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Fonte: CARDOSO, Maurício; FERNANDES, Priscila Nina. *Jornadas: Novos caminhos: História: 9º ano*. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 191.

Como sugestão de atividade as autoras propõem que a(o) docente oriente os estudantes numa pesquisa guiada usando edições digitais de jornais, *sites* e outras fontes confiáveis, além de procurar imagens, reportagens e, se possível, trechos de entrevistas antigas. Ao final os grupos devem criar uma página em *blog* ou uma postagem em rede social sobre, neste caso, as biografadas, usando imagens e citando referências de onde eles extraíram as informações. O presente capítulo tem sete páginas em que trata sobre a resistência à Ditadura Militar, porém, não existe uma referência direta à militância feminina aos governos de exceção.

Ao apresentar, apenas, imagens com minibiografias de duas mulheres em meio a quatro militantes homens, cabe a(o) docente problematizar o porquê da superficialidade na abordagem do tema e acrescentar elementos à pesquisa, tais como: Quem foram essas mulheres? Quais aspectos do Estado eram contestados por elas? Quais ações desenvolveram na militância que as tornaram alvos da repressão do Estado? No caso de Crimeia Almeida, incluir como sugestão de pesquisa vídeos do *Youtube* que contenha o depoimento, da militante, prestado à Comissão Nacional da Verdade. Quais outras mulheres participaram dessa militância? É necessário desenvolver um diálogo entre a abordagem da resistência presente no capítulo e as fontes utilizadas para a presente pesquisa, porém, ressaltando que estas não trazem a “verdade”, mas, as representações passíveis de interpretação dos historiadores.

A obra didática “História.doc”, direciona algumas páginas do Capítulo 12, intitulado de “Brasil: a “República dos generais” ao protagonismo feminino frente à Ditadura Militar. E, inicia o referido capítulo, com o “personagem microanalítico” da estilista Zuzu Angel que durante anos viveu indiferente às medidas adotadas pelo estado autoritário.

Figura 3 – Angel mãe

CAPÍTULO 12 **Brasil: a “República dos generais”**

O que você sabe sobre a ditadura civil-militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985?

Angel mãe

Resposta pessoal. Leia as orientações para a atividade neste **Manual do Professor**.

Nascida em 1921, Zuleika Angel Jones ficou conhecida no Rio de Janeiro, nos anos 1950, como Zuzu Angel. Costureira bastante criativa, foi influenciada pelo folclore carioca, mineiro e baiano. Criou vestidos coloridos com imagens de papagaios e borboletas, além de acessórios com conchas e bambus.

Zuzu Angel ficou famosa no mundo da moda. Nos anos 1970, abriu uma loja em Ipanema, bairro de classe alta no Rio de Janeiro. Chegou a apresentar desfiles nos Estados Unidos. De seu relacionamento com um estadunidense nasceu o filho Stuart Angel Jones (1946-1971).

Na década de 1970, o Brasil era governado sob o autoritarismo da ditadura comandada pelos militares. Os militares não incomodavam Zuzu, que não se importava muito com a ditadura. O sucesso profissional era muito gratificante, e Zuzu vivia feliz com o filho.



Zuzu Angel durante lançamento de coleção de sua marca em Nova York, Estados Unidos, em 1972.

216

Fonte: VAINFAS, Ronaldo [et al]. História.doc: 9º ano. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 216.

Na página 225, as autoras retomam a discussão e apresentam outro contexto na vida da estilista que, ao ter seu filho, Stuart Angel¹⁰³, entre presos e desaparecidos políticos, desenvolveu incansável luta para descobrir o paradeiro de seu filho. Sob estas circunstâncias, realizou uma série de denúncias contra o regime militar, inclusive, produzindo uma coleção para esse fim, com estampas contendo canhões, pássaros engaiolados e anjos feridos, conforme imagem abaixo:

¹⁰³ Stuart Edgar Angel Jones (1946-1971): filho da estilista Zuleika Angel Jones e de Norman Angel Jones. Estudante de economia (UFRJ) e militante do Movimento Revolucionário – 8 de outubro (MR-8), foi sequestrado, por agentes da repressão, no dia 14 de maio de 1971, tornando-se mais um “desaparecido” político durante a Ditadura Militar.

Figura 4 – Peça de coleção de moda voltada para a denúncia da repressão



Fonte: VAINFAS, Ronaldo [et al]. História.doc: 9º ano. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022, p. 225.

A abordagem presente no capítulo enfatiza o protagonismo da estilista no enfrentamento aos militares, denunciando as práticas repressivas, por eles, desenvolvidas, em suas coleções de moda, para atores do cinema de *Hollywood* e, até mesmo, ao entregar dossiê ao secretário de Estado norte-americano. Ao destacar o ativismo de Zuzu Angel, vale desenvolver uma discussão que leve os alunos a refletirem sobre inúmeras mães, avós, companheiras, irmãs que, também, protagonizaram esta luta, porém, no anonimato. Pensar sobre a militância e ativismo político dessas mulheres em torno do Movimento Feminino pela Anistia. Cabe ainda, desenvolver um debate sobre a participação das mulheres nos processos históricos, bem como, a situação destas na, atual, sociedade.

A obra em estudo, apresenta outras situações em que é possível evidenciar atuação feminina na resistência aos governos de exceção. Na página 224, box “Outras histórias: movimentos negros pela igualdade”, ao enfatizar, as perseguições políticas para desarticular as lutas do movimento, destaca que este, só voltou a atuar politicamente no final da década de 1970, com ênfase no protagonismo de Lélia Gonzalez (1935-1934).

As leituras sobre o livro didático, bem como, minha atuação em sala de aula, levam-me a compreender que não existe um livro ideal. Porém, dada a sua complexidade e multiplicidade de usos, deve-se sempre pensá-lo em relação ao público ao qual ele é destinado. Dessa forma, entendo, que o livro em análise apresenta bons subsídios para desenvolver um debate sobre a temática da presente pesquisa junto a alunos do nono ano do ensino fundamental. Embora o PNLD/2024 tenha aprovado, para o Componente Curricular História, quatorze coleções, apenas duas dedicam espaço no texto-base para reflexão sobre a resistência feminina à Ditadura Militar, sendo que a primeira em destaque de forma superficial.

Neste contexto, partindo da pluralidade dos usos que podem ser feitos do livro escolar, cabe ao docente ir além do texto principal, explorar e problematizar as demais seções – elementos iconográficos, atividades, indicação de sites, filmes etc. – de forma a identificar pontos que contribuam com a reflexão sobre a temática. Na sequência, apresentarei componentes presentes nas demais coleções elencadas que possibilitam problematizar do tema em estudo, mas, que muitas vezes, em decorrência do tempo ou, até mesmo, das escolhas da(o) profissional, são preteridas em relação ao texto-base, quando deveriam serem somadas.

O livro “SuperAÇÃO!”, no capítulo 13: “A resistência contra a ditadura”, ao propor trabalhar o Tema Contemporâneo Transversal (TCT): Educação em direitos humanos, no box: O tema é... “A imprensa alternativa no Brasil”, em enfatiza o papel da imprensa alternativa no enfrentamento à censura, com ênfase na imprensa feminista.

Figura 5 – Box: O tema é...

O tema é ...

Educação em direitos humanos

A imprensa alternativa no Brasil

Durante a ditadura, a grande imprensa brasileira sofreu com a censura e com a repressão exercidas pelo governo. Diversos jornalistas, insatisfeitos com essa situação, assim como pessoas ligadas aos movimentos de esquerda, buscaram meios de se manifestar.

Dessa forma, nasceu a chamada imprensa alternativa ou imprensa nânica, fazendo referência aos pequenos jornais, fundados por militantes, jornalistas e intelectuais. Eles defendiam que os jornais deveriam contribuir para a formação de uma consciência crítica. Essas publicações buscavam denunciar e criticar o período pelo qual o país estava passando.

Os jornalistas da imprensa alternativa trabalharam de maneira clandestina, escondendo-se de oficiais da ditadura, e a distribuição desses jornais ocorria na militância e em bancas de jornal, além de outros estabelecimentos, como supermercados.



Capa da primeira edição do jornal *Brasil Mulher*, publicada em dezembro de 1975.

Diversificação

Foram aproximadamente 150 jornais alternativos produzidos em todo o Brasil durante o período de 1964 até o início da década de 1980, fora o material feito por exilados brasileiros em outros países.

Com a expansão desse ramo da imprensa, as publicações tornaram-se cada vez mais diversificadas, com o surgimento de periódicos das mais diferentes áreas e linguagens, desde jornais ligados a movimentos sociais até jornais regionais e estudantis.

Alternativa feminista

Um tipo de jornal que se destacou no auge da imprensa alternativa foram os periódicos feministas. Eles apresentavam um ponto de vista marcadamente político e tratavam da questão da mulher, já que o tema era deixado de lado pela grande imprensa.

Grande imprensa: conjunto dos principais veículos de comunicação impressa de determinada localidade.

Reproduzido de: Arquivo do Código Penal e do Inquérito nº 01 de Brasília/DF, 1978.

Figura 6 – Box: O tema é... (continuação)

Em 1975, foi criado o primeiro jornal alternativo feminista do país, chamado *Brasil Mulher*. Esse jornal de esquerda abordava temas como a pobreza e a miséria, discutindo os problemas femininos provenientes dessas condições.

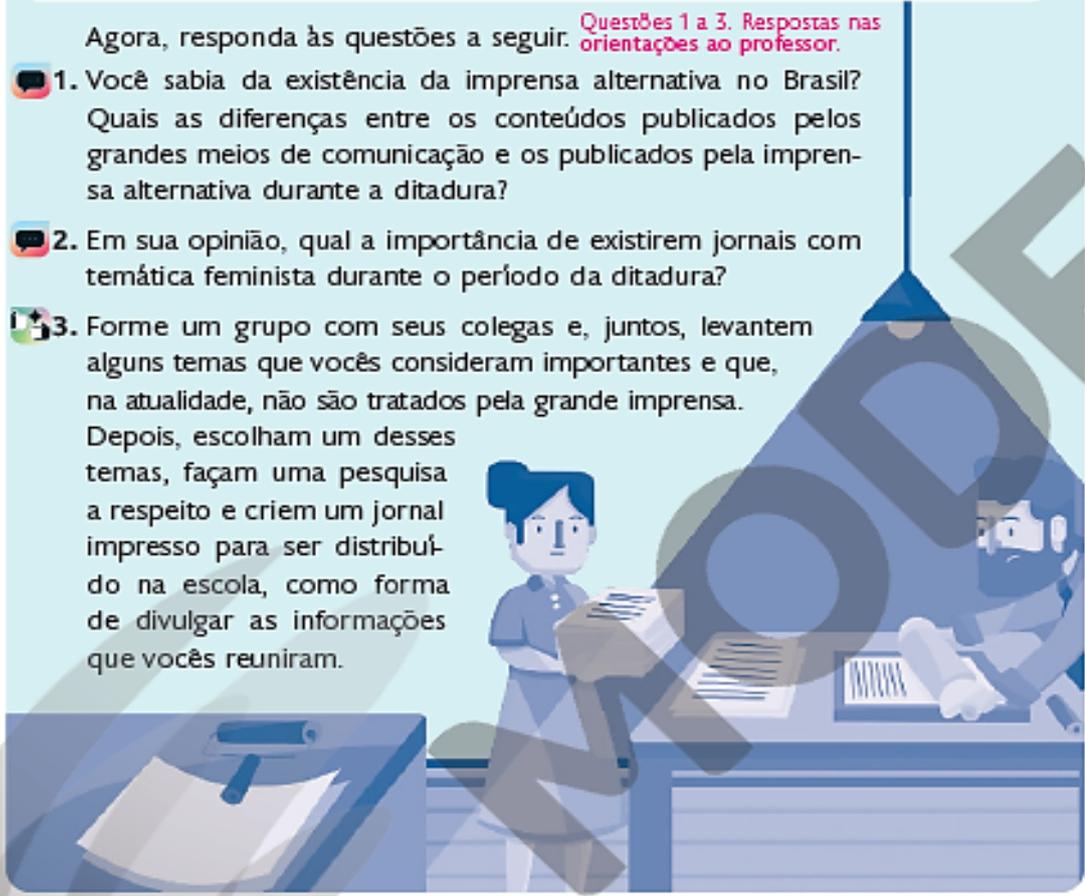
De acordo com seus editores, o *Brasil Mulher* destinava-se não apenas às mulheres, mas também aos homens, e buscava promover a igualdade entre os gêneros. Além do jornal *Brasil Mulher*, foram lançados ainda *Nós, Mulheres*, *Maria Quitéria*, *Correio da Mulher*, entre outras publicações que tratavam da questão feminina.

A imprensa alternativa hoje

Apesar de ter na ditadura seu período de auge, a imprensa alternativa não deixou de existir no Brasil. Atualmente, ela costuma estar voltada para a divulgação de informações que costumam ser negligenciadas pela grande imprensa, utilizando a internet como um dos principais veículos.

Agora, responda às questões a seguir. **Questões 1 a 3. Respostas nas orientações ao professor.**

1. Você sabia da existência da imprensa alternativa no Brasil? Quais as diferenças entre os conteúdos publicados pelos grandes meios de comunicação e os publicados pela imprensa alternativa durante a ditadura?
2. Em sua opinião, qual a importância de existirem jornais com temática feminista durante o período da ditadura?
3. Forme um grupo com seus colegas e, juntos, levantem alguns temas que vocês consideram importantes e que, na atualidade, não são tratados pela grande imprensa. Depois, escolham um desses temas, façam uma pesquisa a respeito e criem um jornal impresso para ser distribuído na escola, como forma de divulgar as informações que vocês reuniram.



Respostas repetidas. Art. 179. Não é permitido fazer cópia ou reprodução sem o consentimento do autor.

MULHERES DE SÃO PAULO DA FAPESP

Fonte: MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. SuperAÇÃO! História: 9º ano. São Paulo: Moderna S.A., 2022 p. 232.

Mesmo não abordando a temática em estudo no texto-base, compreendo que ao tratar da imprensa alternativa e, conseqüente, dos jornais feministas, o livro apresenta importante contribuição para o trabalho sobre a resistência feminina à Ditadura Militar, posto

que, com a desestruturação dos movimentos de guerrilha, a conscientização da população quanto as mazelas sociais advindas da administração dos militares foi uma das manifestações mais utilizadas. No que diz respeito aos jornais feministas¹⁰⁴ se configuraram em espaços de representação das mulheres ao difundirem uma visão de mundo pautada na superação da hierarquia de gênero presente na sociedade.

Nesse contexto, pensando na perspectiva de enriquecer a aula, proponho uma pesquisa no *site* “Memórias da ditadura”, sobre os periódicos feministas para que identifiquem as pautas de reivindicação dos referidos jornais. Com o material da pesquisa deverão fazer uma exposição em sala aula e na sequência um debate para relacionar com atualidade e ver quais pautas de reivindicação feminista já se concretizaram e, quais, ainda, são elementos de luta.

A coleção “Geração Alpha – História”, faz referência ao tema no box “A resistência das mulheres” constante no Capítulo 1, intitulado de “O golpe de 1964 e os anos de chumbo no Brasil”, conforme imagem a seguir:

Figura 7 – Box: A resistência das mulheres

A resistência das mulheres

Pelo menos uma centena de mulheres [...] tomaram parte diretamente na luta armada [...]. Quando não eram guerrilheiras, as mulheres atuavam como enfermeiras e professoras, como na Guerrilha do Araguaia, em que foram o primeiro elo de integração com a população camponesa local. Também tiveram papel de destaque em combates armados contra as forças de segurança do regime.

Essas militantes eram consideradas duplamente transgressoras. Primeiro, por desafiam a ordem estabelecida, na tentativa de derrubar o regime militar. Em segundo lugar, por contrariarem o papel de mães, esposas e donas de casa que a ditadura e a sociedade patriarcal reservavam para elas. Rompiam, assim, com estereótipos do que é ser mulher, ocupando o espaço público, a política, a luta armada.

Memórias da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 24 maio 2022.

Fonte: NEMI, Ana Lúcia Lana... [et al]. Geração alpha história: 9º ano. 4ª. ed. São Paulo: SM Educação, 2022 p. 193.

O referido livro, embora apresente a temática em, apenas, um box, seu conteúdo possibilita refletir sobre a quantidade e papel desempenhado pelas mulheres na guerrilha, mas sobretudo, quanto ao significado da transgressão feminina durante a ditadura, dada tradição patriarcal e sexista da sociedade brasileira. Como as autoras não apresentam atividade a partir

¹⁰⁴ Brasil Mulher (1978 – 1980), Nós Mulheres (1976 – 1978) e Mulherio (1981 -1988).

do box, proponho que os alunos façam uma visita ao *site* em referência e explorem o menu “Mulheres: tabus e lutas por direitos; desigualdade de gênero” e, identifiquem atividades e comportamentos sociais atribuídos às mulheres nas décadas de 1960 e 1970, façam um contraponto com a atualidade com ênfase nas mudanças e permanências.

Na obra didática “História, sociedade & cidadania”, no capítulo 12 intitulado “Ditaduras na América Latina” ao objetivar desenvolver a habilidade EF09H20¹⁰⁵ no “box: atividades”, na questão quatro, o autor chama atenção para umas das manifestações mais representativa da resistência democrática: “a Passeata dos Cem Mil”.

Figura 8 – Box: Atividades

4 Observe a imagem da Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 1968.



▲ As mulheres que aparecem de mãos dadas em primeiro plano, da esquerda para a direita, são as atrizes Eva Tudor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Benguel. Rio de Janeiro (RJ), 1968.

- a) Qual era o objetivo da Passeata dos Cem Mil? Quem participou?
- b) A participação das mulheres foi tão importante para a resistência democrática que o cartunista Ziraldo usou a expressão “Mulheres do meu tempo” em tom elogioso. Por quais motivos elas lutavam?

Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade e cidadania: 9º ano. São Paulo: FTD, 2022, p. 256.

Embora a manifestação tenha contado com a representação dos mais variados grupos sociais e gêneros, o autor ressalta a questão com uma fotografia de mulheres (atrizes renomadas) e ao fazer referência da participação feminina no movimento e questiona: “Por quais motivos elas lutavam?” Sugiro mais um questionamento, a ser pesquisado pelos alunos, sobre quais outros grupos de femininos – estudantes? operárias? professoras? donas de casa? – participaram da manifestação.

¹⁰⁵ Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a Ditadura Militar.

Ao abordarem o processo de abertura política as autoras do livro “Jovens Sapiens História” no Capítulo 10: “As ditaduras na América Latina” destacam a militância feminina com ênfase periódico “Brasil Mulher”.

Figura 9 – Box: Mulheres na luta:

Mulheres na luta

Com as sinalizações de abertura política, a população foi aos poucos tendo mais espaço para se mobilizar contra a ditadura. Nesse contexto, diferentes iniciativas foram organizadas em defesa da democracia. Um dos periódicos importantes criado nessa época foi o **Brasil Mulher**, com edições publicadas entre 1975 e 1980.

Além de ser um veículo de informação às mulheres, engajado na emancipação feminina, o **Brasil Mulher** debatia temas ligados à política brasileira.

[...] o jornal **Brasil Mulher**, desde o número 0, afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. [...]

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens a imprensa feminista brasileira. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003. p. 237.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/9jq3PNJQchtjxc3LGKdsCBb/>.
Acesso em: 25 mar. 2022.

Capa do jornal **Brasil Mulher**,
São Paulo, n. 15, ano 4, abr. 1979.



Fonte: DIAS, Adriana Machado [et al]. *Jovens Sapiens História*: 9º ano. São Paulo: Scipione, 2022 p. 276.

No final da década de 1970, ocasião em que já haviam sido superadas as organizações de guerrilha, a militância voltou-se para a luta contra a censura e expôs os problemas sociais advindos da política econômica desenvolvida pelo Estado ditatorial. Neste

contexto, os jornais feministas enfatizavam um conjunto de fatores ligados a exploração das mulheres, bem como, a luta por emancipação feminina. Assim, sugiro que os alunos consultem o periódico “Brasil Mulher” na *internet* e destaquem os principais elementos relacionados a “dominação/exploração das mulheres” para posterior reflexão em sala de aula.

A análise das obras didáticas não teve o intuito de classificá-las em uma escala entre “boas ou ruins”, mas refletir sobre como estas abordam a militância feminina frente a Ditadura militar. Embora, o PNLD 2024 tenha por referência a observância dos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social em prol da democracia e, entre esses aspectos, preconize a necessidade de “Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social [...] (Guia digital, PNLD 2024, sp), o presente estudo apresenta dados, nos quais, a maioria das obras¹⁰⁶ aprovadas pelo Programa, pouca referência fazem a temática em estudo.

A presente pesquisa constatou que, entre as obras que compõem o PNLD 2024, duas abordam o assunto no texto-base, duas nem mesmo citam a participação feminina em algum movimento, as demais apresentam boxes que, de alguma forma, fornecem elementos que possibilitam refletir sobre algum aspecto da referida militância. Nesse contexto, mesmo as obras didáticas que apresentam fotografias que registram a presença de mulheres, mas não fazem referências a elas, também são possíveis de análise em aula, pois entendo que as fotografias não são elementos desvinculados do texto-base, mas textos complementares a este e, devem ser problematizadas. Conforme Choppin: “Não é suficiente, no entanto, deter-se nas questões que se referem aos autores e ao que eles escrevem; é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela” (2004, p. 557). Dessa forma, à luz da multiplicidade dos usos que podem ser feitos com o livro didático, cabe a perspicácia da (o) docente em perceber algum elemento passível de exploração e problematização da temática em estudo.

Neste caso, a partir de uma fotografia que ao registrar a presença de mulheres na militância, não faz menção a estas, é possível questionar o porquê e a quem interessa a superficialidade e/ou apagamento desse sujeito histórico e, dessa forma, considerar o livro didático como instrumento que sistematiza conteúdo a partir de um currículo pré-estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que obedece à lógica empresarial de gestão da escola pública no contexto de uma sociedade que conserva os elementos do patriarcado.

¹⁰⁶ Vale destacar que a análise foi feita apenas nos capítulos referentes as ditaduras militares na América Latina no contexto da Guerra Fria com ênfase no Brasil.

Embora entenda a necessidade do livro didático no processo de ensino e aprendizagem e busque explorar suas potencialidades didático-metodológicas, é necessário que outros recursos façam parte da experiência docente. Dessa forma, no tópico a seguir, proponho o uso de fontes históricas, como os depoimentos presentes no relatório final da CNV, para enriquecer a abordagem sobre a resistência feminina à Ditadura Militar no contexto da Educação Básica.

4.3 História Pública: suas práticas e instrumentos para o ensino de História

Nas últimas décadas a produção do conhecimento histórico tem passado por várias transformações, a partir da ampliação e pluralidade de usos, espaços, audiências e narrativas. Nesse contexto de mudanças e na perspectiva da História do Tempo Presente, por volta da década de 1970, veio à tona as primeiras reflexões acadêmicas sobre a História Pública como campo de estudo e de intervenção histórica. Considerando o exposto por Liddington (2011) “A história pública surgiu da preocupação de tirar a história da torre de marfim na qual ela era produzida e fora da qual não circulava” (p.42 *apud* Penna; Silva, 2016, p. 197). Nesse sentido, o diálogo com outros públicos – ampliação das audiências – constitui-se num dos propósitos da História Pública.

Conforme Almeida e Rovai (2011), a História Pública nasceu na Inglaterra, nos anos 1970, e ganhou espaço no Canadá, Austrália, Itália, África do Sul e Estados Unidos. Na Europa, foi pensada a partir de um caráter militante de reivindicação de direitos, porém nos Estados Unidos, mesmo não deixando essa propensão à militância, passou a ser a divulgação da ciência fora dos espaços acadêmicos, alargando seu entendimento e sua metodologia¹⁰⁷. No caso norte americano, passou por um quase que imediato processo de expansão em decorrência da rápida institucionalização através de programas universitários, promovendo uma democratização dos estudos e usos da História, dando credibilidade ao movimento e criando uma identidade para os novos historiadores. No que diz respeito à militância, vale ressaltar, o protagonismo dos movimentos sociais em reivindicar uma História que desse voz a outros sujeitos – mulheres, negros, indígenas etc. – que não aqueles perpetuados pelas histórias nacionais que continuam reproduzindo exclusões históricas.

¹⁰⁷ Vale ressaltar que a História Pública não possui um conjunto de técnicas ou metodologia definida, mas constitui-se num processo contínuo de aprendizado capaz de dinamizar reflexões com consequências práticas (Santhiago, 2018).

No Brasil, a primeira iniciativa em torno da História Pública se deu através da realização do curso Introdução à História Pública, em 2011, sediado na Universidade de São Paulo - USP. O evento foi realizado pelo Núcleo de História Cultural e Intelectual, objetivando a difusão do conhecimento científico para amplas audiências e teve como resultado a publicação do livro que tem o mesmo nome do curso. Em 2012, foi criada a Rede Brasileira de História Pública - RBHP para reunir pesquisadores e professores que têm como interesse de estudo, a História e seus públicos. No âmbito dessas discussões, foi realizado o Simpósio Internacional de História Pública (2012), encontro que passou a ocorrer de forma bianual, como meio de reunir professores, pesquisadores e estudantes para discutirem sobre os desafios e perspectivas para a área. Desde então, a produção nesse campo tem aumentado com a presença de várias revistas de divulgação científica que dedicaram dossiês à temática em discussão. A produção acadêmica sobre a História Pública tem sido reforçada através do Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, programa voltado para professores da Educação Básica e que estabelece um diálogo entre academia e escola, a partir de uma produção sobre o ensino de História.

Ao desenvolver uma tipologia sobre História pública, Ricardo Santhiago, à entende como:

[...] uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e autorreflexividade do campo) (2016, p. 28).

Dada a complexidade dessa compreensão, percebo a amplitude da História Pública como um campo de estudo repleto de possibilidades que podem ser exploradas na academia, escolas, movimentos sociais, *mídias*, documentários, museus etc. Vale refletir sobre “Que história pública queremos?”¹⁰⁸ Uma História Pública que aproxime as universidades do grande público com a ampliação de audiências e compartilhamento de saberes científicos, na medida em que alcança coletivos que não tiveram acesso à academia, mas que possuem outras leituras, também válidas, sobre a História? Uma História Pública que dê voz aos movimentos sociais, dialogando de forma colaborativa, valorizando suas narrativas e reivindicações? Ou, a apropriação da História pelo grande público, ocasião, em que, muitas vezes, ocorre o mal uso

¹⁰⁸ Título do livro organizado por Mauad, Santiago e Borges, 2018.

desta por negacionistas que produzem distorções sobre temas sensíveis com o intuito de alienar a população?

A História circulante chega à população – através de linguagens, como: cinema, música, *mídias* sociais, documentários, jornais, museus etc. – que muitas vezes, não dispõe de elementos necessários às devidas interpretações. Embora, o professor não seja o único habilitado a dialogar sobre a História, no contexto da sala de aula, este deve promover um ensino que problematize a forma como as representações do passado são difundidas na sociedade, levando-se em consideração os saberes e vivências dos discentes, mas atento a não relativização do conhecimento histórico.

É preciso pôr em evidência, que a difusão do conhecimento histórico escolar em diálogo com os saberes, de forma reflexiva, fomentará condições para que as alunas e alunos possam questionar posicionamentos distorcidos que podem resultar em teorias negacionistas e, mal-intencionadas, que circulam no debate público. Conforme evidencia Ferreira (2018), a articulação entre espaços, saberes e sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem fazem da escola um *lócus* da História Pública.

Ao utilizar os depoimentos das militantes de esquerda, presentes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, na seção dois desta pesquisa, vislumbrei seus usos enquanto recurso didático que pode fazer parte do processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, por entender a escola enquanto espaço coletivo de mediação do conhecimento histórico e diálogo com saberes que circulam no debate público, proponho o uso dos referidos testemunhos numa atividade de ensino sobre “a resistência feminina à Ditadura militar na concepção de História Pública”.

Assim, não descartando o uso do livro didático, que também se configura como meio de difusão do conhecimento histórico, proponho o desenvolvimento de uma sequência didática (atividades) que tenha entre seus recursos pedagógicos o livro didático e trechos de depoimentos de militantes retirados do relatório final da CNV. A proposta relaciona-se à perspectiva de Castro ao afirmar que “a sequência didática equivale a um minicurso” (1976, p. 55 *apud* Ugalde; Rowender, 2020, p. 3). A atividade prática poderá ser realizada em dois encontros, configurando-se em um minicurso com duração de 4h/a. Vale destacar que a referida atividade deve ser desenvolvida após a contextualização sobre o Golpe civil-militar de 1964, bem como, a discussão sobre os conceitos de democracia, repressão, resistência e tortura.

Descrição da proposta

Com as transformações políticas e culturais em curso nas décadas de 1960 e 1970, muitas mulheres repensavam seus papéis na sociedade e, rompiam com padrões culturais relacionados a valores difundidos pela Igreja e família tradicional que as limitavam à condição de mãe, dona de casa e guardiãs dos costumes que lhes eram impostos. Mulheres da classe média tiveram acesso as universidades, ao mercado de trabalho e desenvolveram novos comportamentos no que diz respeito a vivência de suas relações afetivas e sexuais em consequência do acesso aos métodos contraceptivos que estavam em processo de difusão social. Conforme Sarti (2004), desenvolveram-se novas experiências em conflito com os costumes da família tradicional, sobretudo em seu aspecto autoritário e patriarcal.

Para abordar a temática da resistência feminina à Ditadura Militar em sala de aula, considero a necessidade de, inicialmente, desenvolver uma reflexão sobre a condição da mulher na sociedade, a partir da categoria de gênero, portanto marcada pela diversidade: racial, social, de gênero, moradoras da cidade ou do campo etc. – e, que foram impactadas de diferentes formas pelo Estado autoritário. É relevante, também, no início do trabalho questionar aos alunos sobre quais sujeitos sociais destacaram-se em suas leituras prévias sobre a Ditadura Militar. Certamente, irão enfatizar a existência dos generais, de alguns revolucionários e desaparecidos políticos que são destacados nas narrativas da História e, raramente, uma mulher. Dessa forma, deve-se questionar o porquê do apagamento da mulher no material didático e, na sequência refletir sobre a forma como, ao longo dos anos, a memória das mulheres insere-se no debate público.

Ao propor o desenvolvimento dessa atividade, considero a relação entre o ensino de História e História Pública para além da divulgação do conhecimento histórico, mas, sobretudo, na busca por desenvolver uma reflexão sobre os usos que são feitos do passado (Rovai, 2019). Por entender a relevância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem e, como uma das formas de difusão do conhecimento histórico, proponho sua utilização como recurso didático associado a exibição de vídeos e reflexão sobre letras de música na busca por fomentar outras linguagens ao debate. Na sequência oriento o uso de trechos dos depoimentos de mulheres que militaram contra a Ditadura Militar – e, conseqüentemente, foram perseguidas, presas e torturadas – prestados à CNV, bem como, trechos de processos da CEWROS na busca por desenvolver uma reflexão sobre um tema socialmente sensível que circula no debate.

Definição dos objetivos

- Discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos;
- Refletir sobre a participação das mulheres na resistência durante a Ditadura Militar;
- Analisar os processos de resistência à Ditadura na perspectiva da História Pública;
- Debater sobre os abusos e as torturas sofridas pelas mulheres que militaram contra o Regime militar.

Procedimentos metodológicos

A sequência da atividade foi planejada para ser aplicada no tempo de 6h/a, dividida em três encontros. No primeiro encontro: “Uma mãe contra a Ditadura” proponho uma abordagem a partir do livro didático e com a utilização de trechos do filme Zuzu Angel¹⁰⁹ e letra da canção Angélica¹¹⁰ de Chico Buarque. No segundo encontro: “Presas políticas e a violação dos Direitos Humanos no contexto da Comissão Nacional da Verdade” proponho a utilização de recortes de depoimentos de militantes presentes no relatório final da CNV. No terceiro encontro: “Militância política, trajetórias interrompidas e memórias da dor nos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou - CEWROS”.

Encontro I: “Uma mãe contra a Ditadura”

¹⁰⁹ Sinopse: Brasil, anos 60. A ditadura militar faz o país mergulhar em um dos momentos mais negros de sua história. Alheia a tudo isto, Zuzu Angel (Patrícia Pillar), uma estilista de modas, fica cada vez mais famosa no Brasil e no exterior. O desfile da sua coleção em Nova York consolidou sua carreira, que estava em ascensão. Paralelamente seu filho, Stuart (Daniel de Oliveira), ingressa na luta armada, que combatia as arbitrariedades dos militares. Resumindo: as diferenças ideológicas entre mãe e filho eram profundas. Ela uma empresária, ele lutando pela revolução socialista e Sônia (Leandra Leal), sua mulher, partilha das mesmas idéias. Numa noite Zuzu recebe uma ligação, dizendo que "Paulo caiu", ou seja, Stuart tinha sido preso pelos militares. As forças armadas negam e Zuzu visita uma prisão militar e nada acha, mas viu que as celas estavam tão bem arrumadas que aquilo só podia ser um teatro de mau gosto, orquestrado pela ditadura. Pouco tempo depois ela recebe uma carta dizendo que Stuart foi torturado até a morte na aeronáutica. Então ela inicia uma batalha aparentemente simples: localizar o corpo do filho e enterrá-lo, mas os militares continuam fazendo seu patético teatro e até "inocentam" Stuart por falta de provas, apesar de já o terem executado. Zuzu vai se tornando uma figura cada vez mais incômoda para a ditadura e ela escreve que não descarta de forma nenhuma a chance de ser morta em um "acidente" ou "assalto". Disponível em: <https://filmow.com/zuzu-angel-t6552/ficha-tecnica/> acesso: 18.03.2024.

¹¹⁰ Quem é essa mulher / Que canta sempre esse estribilho / Só queria embalar meu filho / Que mora na escuridão do mar / Quem é essa mulher / Que canta sempre esse lamento / Só queria lembrar o tormento / Que fez o meu filho suspirar / Quem é essa mulher / Que canta sempre o mesmo arranjo / Só queria agasalhar meu anjo / E deixar seu corpo descansar / Quem é essa mulher / Que canta como dobra um sino / Queria cantar por meu menino / Que ele já não pode mais cantar.

Esta aula será desenvolvida a partir do livro didático “História.doc” (PNLD 2024), capítulo 12, intitulado “Brasil: a ‘República dos generais’”. O capítulo é iniciado com uma pequena biografia¹¹¹, da estilista Zuzu Angel evidenciando o papel das mulheres no processo histórico; como ferramentas auxiliares será exibido cenas do filme Zuzu Angel¹¹² (2006), dirigido por Sérgio Rezende e, reflexão sobre a letra da música: Angélica (1977) de Chico Buarque exibida no final do filme.

Passo 1

Após a contextualização do papel da mulher na sociedade frente as transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, solicitar aos alunos uma breve leitura da página inicial do livro didático.

Passo 2

Exibir cenas do filme que evidenciam o perfil social¹¹³ de Zuzu Angel, bem como, sua postura indiferente¹¹⁴ em relação ao governo militar e, questionar aos alunos sobre qual meio social a estilista pertencia e, se esta era alvo das perseguições do Estado? Questionar, ainda, se este não seria o lugar comum de muitas pessoas que afirmam que os militares só perseguiram, prenderam e torturaram “terroristas”?

Passo 3

Exibir cenas¹¹⁵ que destacam a atuação de Stuart Angel¹¹⁶ na militância, sua prisão e tortura pelos agentes da Ditadura Militar. Discutir a forma como os jovens que se posicionaram contra as arbitrariedades do Estado, com o uso de armas e resistiram foram tratados. Quantos desapareceram?

¹¹¹ Texto “Angel mãe” presente na imagem 3, tópico 2, dessa seção.

¹¹² Filme disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OeRr1ipK-N0> acesso: 19.03.2024.

¹¹³ 8’28” - 10’29”

¹¹⁴ 19’12” - 21’13” / 27’25” - 26’

¹¹⁵ 10’20” - 11’10” / 15’53” - 16’15”

¹¹⁶ Stuart era filho da estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e de Norman Angel Jones, de nacionalidade inglesa e norte-americana. Cresceu no Rio de Janeiro, onde cursava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua militância política foi iniciada quando entrou na Dissidência Estudantil do PCB da Guanabara, que depois passou a se chamar MR-8. Em 1969, já havia se tornado dirigente da organização estando à frente de operações armadas do grupo e, portanto, um alvo visado pela repressão. No dia 14 de maio de 1971, Stuart foi sequestrado por agentes da repressão, se tornando mais um desaparecido político da ditadura. O desaparecimento de Stuart é um dos mais conhecidos da ditadura militar, tanto no Brasil como no exterior, em virtude das denúncias de sua mãe, Zuzu Angel.

Passo 4

Exibir cenas que evidenciam o ativismo¹¹⁷ da estilista na busca por seu filho e as várias formas de denúncia, por ela utilizada contra os militares. Destacar que assim como Zuzu Angel, inúmeras mulheres (mães, avós, companheiras, irmãs) também protagonizaram nesta luta. Discutir a militância e o ativismo político das mulheres em torno do Movimento Feminino pela Anistia.

Passo 5

Exibir o final¹¹⁸ do filme e estabelecer a relação com a letra da música “Angélica” de Chico Buarque e, na sequência relacionar a experiência de Zuzu Angel com as de inúmeras mulheres que não puderam velar seus filhos, companheiros, netos e, que, embora, muito tenham lutado suas histórias não são lembradas.

Passo 6

Solicitar produção escrita sobre a postura política de Zuzu Angel, antes e depois da prisão de Stuart Angel e traçar uma relação com pessoas que não foram prejudicadas, diretamente, pela Ditadura Militar, posto que, não se interessavam por questões políticas e, àquelas que se posicionavam contra as arbitrariedades do Estado.

Encontro II: “Presas políticas e a violação dos Direitos Humanos no contexto da Comissão Nacional da Verdade”

Nesta aula serão utilizados trechos de depoimentos presentes no relatório final da CNV. Inicialmente, cabe a reflexão acerca dos significados de uma Comissão da Verdade, a contextualização da criação da CNV, no Brasil, em comparação com as outras comissões desenvolvidas na América Latina e no mundo. Vale ressaltar, que a utilização das fontes testemunhais não tem como objetivo “provar a veracidade” das violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado ditatorial, mas, sobretudo desenvolver o diálogo sobre temas sensíveis que circulam no debate público a partir das representações que as militantes fazem de suas vivências nos cárceres e refletir sobre o valor da memória no contexto da justiça de transição.

Passo 1

¹¹⁷ 23’31” - 31’44” / 1:01’08” -

¹¹⁸ 1:37’39”

Inicialmente, apresentar o histórico que situe Ana Maria Gomes no contexto da militância política e distribuir para os alunos trecho do seu testemunho junto à CNV em que a militante discorre sobre o depoimento prestado ao DOPS-SP, quando foi detida, em 1968, no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Figura 10: Recorte do depoimento de Ana Maria Gomes

O sindicato foi invadido, nós fomos levadas para uma delegacia no bairro e depois para o DOPS. [...] No final do dia, fomos chamadas à sala do delegado. [...] eu não podia, evidentemente, dizer o que eu estava fazendo lá [no sindicato]. Então, eu disse que o meu irmão – não disse quem era o meu irmão –, que o meu irmão trabalhava numa fábrica, que tinha entrado em greve, ele começou a demorar muito para chegar em casa, a minha mãe estava muito preocupada e a gente supôs que ele estivesse no sindicato. O sindicato era muito perto da minha casa. Eu e minha amiga fomos ao sindicato para ver se ele estava lá e ele não estava lá. Aí, o sindicato foi cercado por militares a cavalo, nós ficamos com muito medo de sair de lá dentro [...] Nós recebemos um sermão. Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver em como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá. Aí foi perfeito: nos enquadraram e pronto. E [é interessante ver] como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha. (CNV, 2014, vol. 1, p. 405).

Fonte: Relatório final, CNV, 2014, p. 405.

Após a distribuição, solicitar à turma a leitura silenciosa do recorte e, em seguida, após a análise, em dupla dramatizar o diálogo entre o delegado e a jovem operária/estudante. Na sequência, desenvolver breve comentário sobre a ausência de neutralidade da linguagem e, que a partir de uma pequena interlocução é possível identificar aspectos sociais, políticos e culturais implícitos ou explícitos no depoimento. Questionar: Quais valores morais emergem da fala do delegado? Que elementos foram utilizados pela militante para despistar o delegado? Será que depois do referido episódio a militante passou a ser observada e perseguida pelos agentes do Estado ou, realmente, convenceram-nos da não ligação com o movimento sindical?

Passo 2

Contextualizar a militância política de Maria Aparecida Costa e distribuir o recorte com seu relato sobre as torturas que sofreu quando esteve presa na Operação Bandeirante - OBAN, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970.

Figura 11: Recorte do depoimento de Maria Aparecida Costa

O simples fato, eu acho, de você estar no meio de homens, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar “por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?” E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma “vaca”. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é? Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha (CNV, 2014, vol. 1, p. 404).

Fonte: Relatório final, CNV, 2014, p. 404.

Solicitar que uma aluna leia o recorte para a turma. Na sequência questionar: Que elementos na fala da militante evidenciam a humilhação a ela imposta? É perceptível elementos que denotem comportamento misógino do delegado? Por que, na concepção da militante, os agentes da Ditadura Militar demonstravam raiva em relação às mulheres? A imposição da nudez a qual as presas políticas eram expostas durante os interrogatórios pode ser considerada uma forma de tortura?

Passo 3

Contextualizar a atuação política de Maria Amélia de Almeida Teles nas atividades de oposição à Ditadura Militar. Distribuir trecho de seu depoimento prestado junto à CNV, no qual

a militante expõe uma situação em que seus filhos testemunharam a degradação física e moral em que ela e o marido encontravam-se após serem torturados quando estavam presos em 1972.

Figura 12: Recorte do depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. Os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo. Inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, nos ouvidos. E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Aí que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo (CNV, 2014, vol. 1, p. 410).

Fonte: Relatório final, CNV, 2014, p. 410.

Após a leitura do recorte, questionar: A imposição da nudez durante os interrogatórios pode ser entendida da mesma forma para homens e mulheres? Por que essa situação é mais constrangedora para as mulheres? Solicitar aos discentes que destaquem as formas de violência impostas a militante conforme o depoimento.

Passo 4

Para concluir a atividade, organizar a turma em círculo e estabelecer um diálogo em que cada questionamento sobre os testemunhos seja respondido por um aluno de forma que os demais possam opinar sobre os posicionamentos do outro.

Encontro III: “Militância política, trajetórias interrompidas e memórias da dor nos processos da Comissão Especial Wanda Rita Othon Sidou - CEWROS”.

Passo 1:

Inicie o encontro explicando para a turma o que é a CEWROS, sua função e o contexto no qual foi criada. Apresente uma breve biografia sobre a mulher¹¹⁹ que deu nome a referida

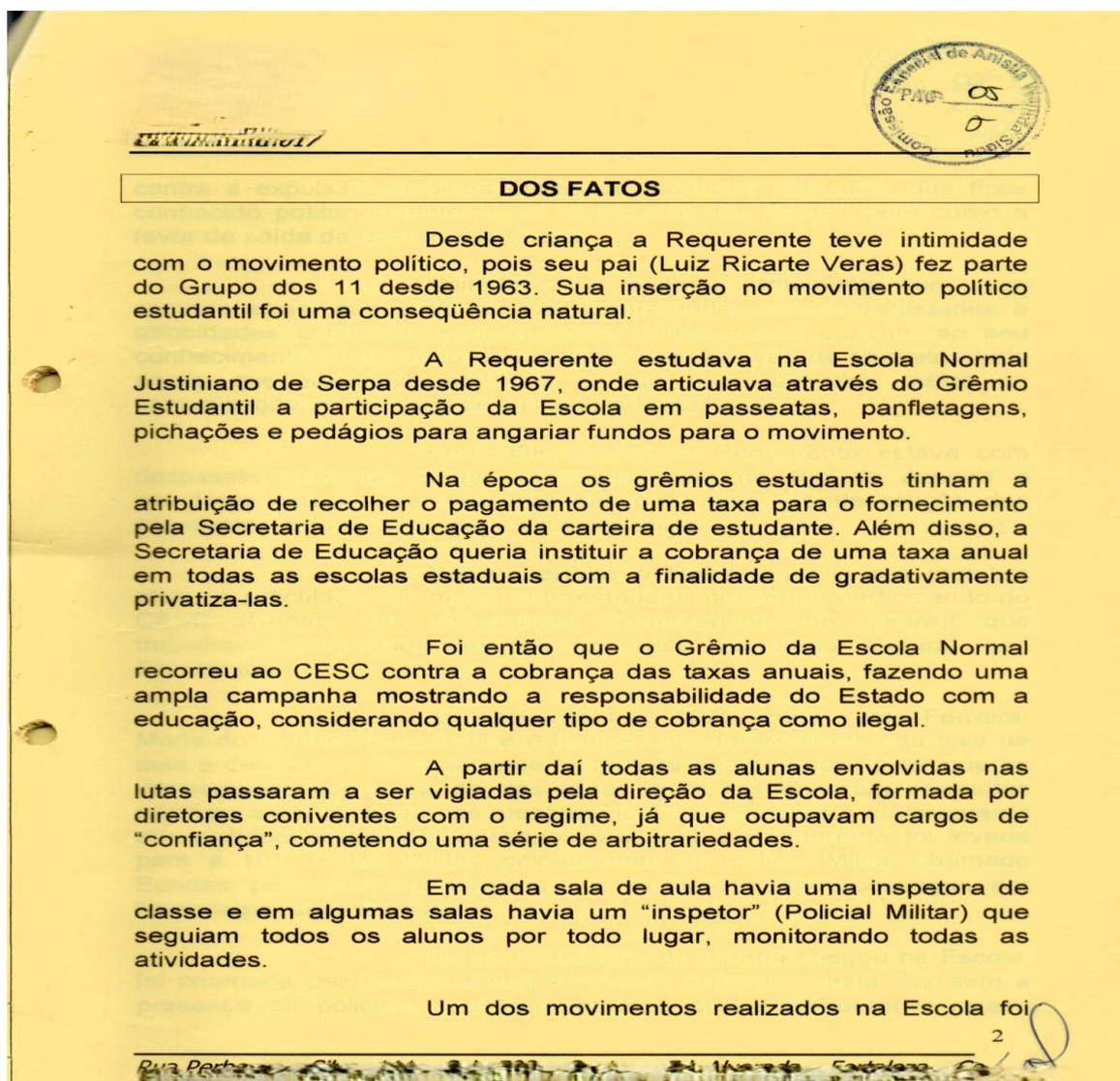
¹¹⁹ Wanda Rita Othon Sidou, nascida em 22 de maio de 1921, que se graduou em Ciências Jurídicas e Sociais, concluiu os créditos do Curso de Doutorado em Direito Público, ministrado pela Faculdade de Direito – UFC (Universidade Federal do Ceará), cursou História na UECE (Universidade Estadual do Ceará). Com a instauração da ditadura militar em que a prisão e a tortura nos presídios foi a tônica no combate aos “subversivos”, Wanda Sidou, dedicou-se à defesa dos presos políticos, comunistas ou apenas opositores ao regime, entregando-se de corpo e alma à causa socialista sem receber de seus clientes

comissão e, logo em seguida, esclareça que as cópias dos documentos utilizados nesta regência trata-se de trecho e anexo de processos de militantes que reivindicaram indenização ao estado do Ceará por terem sido perseguidas, presas e prejudicadas em suas trajetórias profissional durante a Ditadura militar.

Passo 2:

Distribua para as alunas e alunos cópias da página dois do processo de nº 04270014-0 da militante Edna Veras Ferreira.

Figura 13: Recorte página 2 do processo de Edna Veras Ferreira



Fonte: CEWROS, processo: 04270014-0, 2004.

Logo em seguida organize uma leitura em grupo de forma que cada parágrafo seja lido por um(a) aluno(a) diferente e ao término faça os seguintes questionamentos: Em sua escola tem grêmios estudantis? Qual a função do Grêmios de sua escola? Qual a função dos grêmios estudantis conforme o relato presente no documento? Descreva a atuação política da militante na referida escola. Qual ação do Grêmios ocasionou a perseguição das militantes pela gestão escolar?

Passo 3:

Disponibilize cópias do documento anexo ao processo de nº 04270021-3 da então operária e militante Francisca das Chagas Lima de Souza.

Figura 14: Anexo do processo de Francisca das Chagas Lima

REQUERIMENTO

Comissão Especial
PAG. 04
8

Eu, **FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA DE SOUZA**, comecei a trabalhar em 1960, eu tinha 15 anos de idade quando comecei a minha vida profissional, na Indústria Têxtil na Cia Gasparian Industrial do Norte, ficava na Rua Pedro Pereira Nº 1209 – Centro – Fortaleza-Ce, hoje funciona a Geraldo Bastos.

Em 1964, foi o período mais triste da minha vida, me marcou muito, muito, só sabe quem passou em 64. Eu trabalhando na mesma firma participava das reuniões no Sindicato, fui presa, espancada, arrastada de dentro dos Sindicato do Têxteis localizado na Rua Agapito dos Santos – Centro – Fortaleza-Ce, no mesmo dia que o Presidente do Sindicato foi preso, José Ferreira – Ferreirinha, foi uma coisa horrorosa, na época da prepotência, da opressão, da tirania. Nós éramos chamados de subversivos, fui levada pelos os soldados do exercito, não me lembro para onde fui levada, eles queriam saber o nome dos companheiros, que faziam parte do comando de greve, os que mais participavam.

Eu tenho impressão que fui levada para a Ordem Social, após ser solta, a greve já havia terminado, fiquei muito doente, fui mandada embora da firma sem receber nada, nem um direito. Não pude nem pegar os meus documentos, mandaram entregar na minha casa e que eu não passasse nem na calçada da mesma, fui para o Instituto, que hoje é o INSS, fiquei em tratamento médico.

Em 1966, estava precisando de tecelão no Contonificio Leite Barbosa, era a Fábrica Santa Cecília, comecei a trabalhar em março, eu estava grávida de dois meses, mas não sabia. Trabalhava das 06:00hs as 18:00hs, quando em 04 de Junho de 1966, fui chamada na sala do chefe da tecelagem, já estava a minha carteira de trabalho em cima da mesa do mesmo, eram 10:00hs, fui constringida, humilhada, mandada embora. Foi muito humilhante, o mesmo ficou sabendo o que tinha acontecido comigo, porque eu era subversiva, ele não queria grevista na firma. Eu já estava com 05 meses de grávida, não recebi nada, nem a semana de trabalho.

Fiquei afastada novamente pelo o INSS, não trabalhei mais, tive meu filho no dia 30 de outubro de 1966, este filho hoje tem 38 anos. É muito difícil eu escrever tudo o que passei, nada apaga todo aquele sofrimento, só sabe quem vivenciou aquela época de sofrimento.

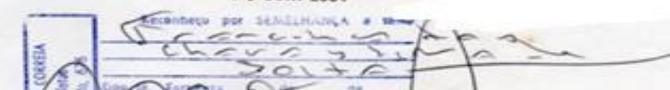
Dede então não tive mais saúde, não trabalhei mais, pois sempre que ia em busca de um emprego, voltava sempre o mesmo sofrimento, pois sempre tinha alguém que sabia o acontecido. Durante 06 anos fiquei sobrevivendo através do auxilio doença. Hoje sou aposentada pelo o INSS.

Maracanaú-Ce, 16 de Junho de 2004



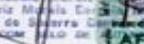
Francisca das Chagas Lima de Souza
Francisca das Chagas Lima de Souza

16 JUN. 2004





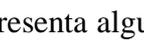






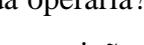


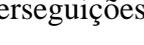


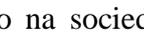


























Fonte: CEWROS, processo: 04270021-3, 2004.

O documento apresenta alguns exemplos de violação de direitos, dessa forma, solicite aos(as) alunos(as) que os destaque. Questione: Qual atividade política ocasionou o espancamento e prisão da operária? Como a militante caracteriza o período em estudo? Quais as consequências das perseguições políticas em sua vida? Leve a turma a refletir sobre as condições do operariado na sociedade atual com as seguintes perguntas: Vocês conhecem algum movimento de trabalhadores em reivindicação de seus direitos? Quais? A militância operária, ainda, resulta em demissões, espancamentos e/ou medidas truculentas por parte da polícia?

Para concluir a atividade esclareça a turma que os documentos apresentados representam evidências das experiências de uma estudante e uma operária que tiveram suas vidas duramente impactadas pela repressão durante a vigência da Ditadura Militar. Contudo, o acervo em estudo traz casos de outras profissionais que pelo exercício da militância foram impedidas de assumir postos concursados e afastadas de seus trabalhos.

Ao final esclarecer aos alunos que as mulheres que foram citadas na atividade são apenas uma representação em meio a vasta diversidade dessas, na sociedade. Na sequência, explicar que em um primeiro momento foram representadas as que enfrentaram os agentes do Estado, através da prática da denúncia, na busca por descobrirem o paradeiro de familiares que desapareceram, em muitos casos, sem terem tido prisões formalizadas. Na segunda atividade destacaram-se jovens militantes – do movimento sindical e estudantil e, que também participavam de outras organizações de esquerda – que por enfrentarem o Estado de exceção foram perseguidas, presas e sofreram várias formas de torturas, nas quais evidenciava-se o caráter patriarcal e misógino do governo autoritário.

A proposição dessa sequência didática foi planejada com o objetivo de promover o ensino de História na concepção da História Pública. Rovai (2019) destaca que para além da difusão do conhecimento através da tecnologia, é necessário desenvolver uma reflexão sobre os usos que são feitos do passado e do presente. Considerando essa perspectiva, a utilização do livro didático e dos testemunhos de temas socialmente sensíveis, presentes no relatório final da CNV evidencia que o trabalho com a História Pública está para além dos recursos utilizados, mas relacionada ao tipo de abordagem desenvolvida.

Dessa maneira, é proposto uma abordagem dialógica e reflexiva que desperte nas educandas e educandos a atenção para “passados socialmente vivos” de forma que estejam atentos e possam opinar criticamente ao se depararem com distorções do conhecimento e negacionismos históricos, presentes no debate público, que são projetados pela historiografia midiática¹²⁰. Conforme adverte Sônia Menezes (2019), os referidos elementos podem ser pensados num contexto de emergência reativa em que para popularizar uma determinada visão midiática da história convencionou-se apostar na desqualificação dos professores e discursos historiográficos.

¹²⁰ Historiografia midiática: toda a produção de leitura do passado que se ampara no universo dos meios de comunicação, em seus vários formatos, e que se destinam a grandes audiências (MENESES, 2019, p. 73).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em reposta as reivindicações de militantes e familiares dos mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade que ao objetivar a garantia do direito à verdade e a memória histórica e, assim, fortalecer a memória hegemônica, também contribuiu para criação de uma ambiência favorável à erupção de disputas de memórias, desencadeando novas dinâmicas sociopolíticas em que emergiu a voz dos que concordavam com o autoritarismo em vigência no período.

As fontes – depoimentos das militantes presentes no relatório final da CNV e processos da CEWROS e bibliografia sobre o tema – utilizadas nesta pesquisa, evidenciam que a resistência feminina à Ditadura Militar teve várias nuances que se apresentavam de acordo com o contexto político, a concepção de resistência, a disponibilidade em que estavam imbuídas e com as necessidades das organizações políticas: guerrilhas no campo e/ou na cidade – com a conscientização do operariado, a inserção das militantes pequeno-burguesas nas massas –, apoio logístico às organizações etc. Em sua maioria, iniciaram a militância política no movimento estudantil, quer fosse secundarista nos grêmios estudantis ou universitária nos centros acadêmicos e, Juventude Universitária Católica. A análise das fontes evidencia que as memórias dessas mulheres são permeadas pelo ativismo e entusiasmo juvenil frente a resistência, pela vida em “função da revolução” e pelas perseguições que as levaram para a clandestinidade. Na maioria dos testemunhos nota-se que o enfrentamento adveio da responsabilidade na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, considero que, mesmo tendo experienciado as dificuldades que lhes foram impostas por tensionarem modelos comportamentais de uma época caracterizada pela hierarquia de gênero, as militantes também protagonizaram a luta contra as arbitrariedades dos governos de exceção. Contudo, não se curvaram à condição de vítimas, enfrentaram os agentes do Estado e, em determinadas situações, apropriaram-se do imaginário sobre a “fragilidade feminina” para confundi-los. A degradação física e moral das prisioneiras políticas põe em evidência o quanto a ousadia em transgredir os costumes da sociedade lhes “custou caro”, pois foram punidas não apenas por participarem das ações de resistência, mas, sobretudo, por subverter o papel designado à condição feminina.

Os testemunhos sobre a sevícia e a violação dos corpos, externam o quanto as militantes foram odiadas, vilipendiadas e receberam tratamentos que às desumanizavam. Nos relatos é frequente a ênfase ao fato das prisioneiras políticas terem sido interrogadas com vendas nos olhos, desprovidas de suas vestimentas, sofrerem estupro, abuso e assédio sexual. Tais ações

evidenciam o caráter misógino dos interrogatórios e a necessidade de expressar a “superioridade” do sexo masculino sobre os corpos que, naquela ocasião, estavam frágeis e indefesos.

Conforme Colling (1987), após décadas, as militantes conservam, em suas memórias, as cenas de humilhação as quais foram submetidas. Nesse contexto, a leitura dos testemunhos evidencia que cada detalhe – nudez, violação dos corpos, abuso sexual, palavras difamatórias, manipulação dos vínculos afetivos, o peso de não ter suportado a tortura e delatado companheiros – é carregado de significados/sentimentos/sensações que, até hoje, marcam as vidas dessas mulheres. Assim, as peculiaridades da sevícia e seus traumas emocionais são os elementos que mais se destacam nas memórias femininas da luta política.

No que diz respeito às atribuições e aos espaços ocupados pelas mulheres em oposição ao Estado de exceção no Ceará, a leitura dos processos da CEWROS destaca que, na maioria das vezes, começaram a militância no Movimento Estudantil – secundarista ou universitário – e, corrobora com o posicionamento do historiador Airton de Farias (2007), quanto ao fato dessas ativistas pertencerem a uma classe média intelectualizada. Para além disso, os dados mostram que, muitas dessas ativistas já militavam em partidos políticos, organizações internacionais e no movimento sindical, antes mesmo do Golpe civil-militar de 1964 e, que, nem todas, tinham em seus currículos uma trajetória acadêmica.

O trabalho com as fontes, também, revelou as marcas do contexto histórico presentes nos processos a partir das narrativas ora em primeira, ora em segunda pessoa. Quanto aos testemunhos pertencentes às militantes advindas do Movimento Estudantil, na maior parte dos casos, com razoável grau de instrução, foram narrados em primeira pessoa e chamam atenção pela riqueza de detalhes constantes nos processos. Tais relatos rememoram suas inserções nas organizações políticas, nas atividades desenvolvidas, nos conflitos com os gestores das instituições a que pertenciam etc. Destacam ainda, os pormenores das humilhações e sofrimentos experienciados nas prisões.

Porém, os históricos presentes nos processos das militantes operárias, geralmente, narrados em segunda pessoa, mostram-se de forma resumida e com poucas informações sobre suas ações na resistência. Tal como destaca Michelle Perrot (1989), a condição feminina na família e na sociedade tem relação direta com a forma como as mulheres deixam seus registros e modos de rememoração na configuração do teatro da memória. Dessa forma, entendo que a baixa visibilidade da militância feminina e a forma resumida na qual são apresentadas as memórias das militantes, não se relaciona, apenas, a hierarquia típica das relações de gênero, mas, também, ao lugar social em que estão inseridas.

O trabalho com as fontes mostrou que, frequentemente, as militantes políticas que se opuseram ao regime ditatorial, implantado com o Golpe civil-militar de 1964, sofreram bruscas interrupções em suas trajetórias pessoal, acadêmica e profissional. Muitas instituições, com as quais as militantes tinham ligações profissionais, eram controladas pelo Estado o que facilitava a ruptura dos contratos empregatícios. Dessa maneira, o medo da prisão e suas consequências fez com que essas mulheres enveredassem nos caminhos da clandestinidade e tivessem seus projetos de vida, inesperadamente, alterados.

O estudo sobre as representações da resistência feminina à Ditadura Militar e seus usos na Educação Básica, na perspectiva da História Pública, a partir dos livros didáticos de História do Ensino Fundamental, aprovados no PNLD 2024, evidenciou que algumas obras apresentam subsídios que, de forma satisfatória, auxiliam o professor na abordagem do tema, porém, na maioria dos livros, o tratam de forma superficial ou não fazem referência. Nessa perspectiva, Circe Bittencourt (2021) chama atenção para o livro escolar em seu caráter mediador entre a proposta oficial de ensino presente no Currículo e o conhecimento escolar. Considerando essa concepção, embora, em suas entrelinhas, o livro didático reproduza a ideologia dominante, seus usos perpassam por professores e alunos. Contudo, vale salientar que é de responsabilidade dos docentes a seleção dos livros adotados pela unidade escolar e, conseqüentemente, a escolha dos conteúdos e metodologias. Quanto a abordagem a ser desenvolvida, é pertinente que esta problematize os elementos presentes ou ausentes no referido instrumento didático. Tendo em vista esse debate, considero que não existe um livro didático ideal, porém, reconheço sua importância enquanto principal instrumento pedagógico que sistematiza conhecimentos no contexto da Educação Básica.

Embora conheça a relevância e as potencialidades didático-metodológicas do livro escolar, compreendo a necessidade da utilização de outros recursos na experiência docente. Dessa forma, ao ter por objetivo problematizar as formas como a temática em estudo é abordada nos livros didáticos e pensar novas abordagens em sala de aula na perspectiva da História Pública, para exemplificar propus o desenvolvimento de uma sequência de atividades. Conforme destaca Rovai (2019), a necessidade de uma reflexão sobre os usos que são feitos do passado e do presente estão para além da divulgação do conhecimento através da tecnologia. De acordo com essa perspectiva considero que o diálogo entre o ensino de História e a História Pública está para além dos recursos metodológicos utilizados na prática educativa, pois relaciona-se ao tipo de abordagem realizada. Abordagem dialógica, reflexiva e que desperte nas alunas e alunos a atenção para discussões sobre temas socialmente sensíveis e possam opinar

criticamente ao testemunharem posicionamentos negacionistas e distorções históricas presentes no debate público.

Conforme evidencia Ana Rita: “O espaço destinado às narrativas e às presenças femininas, em eventos, livros, teses e matérias jornalísticas, é nitidamente reduzido se comparado com o dos homens [...]” (Duarte, 2009, p. 64). Nesse contexto, este trabalho, ao destacar as atividades desenvolvidas, os espaços de militância ocupados pelas mulheres e, suas experiências nas prisões, vem juntar-se às pesquisas já existentes no sentido de enriquecer o debate e dá visibilidade à temática a partir das narrativas das militantes.

No que diz respeito ao ensino de História, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de novas práticas de ensino ao chamar atenção para as possibilidades de abordagem da temática em estudo, para além do livro didático, através dos usos de testemunhos vivos disponíveis ao debate público na perspectiva da História Pública. Contribui ainda, para a formação da produção acadêmica desenvolvida por professoras e professores no âmbito do “Observatório da Rede Oficial de Ensino do Município de Fortaleza em seus Múltiplos Olhares” e, incentiva as (aos) demais docentes da SME a tensionarem as linhas que dificultam a formação continuada a nível *stricto sensu* e desenvolverem o caminho de volta à universidade e, assim, enriquecerem suas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estudo e oposição no Brasil (1964-1985)**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p.205.

BEZERRA, Viviane Prado; SALES, Telma Bessa. Ditadura Civil Militar no Brasil e o ensino de História: leituras variadas e diferentes maneiras de expressão. *In: Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 241-264, abr./jun. 2017.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania: 9º ano**. São Paulo: FTD, 2022.

BRANDÃO, Sônia. É preciso estar atento e forte: desafios na curta trajetória de Iara Iavelberg. *In: Mulheres na História*, São Paulo: n. 12, p. 167-184, jan./jun. 2014.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Comissão Nacional Da Verdade**. Capítulo 10: violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 91.542**, de 19 de Agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso: 06.02.2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 5692** de 1971 de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/547565/publicacao/15714278>, acesso: 29.01.2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CARDOSO, Maurício; FERNANDES, Priscila Nina. **Jornadas: Novos caminhos: História: 9º ano**. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

CARMO, Erinaldo Ferreira do; OLIVEIRA, Érica Patrícia Barbosa de. Um estudo da Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4215, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29685>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S. A, 1988.

CHARTIER, Roger. **Leitura e cultura escrita**: estabilidade das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras. In: CONFERÊNCIA COLLÈGE DE FRANCE, [s.d.], Paris, França [s.d.].

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

COSTA, Camila Mattos da Costa. Novos golpes, velhas práticas: direito à informação, memória e reparação. In: GALVÃO, Ana Carolina. ZAIDAN, Junia Claudia Santana de GALVÃO, A. C.; ZAIDAN, J. C. S. M.; SALGUEIRO, W. (Orgs.) **Foi golpe!** O Brasil de 2016 em análise. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

DIAS, Adriana Machado [et al]. **Jovens Sapiens História**: 9º ano. SP: Scipione, 2022.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Ação política nas memórias em disputa: a experiência das militantes do movimento feminino pela anistia no Ceará. **História Oral**, v. 11, n. 1-2, 2008.
FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre história pública e ensino de História? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos** = What public history do we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan./jun. 2012.

FONTOURA, Antônio. **Teoria da História**. Curitiba: Inter Saberes, 2016.

GALVÃO, Ana Carolina. ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos, SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.) **Foi golpe!** O Brasil de 2016 em análise. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

GOMES, Rafael Nascimento. O Plano Cohen: ficção e realidade na antessala do Estado Novo (Artigo). In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-foi-o-plano-cohen-ficcao-realidade-no-estado-novo/>. Publicado em: 22 fev. 2021. ISSN: 2674-5917.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

LUZ, Pâmela Tainá Wink da, ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco, SILVEIRA, Éder da Silva. "Professoras "subversivas": Narrativas Autobiográficas De Mulheres Militantes No Relatório Da Comissão Nacional Da Verdade (CNV)." **Revista Brasileira De Pesquisa (Auto)biográfica** 6.19 (2021): 1000-020. Web.

MACIEL, Marco. **Compromisso com a Nação**. In: Senatus, Brasília, v. 6, n. 2, p. 12-16, out. 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura. In: **Cadernos Ceden**, vol. 2, nº1 (2011).

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbetes Plano Decenal de Educação para Todos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>>. Acesso em 09 fev. 2024.

MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **SuperAÇÃO! História: 9º ano**. São Paulo: Moderna S.A., 2022

MITIMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. *in*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.) **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara luz, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

PENNA, Fernando de Araújo; SILVA, Renata da Conceição Aquino. As operações que tornam a História Pública a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e São Paulo: Letra e Voz**, 2016.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

PEREIRA, N. M., & SEFFNER, F. (2009). O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, 15(28), 113–128.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, nº3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jaime; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Ensino de história e história pública: os testemunhos da comissão da verdade em sala de aula = History Teaching and Public History: The Testimonies of the National Truth Commission in the Classroom. In: **Revista História Hoje**. v. 8, nº15, p.89-110 - 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil In: MAUAD, Ana Maria, RABÊLO, Juniele, SANTHIAGO,

Ricardo (Orgs.) **História pública no Brasil: Sentidos e itinerário**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. In: **Revista de Teoria da História**. ano 3, nº6, p.27 -53 - dez/2011.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

STYRON, Willian. **A escolha de Sofia**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

TEGA, Danielle. **Traumas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, setembro - dezembro/2015.

UGALDE, M. C. P; ROWEDER, C. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, v. 6, Edição Especial, e099220, 2020.

<https://doi.org/10.22456/1983-201X.7961>

<https://sul21.com.br/opiniaio/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>